

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FERNANDA DE CARVALHO FLORIANO

Cultura Pós-moderna: uma análise da dominação capitalista no Brasil

Orientadora: Prof^ª Andréa Araújo do Vale

NITERÓI

2018

FERNANDA DE CARVALHO FLORIANO
CULTURA PÓS-MODERNA: UMA ANÁLISE DA DOMINAÇÃO CAPITALISTA NO
BRASIL

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social de Niterói da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social.
Titulação: Mestre em Serviço Social

Orientadora: Prof^ª :ANDRÉA ARAÚJO DO VALE

Niterói
2018

FERNANDA DE CARVALHO FLORIANO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social de Niterói da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social. Titulação: Mestre em Serviço Social.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Profª Drª ANDRÉA ARAÚJO DO VALE
UFF

Profª Dr: ROBERTO DELLA SANTA BARROS
UFF

Prof Dr: NEY LUIZ TEIXEIRA DE ALMEIDA
UERJ

Profª Drª KÊNIA APARECIDA MIRANDA
UFF

Niterói

2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

F635c Floriano, Fernanda de Carvalho
Cultura Pós-Moderna: Uma análise da dominação
capitalista no Brasil / Fernanda de Carvalho Floriano ;
Andréa Araújo Do Vale, orientadora ; Roberto Della Santa
Barros, coorientador. Niterói, 2018.
107 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGSSDR.2018.m.12528367759>

1. Cultura. 2. Pós-Modernidade. 3. Conservadorismo. 4.
Produção intelectual. I. Do Vale, Andréa Araújo,
orientadora. II. Della Santa Barros, Roberto, coorientador.
III. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço
Social. IV. Título.

CDD -

AGRADECIMENTOS

Aos meus colegas do curso de Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (UFF) pelo apoio, força, ânimo e abraços que trocamos ao longo dessa jornada difícil, recheada de incertezas, mas com muito carinho e afeto no coração. Muito obrigada.

Aos professores do curso de Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, pelas aulas incríveis, pelo comprometimento com a qualidade do ensino mesmo com tantas dificuldades enfrentadas para exercer a docência. Vocês formam gente humana, eu tenho muito orgulho de ter aprendido um pouquinho mais com vocês. Muito Obrigada.

À professora Andréa Vale, pela orientação, paciência, ternura e humanidade nessa jornada. Muito obrigada.

Ao professor Betto Della Santa, pela co-orientação, paciência e carinho. Muito Obrigada.

Aos professores Ney e Larissa, por serem solícitos nesse momento conturbado e terem aceitado o convite mais uma vez para integrar a banca e contribuir com minha pesquisa. Muito obrigada.

Aos meus pais, pelo amor sem fim, sou eternamente grata. Amo vocês.

Ao meu esposo, pela paciência, pelo amor e incentivo dia após dia. Te amo.

As mulheres unidas contra Bolsonaro – Teresópolis, pela luz no fim do túnel que vocês trouxeram a mim nessa cidade tão conservadora. Conhecer a luta de cada uma e lutarmos juntas contra o retrocesso, só me deu mais certeza de que unidas podemos muito! Vocês me trouxeram esperança. Muito Obrigada!

A Cristo, não o cristo que odeia, mata, oprime e exclui pessoas, mas o Cristo revolucionário, que levou o amor quando só havia ódio, que acolhe, consola, que é perdão, paz e que não faz acepção de pessoas.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender como a nova dinâmica cultural do capitalismo, chamada de pós-modernismo, coopera para o avanço do conservadorismo através da cultura. A metodologia utilizada será uma articulação das concepções da teoria de base – a teoria social marxista – com um conjunto de técnicas – que permitirão a construção da realidade – que se relacionam com os interesses de investigação. Para tanto, a pesquisa exigiu uma ampla abordagem bibliográfica da tese aqui sustentada, qual seja: a cultura pós-moderna contribui para a ascensão do conservadorismo na sociedade por meio da difusão de um modo de vida fragmentado, a-histórico, relativista e individualista. Esse processo ocorre através da cultura, cultura não como arte estética em si, mas cultura como modo de vida, costumes, hábitos e como representação social. Para isso, tornou-se fundamental compreender a mutação de sensibilidade que ocorreu do Modernismo para o “Pós-modernismo”. A Modernidade é considerada o período das certezas, da história, da ciência, da verdade, das grandes narrativas, das visões totalizantes de mundo, crença em valores universais, entre outros. O Pós-modernismo é a negação dos valores da modernidade, rejeita quaisquer valores emancipatórios e universalizantes, vê o mundo de forma fragmentada, individual, instável, e relativiza o conhecimento negando a história, portanto é um período marcado por uma falta de profundidade. Essa alteração de sensibilidade afeta o modo de vida da sociedade reiterando o conservadorismo. O conservadorismo é uma visão de mundo que tem por premissas uma análise da sociedade regida por leis naturais, conduzida por uma harmonia social e possui aversão a mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. A visão de mundo conservadora é a ideologia difundida na sociedade capitalista, no Brasil ela está presente desde a formação social brasileira, que tem como característica a busca por progresso sem romper com elementos arcaicos do colonialismo, sem romper com o patrimonialismo, com a ideia de nação e com os interesses da classe dominante. Os traços constitutivos da formação social brasileira são elementos importantes para compreender o Brasil de hoje, pois a sociedade brasileira parece ter se tornado ainda mais conservadora, mais individualista, mais intolerante. Principalmente após as manifestações de junho de 2013, em que a direita volta às ruas e avança nos espaços populares e ideias extremamente conservadoras, como “apoio a monarquia”, determinação de uma única cultura (hétero, família mononuclear etc.), rejeição de pautas referente a direitos LGBTs, da mulher, censura da arte, entre outros exemplos, “reaparecem” fortemente na conjuntura do país. Juntamente com essas pautas ascende o candidato a presidência Jair Bolsonaro, que fomenta o discurso de ódio contra as minorias (grupos marginalizados socialmente), nega a história e fortifica a ideia de “identidade nacional” em torno da imagem de nação brasileira e dispara nas pesquisas com apoio das “fake news” propagadas através das redes sociais e aplicativos de conversação. Sem nenhum tipo efetivo de fiscalização e punição para os criadores das fakes news, a democracia corre sério risco de ter um presidente de extrema direita eleito pela relativização de fatos comprovados, pela propagação de falsas notícias travestidas de verdade.

Palavras-chave: Cultura – Pós-modernidade – Conservadorismo

ABSTRACT

The present work aims to understand how the new cultural dynamics of capitalism, called postmodernism, cooperates for the advancement of conservatism through culture. The methodology used will be an articulation of the conceptions of the basic theory - Marxist social theory - with a set of techniques - that will allow the construction of reality - that relate to research interests. In order to do so, the research required a broad bibliographical approach to the thesis here, namely: postmodern culture contributes to the rise of conservatism in society through the diffusion of a fragmented, a-historical, relativistic and individualistic way of life. This process occurs through culture, culture not as aesthetic art itself, but culture as way of life, customs, habits and social representation. For this, it became fundamental to understand the mutation of sensibility that occurred from Modernism to "Postmodernism".

Modernity is considered the period of certainties, of history, of science, of truth, of great narratives, of totalizing worldviews, of belief in universal values, among others. Postmodernism is the negation of the values of modernity, rejects any emancipatory and universalizing values, sees the world in a fragmented, individual, unstable form, and relativisms knowledge by denying history, so it is a period marked by a lack of depth. This change in sensitivity affects the way of life of society by reiterating conservatism. Conservatism is a view of the world that has as its premises an analysis of society governed by natural laws, driven by a social harmony and has aversion to political, economic, social and cultural changes.

The conservative world view is the ideology spread in capitalist society; in Brazil it is present since the Brazilian social formation, whose characteristic is the search for progress without breaking with archaic elements of colonialism, without breaking with patrimonialism, with the idea of nation and with the interests of the ruling class. The constitutive traits of Brazilian social formation are important elements for understanding Brazil today, since Brazilian society seems to have become even more conservative, more individualistic, and more intolerant. Especially after the demonstrations in June 2013, where the right wing returns to the streets and advances in popular spaces and extremely conservative ideas, such as "support for the monarchy", determination of a single culture (hetero, mononuclear family, etc.) referring to LGBT rights, women, art censorship, among other examples, "reappear" strongly in the conjuncture of the country.

Along with these guidelines, presidential candidate Jair Bolsonaro, who foments hate speech against minorities (socially marginalized groups), denies the history, fortifies the idea of "national identity" around the image of a Brazilian nation, and triggers research with the support of "fake news" propagated through social networks and conversation applications. With no effective type of scrutiny and punishment for the creators of the fakes news, democracy runs the serious risk of having a president of the extreme right elected by relativizing proven facts, by the propagation of false stories truly travestied.

Keywords: Culture – Postmodernity - Conservatism

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
1. CULTURA, MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE	13
1.1 - Cultura: uma definição preliminar	14
1.2 - Modernidade e pós-modernidade	23
1.3 - Conservadorismo clássico	36
2. ESTADO, CLASSE E SOCIEDADE CIVIL: UMA ANÁLISE DA SOCIEDADE BRASILEIRA	46
2.1- A Formação Social Brasileira: perspectivas teóricas	47
2.2- O Estado Brasileiro: rolo compressor	56
2.3- Cultura e Conservadorismo: particularidade brasileira	67
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
4. BIBLIOGRAFIA	103

APRESENTAÇÃO

Essa pesquisa nasceu diante da inquietação do avanço e evidência que o conservadorismo parece ter tomado nos espaços populares após junho de 2013, principalmente pelos conservadores terem voltado às ruas em 2015, após décadas sem se manifestarem (nas ruas). Toda essa movimentação ocorreu por meio da convocação dos internautas pelas redes sociais. E não só nas redes, mas também, no dia a dia, as pessoas parecem ter se tornado mais intolerantes, mais individualistas e mais opressivas.

No segundo semestre do mestrado, cursei a disciplina de “Cultura e Representação” na pós-graduação de Mídia e Cotidiano, e a discussão sobre e a relevância do tema em sala de aula trouxe-me um interesse imenso sobre a perspectiva da cultura como um espaço em disputa de representações. Por isso, meu objetivo com este trabalho é compreender como a “nova dinâmica cultural”¹, chamada de pós modernidade, coopera para a consolidação do conservadorismo por meio da cultura e os efeitos sociais na sociedade brasileira contemporânea.

O conservadorismo é uma visão de mundo inerente ao sistema capitalista de reprodução social da vida. É um traço estruturante dessa sociedade, mas se manifesta, por vezes, de forma menos aparente e, por outras, com suas vísceras à mostra. A natureza deste conservadorismo se define por uma ideologia² que possui, em sua gênese, aversão a mudanças estruturais econômicas, sociais e culturais. Para que seja possível visualizar suas implicações na concretude, é fundamental entender as determinações de classes que se constitui na sociedade capitalista.

Em toda sociedade há grupos de interesses distintos, cada lugar possui suas particularidades sociais, culturais, econômicas, políticas, entre outros. Deseja-se aqui analisar a particularidade brasileira. Mas, para isso, é necessário entender que há interesses antagônicos que conformam dois grupos fundamentais na sociedade.

A maior parte das pessoas, para que mantenham sua sobrevivência como alimentação, moradia, vestuário, deslocamentos, lazer, entre outros, necessita vender sua força física e mental a alguém (seja a empresa, o Estado, ou mesmo trabalho informal), esses são os

¹ Termo utilizado por Frederic Jameson (2002) para designar a pós-modernidade, não como uma nova era, mas como um período de transformações do capitalismo nos países de capitalismo tardio.

² Marx define ideologia como uma “falsa consciência que corresponde a interesses de classe: mais precisamente, ela designa o conjunto das ideias especulativas e ilusórias (socialmente determinadas) que os homens formam sobre a realidade, através da moral, da religião, da metafísica, dos sistemas filosóficos, das doutrinas políticas e econômicas” (LOWY, 2013:18)

trabalhadores. Outra, minoria, possui os meios de produção e precisam comprar e explorar a força de trabalho dos sujeitos para que possa produzir e expropriar a mais-valia através do trabalho de outrem, esses são chamados de capitalistas. Essas condições socialmente determinadas pelas condições econômicas materiais em que o trabalhador se encontra nesse processo, são apontadas por Marx (2008):

A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008:47)

É nessa relação desigual que os capitalistas asseguram sua posição na reprodução social com êxito, pois exploram a mão de obra trabalhadora para produzir a riqueza social, retiram o salário (que não equivale ao trabalho realizado, pois do contrário, não haveria a produção de “mais valor”) para pagar a mão de obra do trabalhador e ficam com toda a riqueza produzida e o lucro que obtém nesse processo. Uma relação violenta e desigual, pois a riqueza social produzida não é compartilhada de forma justa entre todos que participaram do processo de produção. Está posta a luta de classes que, como vimos, está inteiramente ligada às formas historicamente determinadas do desenvolvimento da produção e das relações de produção com base na propriedade privada dos meios de produção.

Esta relação entre capitalistas e trabalhadores (venda e compra/exploração da força de trabalho) é mediada e legitimada pelo Estado que, na aparência, apresenta-se como mediador de interesses entre as duas classes, logo, é considerado como um terceiro elemento “neutro” que irá atender a interesses de ambos os lados, como um órgão que “serve” a todos. No entanto, a realidade concreta é bem distinta disso. Ele é o habilitador da acumulação de capital e protagonista desse projeto de sociedade. Todavia, este projeto de sociabilidade capitalista não se restringe apenas ao campo econômico, como aponta Florestan Fernandes (1968, p.21): “O capitalismo não é apenas uma realidade econômica. Ele também é acima de tudo, uma complexa realidade sociocultural, em cuja formação e evoluções históricas concorreram fatores extra-econômicos”.

Nesta complexa realidade sociocultural do capitalismo no Brasil que esta pesquisa tem o objetivo de mergulhar, através de uma ampla pesquisa bibliográfica tendo como método de análise que parte da totalidade para compreender as particularidades e singularidades. A confusa realidade sociocultural no Brasil trouxe-me um questionamento, que irá perpassar por

esta pesquisa: por qual razão e de que maneira grande parte da população, a maior parte trabalhadores, identificam-se com um modo de vida mercadológico, individualista e intolerante (digo intolerante com o modo de vida dos outros sujeitos que não estão dentro do padrão que é aceito socialmente “branco, hétero, cristão, família tradicional”)?

Enquanto escrevo sobre o que desejo explorar nesse trabalho, atualizo o site de notícias e me deparo com a seguinte matéria e vídeo: “10 anos do Iphone, fãs contam como tratam o celular como filho”³. Sim, vai ter spoiler⁴. No vídeo, fãs revelam que dão nomes aos aparelhos celulares, que sentem ciúmes deles, que viajam horas de avião e enfrentam dias em filas para adquiri-lo. É necessário refletir sobre os efeitos das relações sociais nas quais estamos inseridos que tratam objetos como portadores de vida, a ponto de tornarem-se fãs, cultivando sentimentos de afetividade. Uma relação naturalizada a tal ponto que, muitas vezes, não se questiona suas implicações, do porque é feito. É preciso pensar que os imaginários, os ideais não surgem por acaso. Eles são o produto de construções históricas apoiadas em tecnologias de difusão. Portanto, a pesquisa tem como objetivo compreender de que forma essa “nova dinâmica cultural” (pós-moderna) coopera para a consolidação do conservadorismo brasileiro por meio do modo de vida dos sujeitos.

Minha hipótese é que a cultura pós-moderna é uma atualização da dominação capitalista que conflui, sustenta e coopera em larga escala para consolidar a lógica conservadora no campo ideocultural. E esse processo acontece por intermédio do reforço ao individualismo como uma técnica de poder, pelo desengajamento do coletivo, através do relativismo cultural, entre outros valores. Meu objetivo não é trazer um antes e um depois, mas é compreender o que é estrutural e identificar as novidades desse processo. Não tenho a pretensão de trazer respostas e nem esgotar o assunto, mas pretendo neste estudo, trazer uma reflexão da forma de sociabilidade na qual estamos inseridos, na busca em compreender algumas das determinações, novidades e continuidades do conservadorismo.

Considero esse tema relevante para a formação profissional dos assistentes sociais, visto que a compreensão da lógica cultural do capitalismo, da multiplicidade de interpretações sobre o conhecimento da realidade (relativização), da fragmentação da vida, (como aponta Jameson (2002): um período de “nova falta de profundidade”), a ofensiva “neoconservadora”, tão

³ Fãs contam como tratam o celular como filho. Disponível em < <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/nos-10-anos-do-iphone-fas-contam-como-tratam-celular-como-filho-e-de-viagens-para-comprar-smartphone-da-apple-video.ghtml> > Acesso em Junho de 2017.

⁴ Revelar conteúdos a respeito de determinado livro, série, matéria, série, jogo entre outros.

presentes na sociedade brasileira, portanto, na vida dos trabalhadores (usuários), são fundamentais para o posicionamento e atuação interventiva do profissional em favor da classe que vive do trabalho⁵. Principalmente porque é através de categorias como cultura (pouco estudada no Serviço Social) que as correntes tradicionalistas e fundamentalistas têm obtido êxito na luta ideológica e avançado nos espaços populares.

Para explorar essas construções sociais, distribuiu-se o trabalho em dois capítulos. No primeiro intitulado de: Cultura, Modernidade e Pós-modernidade, o objetivo é situar o leitor sobre o conceito de cultura que será tratado ao longo deste estudo e seus rebatimentos na modernidade e as significativas mudanças no mundo contemporâneo chamado de pós-modernidade, além de compreendermos a origem e conceito do conservadorismo. Para isso dividimos o capítulo um em três itens.

O primeiro subcapítulo designado “Cultura: uma definição preliminar” tratará sobre algumas possíveis definições do termo “cultura”, dialogando com Raymond Williams e Stuart Hall a fim de trazer a compreensão de cultura como modo de vida, concepção que perpassará esta pesquisa. O subcapítulo em seqüência intitulado: “Modernidade e pós-modernidade” tem como objetivo perceber as características predominantes na Modernidade e na Pós-modernidade, com ênfase na chamada pós-modernidade caracterizada por Jameson como uma “nova dinâmica cultural”. Não como superação da Modernidade, mas como novas formas de dominação geradas pela própria transformação do capitalismo. O último item, denominado “Conservadorismo Clássico” tem como finalidade compreender a origem e características do viés conservador e sua perspectiva de enfrentamento a questão social.⁶

No segundo capítulo intitulado de: Estado, Classe, Sociedade Civil: uma análise da sociedade brasileira será problematizada como se configura a formação da sociedade brasileira, onde se encontram sua natureza, seus valores, suas relações políticas e sociais. E como o Estado como instituição vem atuando nos últimos governos no Brasil e de que maneira a cultura tem sido o campo de ataque do conservadorismo na disputa de projetos societários no Brasil.

O primeiro subcapítulo denominado “Formação Social Brasileira: perspectivas teóricas” tem como escopo compreender a origem do conservadorismo no Brasil a partir de uma aproximação com as perspectivas de Caio Prado Jr, Furtado e Florestan (principalmente)

⁵ Termo utilizado pelo autor Ricardo Antunes no livro “Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2ed, São Paulo: Boitempo, 2009.

⁶ Questão Social é o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por um pequeno grupo da sociedade (IAMAMOTO, 2001:27)

entre outros, a fim de entender como os traços de elementos arcaicos atrelados a elementos modernos configuram um Brasil desigual, de capitalismo dependente. O segundo subcapítulo intitulado “Estado Brasileiro: rolo compressor” tem como finalidade expor como o Estado seja no período ditatorial, no governo FHC e no governo Lula (este último com significativas diferenças em relação aos outros, principalmente na condução de políticas públicas e sociais para o pobre, como veremos no subitem) atua na prática em favor de uma classe, em favor de interesses privatistas, que não dos trabalhadores.

O último subcapítulo designado “Conservadorismo e Cultura: uma análise da sociedade brasileira” tem como objetivo analisar como o Estado e a cultura conservadora, principalmente após junho de 2013, passaram a combater de modo mais claro a diversidade dos modos de vida em sociedade, através da disseminação (virtual e concreta) de uma cultura individualista, consumista, pseudo nacionalista, relativista, gerando representações criadas pelas elites dominantes que trabalham na subjetividade dos sujeitos a fim de atender a seus próprios interesses. E, portanto, a urgência da valorização de uma cultura popular e coletiva, que acolha aos interesses de todos os sujeitos sociais, que acolha a diversidade existente na sociedade e que tenha em seu horizonte a emancipação humana.

1- CULTURA, MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE

A modernidade teve seu apogeu no século XVIII com as ideias Iluministas, período caracterizado pelas certezas, pelo racionalismo, universalismo, liberdade, pelas visões totalizantes do mundo, pela padronização do saber, entre outras características (WOOD, 2001). Alguns autores, como Weber, por exemplo, relacionam a racionalidade do sistema capitalista com as ideias iluministas, porém o Iluminismo se inicia numa sociedade ainda não-capitalista, como veremos mais adiante neste capítulo.

Após a Revolução Industrial, surge uma economia baseada no liberalismo, que defendia a não-intervenção do Estado na economia, dirigida pela lei da oferta e da procura. O modelo de acumulação que prevalecia era o Fordismo, que teve início aproximadamente no ano de 1914 com Ford, mas que teve seu apogeu entre 1945 quando formou a base de sustentação de um longo período de expansão pós-guerra (HARVEY, 2004:125). O fordismo, que tem como característica a produção em massa e a padronização dos produtos, não só era um mero sistema de produção, era também e principalmente um modo de vida total. Os trabalhadores tinham sistemas de trabalho rotinizados, inexpressivos e degradados (HARVEY, 2005). Após um

longo período de acumulação em que os padrões materiais de vida da população dos países avançados se elevaram e os lucros corporativos prevaleceram, esse modelo fordista começa a dar sinais de crise. O surgimento da produção em excesso e o enfraquecimento de uma demanda efetiva, ocasionou na perda de lucratividade das indústrias, privatizações, flexibilizações e o modelo Fordista não conseguia dar respostas rápidas para superar os obstáculos que foram surgindo a partir do ano de 1965, como aponta Harvey:

...o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problema com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumos invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho. E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica a onda de greves e problemas trabalhistas do período de 1968 à 1972... (HARVEY, 2004:135)

A partir desse período e principalmente após a crise do petróleo (1973), com o advento de um modelo de produção de acumulação flexível e o surgimento das tecnologias da informação, alguns sociólogos como Toffler, Stomir, Mavida, entre outros, rotularam a interpretação da sociedade moderna de sociedade “pós-industrial”, “pós-fordista”, “pós-moderna”, “pós-histórica” (KUMAR, 1997). Para eles, a sociedade moderna não é mais válida, nem mais atuante, não é capaz de dar respostas diante de tantas “mudanças”, por isso declaram que esse período é o nascimento de uma nova civilização, um período “pós-moderno”.

A “pós-modernidade” está relacionada à ideia de posterioridade e até de “superação” da modernidade. Tem sido descrita como uma reação a modernidade, onde o mundo é visto de forma fragmentada, rejeitando qualquer forma de universalidade e totalidade. Tem como característica a instabilidade, a inconstância, o enaltecimento da cultura como valor rentável de mercado e não como direito (JAMESON, 2002).

Em suma, neste capítulo investigaremos o pós-modernismo não como um estilo, mas como um dominante cultural. Temos como objetivo compreender como a cultura é utilizada para a manutenção do capitalismo como sistema de reprodução da vida social a partir de uma “nova” dinâmica cultural. Para isso, faz-se necessário, compreender o que significa cultura e dentre suas muitas conceituações, delimitar o conceito que será trabalhado neste estudo.

1.1 Cultura: uma definição preliminar

Antes de tudo, é importante elucidar que as questões presentes na sociedade, como:

guerra, fome, pobreza, endividamento, poluição ambiental, drogas, desigualdade social, entre outras expressões da questão social, não são problemas causados por aspectos culturais. Não são questões de valores, de tradição, de identidade que ocasionam as mazelas sociais. São problemas derivados de um modelo econômico capitalista que afeta a vida dos sujeitos diretamente por meio da produção assalariada e propriedade privada dos meios de produção. Uma das maneiras de garantir a continuidade desse modelo econômico, de forma cada vez mais naturalizada e obscura, é por meio da difusão de uma cultura mercadológica, competitiva e individualista.

A origem etimológica de cultura é um conceito derivado da natureza que de início denotava completamente um processo material (cultivo agrícola, cultivo do que cresce naturalmente). Depois foi deslocado para questões do espírito. Se cultura significa um cultivo, um cuidar ativo daquilo que cresce naturalmente, o termo sugere uma dialética entre o natural e o artificial, o que fazemos do mundo e o que ele faz de nós.

Para o antropólogo Kenneth Oakley (1954), cultura seria o resultado de um cérebro volumoso e complexo desenvolvido em consequência da inteligência humana. Já para Levi Strauss (1976), a cultura surge no momento em que passa a existir a primeira regra comum a toda sociedade humana (a proibição do incesto, por exemplo). O antropólogo Leslie White (1955) considera que o princípio da ideia de cultura esteja ligado a geração e perpetuação de símbolos na sociedade (LARAIA, 2005). Cultura também pode significar uma espécie de pedagogia ética que nos torna pessoas aptas para a cidadania (no sentido da vida social), no sentido das artes com sentido de uma vida refinada. Enfim, suas definições são e podem ser diversas (EAGLETON, 2005).

A partir das mudanças históricas que ocorreram na passagem de uma sociedade rural para uma sociedade mais urbana, aconteceram também mudanças semânticas “... da criação de porcos à Picasso, do lavar o solo à divisão do átomo [...] os hábitos urbanos passam a ser cultos e os que cuidam do solo não o são” (EAGLETON, 2005:10). Inicialmente, no final do século XVIII, o conceito de cultura simbolizava aspectos específicos de um povo, como, por exemplo, no termo germânico “Kultur”, que simbolizava todos os aspectos espirituais de uma comunidade. Enquanto o termo francês “Civilization” simbolizava realizações materiais de um povo.

A cultura como sentido e significado de “pessoa culta” era propagada no século XVIII e XIX através de um padrão de civilização, um padrão de uma única cultura. Os termos foram

retomados por Eduard Taylor, que foi o primeiro a trazer no conceito de cultura a abrangência de todas as possibilidades de realização humana, através do caráter de aprendizado, rejeitando a visão da transmissão biológica. Ele traz o conceito antropológico de cultura: “... cultura é todo aquele complexo no qual se inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e quaisquer outras capacidades e habilidades adquiridas pelo homem como membro de uma sociedade” (LARAIA, 2004:25). Portanto, há uma diferença entre esses dois últimos conceitos de cultura. Em cultura como civilização, existia apenas uma cultura propagada, dada como a única cultura. Em cultura como modo de vida, existem várias culturas.

A espécie humana é a única espécie que possui uma enorme diversidade cultural, apresenta crenças e hábitos diversos. Geralmente essa diversidade é observada quando comparamos a cultura de um país ou de um povo com outro. Confúcio (IV a.C) disse que a “natureza dos homens é a mesma, são seus hábitos que os mantêm separados” (LARAIA, 2004), portanto é de extrema importância compreender o paradoxo da enorme diversidade cultural e o “comportamento” dos indivíduos, consequentemente da sociedade, para que seja possível mergulhar nas complexidades da contemporaneidade.

Isso fica mais claro quando comparados, por exemplo, os hábitos e costumes da culinária tailandesa, na qual é comum a população comer baratas, grilos e outros tipos de insetos, enquanto, no Brasil, o inseto não é considerado um alimento, pelo contrário, é tido como algo nojento e que causa repulsa na maioria das pessoas. Na Índia, as vacas são consideradas sagradas e andam livremente pelas ruas, no meio dos carros, enquanto é consumida em outros países. Na cidade de Cap d’Agde, localizada no sul da França, é comum a prática de nudismo⁷ nas praias e até em lojas, restaurante, ou bancos, enquanto nos países islâmicos, as mulheres mal podem mostrar o rosto.

Enfim, seria possível descrever inúmeras diferenças de modos de vida e de comportamento entre distintas sociedades. Entretanto, nenhum desses comportamentos foram determinados biologicamente e nem geograficamente, e sim através de um aprendizado chamado de endoculturaçã⁸(LARAIA, 2004), contrariando a ideia de origens biológicas, ideia de princípio ou verdade inata impressa na hereditariedade (presente até hoje). Afinal, quem

⁷ Disponível em < <https://catracalivre.com.br/geral/entretenimento/indicacao/praias-de-nudismo-com-sexo-liberado-e-atracao-no-sul-da-franca/> > Acesso em Junho de 2018

⁸ “Processo constante de aprendizagem e de assimilação do conhecimento, em que o indivíduo aprende o modo de vida e a cultura da sociedade em que nasceu (valores, preceitos, crenças, saberes); tem início na infância, posteriormente na escola, seguida por outros grupos ou níveis sociais”. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/endoculturacao/>>. Acesso em Junho 2018

nunca ouviu alguém dizer ou mesmo achou de si que “herdou” de algum familiar qualidades positivas e negativas? Como, por exemplo: “Esse menino não vai dar para trabalho porque puxou o pai”, “Ela leva muito jeito para a música, puxou o avô”, etc.

A teoria de Cesare Lombroso⁹, criminalista italiano, que tentou relacionar certas características físicas com a tendência para comportamentos criminosos, cooperou para a disseminação da ideia de comportamentos relacionados à hereditariedade genética no âmbito popular (como citado acima), e até acadêmico, apresentados como verdade científica. Essa ideia de herança genética foi refutada por Locke, Tylor, Kroeber. Em seus estudos, estes autores procuraram demonstrar que a herança genética nada tem a ver com as ações e pensamentos, pois todos os seus atos dependem inteiramente de um processo de aprendizado, como aponta Laraia:

Acompanhando o desenvolvimento de uma criança humana e de uma criança chimpanzé até o primeiro ano de vida, não se nota muita diferença: ambas são capazes de aprender, mais ou menos as mesmas coisas. Mas quando a criança começa a aprender a falar, coisa que o chimpanzé não consegue, a distância torna-se imensa. Através da comunicação oral a criança vai recebendo informações sobre todo conhecimento acumulado pela cultura que vive. (LARAIA: 2004:52)

Diferente dos animais, que utilizam e modificam a natureza pelo simples fato da sua presença nela, o homem modifica a natureza, submete-a e domina-a para atender aos seus interesses (ENGELS, 1999). Essa possibilidade ocorre porque o homem possui a capacidade teleológica, que faz com que possa pré-determinar uma atividade que irá realizar, aperfeiçoando suas próximas ações. O conhecimento produzido e adquirido pelo homem durante esse processo é transmitido aos outros homens, gerando um processo de acumulação daquilo que foi “comunicado” ao longo da vida. Desse modo, observamos que a comunicação é um processo cultural e não existiria cultura se não houvesse a possibilidade de desenvolver a comunicação daquilo que foi experienciado.

Essa realidade expõe que o que homem faz aprendeu com o meio em que foi socializado em qualquer cultura existente, portanto será atrelado ao contexto real e específico de onde crescer. Por exemplo, não somos brasileiros por causa do DNA, mas pensamos nessa identidade como se fosse parte da nossa natureza essencial. Isso ocorre, como aponta Hall, devido a um sistema de representação cultural (HALL, 2005).

⁹ Disponível em < http://www.cerebromente.org.br/n01/frenolog/lombroso_port.htm > Acesso em Junho de 2018.

O homem precisa satisfazer suas funções vitais, como se alimentar, dormir, respirar, ter atividade sexual, entre outras. Mesmo que essas atividades sejam comuns em toda sociedade, a maneira de realizá-las vai mudar de uma cultura para outra. A diferença está na herança cultural construída através de inúmeras gerações, que condicionou ao ser social reagir depreciativamente em relação do comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Por exemplo, é comum a crença religiosa baseada na existência de um povo eleito por seres sobrenaturais, em que o “povo escolhido” passa a acreditar ser superior aos demais. Tais crenças contêm o gérmen do racismo, da violência, da intolerância contra o outro, pois suas referências se baseiam em grupos e não na humanidade (LARAIA, 2004). A mudança do conceito e entendimento de cultura deixa de ser algo transcendente para ser algo conflituoso.

A cultura pode ser aproximadamente resumida em um complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico. Raymond Williams (2001) escreve sobre a cultura como um sistema significativo por meio do qual uma ordem social é comunicada, reproduzida, experienciada e explorada. Stuart Hall (2005) descreve-a como práticas vividas, ideologias praticadas que capacitam uma sociedade, grupo ou classe a experimentar, definir, interpretar e dar sentido às suas condições de existência (EAGLETON, 2005). Portanto, o que a cultura preza não é o particular, mas sim uma relação entre o individual e o universal.

A cultura é mais do que um conjunto de referências estéticas ou históricas de determinado grupo, ela é o ponto crítico da intervenção social, em que as relações de poder estabelecidas se revelam. Desse modo, as identidades como, por exemplo, as identidades nacionais são formadas não apenas como entidades políticas, mas como algo que produz sentidos, um sistema de representação cultural. As culturas nacionais não são compostas apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Segundo Hall (2005), uma cultura nacional é um modo de construir sentidos que influencia e organiza nossas ações e a concepção que temos de nós mesmos. Ao construir sentidos sobre uma “nação”, com os quais nos identificamos, constroem-se identidades.

São as identidades construídas que correlacionam o individual e o universal. Segundo Hall (2005), essas identidades são produzidas através de cinco elementos principais: a narrativa da nação (tal como é contada na história e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Estórias, imagens, eventos e rituais que representam as experiências partilhadas e criam identificações); ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na atemporalidade (os

elementos essenciais do caráter nacionais permanecem imutáveis apesar de todas as transformações da história; invenção da tradição, ou seja, tradições que parecem antigas têm, muitas vezes, origem recente). Orientam valores e normas de comportamento por meio da repetição. Como, por exemplo, a pompa da monarquia britânica, que é do final do século XIX e que permanece até os dias de hoje. O mito fundacional no qual as origens e o passado do povo são contados através de um passado histórico tão distante que ele se perde em um tempo mítico, traz a ideia de um povo puro e original.

A construção da identidade nacional é realizada de modo ambíguo entre o passado e o futuro através do discurso em torno de uma cultura nacional. Por isso, Hall (2005) aponta que “não importa quão diferente seus membros possam ser em termos de classe, gênero, ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los a uma identidade cultural, representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional” (HALL, 2005:59). Logo, a cultura nacional é uma estrutura de poder cultural. Hall traz alguns elementos para compreendermos essa questão.

Primeiramente, a maioria das culturas nacionais só foram “unificadas” por um longo processo de conquista violenta, que seguiu o processo de constituição dos Estados centralizados e o desenvolvimento do capitalismo; as nações são sempre compostas de diferentes classes sociais e grupos étnicos e de gênero; as nações ocidentais modernas foram centro de impérios e exerceram hegemonia cultural sobre os colonizados (HALL, 2005).

Ao invés de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensar como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo ‘unificadas’ apenas através do exército de diferentes formas de poder cultural. (HALL, 2005:61).

Durante esse processo de “unificação”, são criados personagens que sejam identificados como representantes da “nação”. No Brasil, esse processo teve início desde a invasão dos Europeus, na qual “apagaram” a identidade dos índios que aqui viviam de maneira violentíssima, impondo sua cultura. Ou seja, as identidades culturais construídas pelas culturas nacionais não são um retrato, de fato, da realidade, elas são construções de uma estrutura de poder dos “de cima”.

A análise gramsciana de cultura (1982) parte da cultura da luta de classes. Cultura em Gramsci é entendida como uma multiplicidade de pensamento, aquisição, hábito de se relacionar com as causas e efeitos. Gramsci parte da perspectiva de que todos são cultos, cultos porque todos pensam, porque todos relacionam causas e efeitos. Para ele, cultura é como os

sujeitos reagem a essas causas e efeitos. A base do trabalho de Gramsci para pensar a cultura da classe trabalhadora é o senso comum, não é criar uma nova cultura, é organizar a concepção de mundo que está no senso comum, elevá-la e trabalhá-la através de práticas culturais que ameaçam a dominação.

Para Raymond Williams (1969), cultura é a nossa resposta aos acontecimentos que constituem o que viemos a definir como indústria e democracia e que determinaram as mudanças das condições humanas. Essas condições humanas foram criadas pelos homens e são modificadas por eles. Partindo de uma perspectiva histórica, Williams relaciona a cultura com as transformações históricas ocorridas na sociedade geradas pelas mudanças na indústria, na democracia, nas classes sociais, nas produções culturais (arte, literatura, etc.). A cultura, que antes significava um estado ou um hábito mental, ou ainda, um corpo de atividades intelectuais e morais, agora significa também todo um modo de vida. Para ele, as acepções iniciais e mais elitistas do termo como algo a ser cultivado (como, por exemplo, nas artes) foram confrontados com o significado de uma cultura ordinária ou comum. Dessa maneira, a cultura é encarada como o “sistema de significações o qual necessariamente uma ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada” (WILLIAMS, 1992: 13).

Diante desta compreensão, o termo cultura adquire um caráter universal que passa a englobar tanto as “manifestações populares”, quanto ao que costumamos chamar de “alta cultura”. A partir das análises de Williams, compreendemos o que tem sido designado de “alta cultura”, “cultura popular” e “cultura de massa”. A “alta cultura” está relacionada à produção artística e intelectual das classes mais favorecidas, da “classe burguesa; a “cultura popular”, de certo modo, foi confundida com a “cultura de massa” difundida pela burguesia. No entanto, Williams (1969) não só refuta a atribuição homogênea de uma determinada cultura como popular, como também, refuta a ideia de uma “cultura de massa” ser sinônimo de uma “cultura popular”, pois a cultura de massa surgiu em resposta à industrialização, aos avanços dos meios de comunicação e à transformação dos produtos culturais em mercadorias destinadas às massas.

Para Williams, a cultura é de todos, mas não é igual para todos. Segundo ele, “uma classe social de modo algum é sempre culturalmente monolítica” (1992:74). Por isso, destaca tipos de interações entre as culturas de classes:

Estamos em condições, agora, de saber exatamente o que se entende por ‘cultura da classe trabalhadora’. Não é a arte proletária, nem um particular uso da língua, nem conselhos deliberativos; é, em vez disso, a básica ideia **coletiva**, e as instituições, costumes, hábitos de pensamento e intenções que dela procedem. Cultura burguesa, por sua vez, é a básica ideia **individualista** e as instituições, costumes, hábitos de

pensamento e intenções que daí procedem. Em nossa cultura, como um todo, há ao mesmo tempo uma interação constante entre esses sistemas de vida e uma área que pode ser adequadamente descrita como comum ou como pressuposta a ambos. (WILLIAMS, 1969:335, **grifos nossos**)

Em Williams (2001), estudar a cultura coincide com a tarefa de analisar a natureza da organização que é o complexo dessas relações. Portanto, é com a descoberta dos padrões característicos que a análise cultural tem início. Estamos diante de um processo em que os seres humanos vem e vão, mas os símbolos permanecem e sobrevivem para continuar o processo de organização e recriação contínua de significados sem o qual a sociedade não existiria. Segundo Williams, as dificuldades e complexidades do conceito de cultura não devem ser localizadas no próprio conceito, mas nas práticas sociais que se pretende designar e que, não por acaso, surgem de uma concentração de interesses (WILLIAMS, 2001:11). Tal concentração de interesses gera preocupações focadas em diferentes dimensões que se encontram em três conceitos principais: Cultura como “ideal”, cultura como “documentação” e cultura como “modo de vida”.

Na dimensão da Cultura como “ideal”, a análise da cultura é vista como um estado ou modo de perfeição humana, definidos nos termos de certos valores tidos como absolutos ou universais. Esta dimensão trata principalmente da descoberta e descrição de vidas e trabalhos, daqueles valores que podem ser vistos como estabelecidos em uma ordem atemporal. Na dimensão da Cultura como “documentação”, a cultura é o corpo dos trabalhos intelectuais em que o pensamento e a experiência humana ficam detalhadamente registrados. A análise dessa perspectiva está relacionada à atividade crítica, que descreve e valoriza a concepção e a experiência (WILLIAMS, 2001)

Essa atividade crítica pode ser uma tentativa de explorar o “melhor que tem sido pensado e escrito no mundo” (WILLIAMS, 2001:57), pode ser um processo que dê ênfase a um trabalho particular mesmo interessado na tradição e também pode ser um processo que examina trabalhos particulares procurando relacioná-los às sociedades e tradições, um modelo histórico de crítica. E por fim, a dimensão da Cultura como “modo de vida”, em que é definida de natureza social como cultura ligada a estilos de vida particulares, articulados por meio de significados e valores comuns, oriundos de instituições e expressos no comportamento cotidiano. Essa análise abrange as duas dimensões anteriores passando pela ênfase no “ideal” e também pela dimensão da “documentação”, não na busca de compará-los, ou de excluir uma ou outra, mas de aprofundar as mudanças e “descobrir certas leis e tendências gerais, pelas quais o desenvolvimento cultural pode ser mais bem compreendido” (WILLIAMS 2001: 58).

Em sua obra, Williams enfatiza que as dimensões econômicas, políticas e culturais são simultâneas e devem ter significados equivalentes para modelagem da sociedade. A cultura não é secundária à política e à economia, ela é inseparável das estruturas econômicas e políticas. Esse fato é importantíssimo reafirmar, pois não se pode perder de vista a totalidade da vida social, como afirmou Marx (2008).

O termo cultura em Marx pode soar estranho a muitos ouvidos, e para muitos, cultura e Marx são irreconciliáveis, pois Marx parte da base material e concreta para compreender a sociedade e não desenvolveu uma teoria sobre a cultura. Cultura não é um termo chave que Marx irá analisar. Apesar de não ter escrito sobre o conceito de cultura, ele trouxe em suas análises, elementos fundamentais para compreendê-la. Seu esboço sobre as definições e implicações da realidade na formulação da **estrutura e superestrutura** são fundamentais para a compreensão da complexidade das relações sociais. Esses conceitos aparecem no prefácio de sua crítica a economia política (2008):

Na produção social em que os homens se empenham, acabam eles submetidos a relações sociais que são inevitáveis e independentes de suas próprias vontades; essas relações de produção correspondem a um estágio definido de desenvolvimento de suas forças materiais de produção. A soma total dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade - o verdadeiro alicerce sobre que se erguem estruturas legais e políticas e a que correspondem formas definidas de consciência social. O modo de produção da vida material determina o caráter geral dos processos sociais, políticos e espirituais da vida. Não é a consciência dos homens que lhes determina a existência, mas ao contrário, é a existência social que determina suas consciências (...) Com a mudança das fundações econômicas, transforma-se também, mais ou menos rapidamente, a imensa superestrutura. Ao considerar tais transformações deve-se sempre distinguir entre a transformação material das condições econômicas de produção, que podem ser determinadas com a precisão das ciências naturais, e as formas legais, políticas e religiosas, estéticas ou filosóficas - em suma: as formas ideológicas - pelas quais os homens ganham consciência do conflito entre estrutura e superestrutura e o resolvem. (MARX, 2008; 11)

Williams (2001) se baseia nos conceitos definidos por Marx para pensar a cultura em uma perspectiva baseada na inseparabilidade das estruturas econômicas, políticas e simbólicas, que são à base da análise do “materialismo cultural”. Williams (2001) considera a cultura como parte do processo produtivo e dos meios de produção através da propriedade e do poder, que inevitavelmente se mantém através do hábito, do modo de visão, da experiência sob pressões já definidas, de tal forma que aquilo que as pessoas pensam e sentem é, na maior parte, uma reprodução de uma ordem social demasiadamente arraigada. Essa relação do humano com o meio externo muda o tempo todo, devido à dinâmica da realidade social.

Marx não negou essa realidade (apesar de sua teoria ter sido apontada como reducionista

ao campo econômico- economicista), pelo contrário, Engels afirma que análise de Marx não se restringe ao campo econômico:

... Se, pois, alguém, torcendo as nossas palavras, disser que o elemento econômico é o único elemento determinante, esse alguém estará transformando nossa afirmação em frase destituída de significado, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os vários elementos da superestrutura- as formas políticas da luta de classes e suas conseqüências; as constituições implantadas pela classe vitoriosa depois de uma batalha ganha, etc. - as formas das leis e até as repercussões e reflexos de tais lutas no cérebro dos combatentes: as teorias políticas, legais e filosóficas, as ideias religiosas e suas modificações no sentido de formação de sistemas dogmáticos - também exercem toda influência sobre o curso das lutas históricas, e, em muitos casos preponderam na determinação da forma que assumem estas lutas (...)” (ENGELS *apud* WILLIAMS, 1969:278).

Partindo de uma perspectiva histórica e materialista (como a teoria de Marx e Engels), Williams articula o conceito de cultura com as contradições entre os limites e pressões em que a ação humana está submetida e, ao mesmo tempo, preserva um espaço para a mudança. Portanto as experiências, a produção de significados e valores ocorrem no contexto da luta de classes. Mesmo que a cultura dominante seja realizada a partir de práticas sistematizadas.

Ele pressupõe a ideia de democratização da cultura, num sentido universal, sob o qual os acessos aos produtos culturais da humanidade não deve ser privilégio de alguns, nem sua produção está relacionada a atributos especiais ou uma “iluminação do espírito”: a cultura é ordinária e comum e é produzida socialmente. Deve ser uma cultura participativa e partilhada por todos. A ideia de uma cultura comum, para Williams, relaciona a verdadeira democracia à possibilidade de viabilizar o acesso a todas as formas de cultura a todas as pessoas, e nesse sentido, reivindica uma prática política emancipatória no sentido que ele destaca como: “dar a todos o livre acesso a tudo que se fez e se construiu no passado” (WILLIAMS 1969:327).

Vimos, neste subcapítulo, variados conceitos de cultura. A concepção de cultura criada a partir de uma “identidade nacional” (Hall), e perspectiva da cultura como “modo de vida”(Gramsci e Williams) são as concepções que adotamos para dialogar nesta dissertação. O propósito é adentrar nesse campo de análise em que o capital e seus organismos têm utilizado para alcançar cada vez mais legitimidade, trabalhando nas subjetividades dos sujeitos e moldando os modos de vida de acordo com sua racionalidade. No próximo item, veremos como a “cultura” será moldada pelo capitalismo na modernidade e na chamada pós-modernidade.

1.2 Modernidade e Pós- modernidade

Antes de compreendermos o projeto da sociedade chamada “Pós-moderna”, é necessário

primeiramente compreender o que foi a Modernidade. Primeiramente, é importante deixar claro que não existe um consenso acerca dos significados de “Modernidade” e “Modernismo”, e que seguiremos aqui a perspectiva de Kumar (1997), o qual considera que a modernidade está associada à abrangência de todas as mudanças – intelectuais, sociais e políticas - do mundo moderno. E o Modernismo como um movimento cultural que surgiu no fim do século XIX. Ambos os termos estão completamente ligados, contudo apresentam distinções, como a citada acima.

Não vou me ater nesta pesquisa sobre o movimento estético, artístico, de ambos os períodos. Pretendo analisar características sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e culturais peculiares que determinam comportamentos, práticas de consumo, identificam e classificam pessoas, forma identidades, enfim, definem os modos de viver e de ser das pessoas, ou melhor, de “estar no mundo”, como vimos anteriormente com Williams (1969).

A noção de modernidade aparece inicialmente a partir do século V d.C como uma ideia contrária a de *antiquus*, e atribuída como *modernitas* (tempos modernos), visto que o mundo antigo era considerado pagão e o moderno, cristão. Contida na filosofia cristã da história, a modernidade é uma invenção da Idade Média Cristã (KUMAR, 1997). Nela, o tempo é retirado da esfera naturalista do mundo antigo (o tempo era considerado a alternância entre dia e noite, entre nascimento e morte, algo regular e repetitivo) e conectado a um significado e finalidade no tempo que compreende a vinda de Cristo. O tempo passa a ser dividido entre “antes” e “depois” de Cristo (linear e irreversível). Portanto, o tempo é retirado da esfera natural e passa ser inteiramente humanizado, mesmo que sob orientação divina. Kumar (1997) enfatiza que, embora a Idade Média tenha inventado os “tempos modernos”, pouco, de fato, diferenciava-se das concepções dos tempos antigos. Somente perto do século XVIII é que esse conceito de história chegou próximo do que entendemos hoje como modernidade.

A imagem dos marcos da Modernidade está relacionada aos grandes progressos no conhecimento, no comércio, na indústria (a invenção da pólvora, as navegações, a imprensa). Até a metade do século XVIII, as ideias cristãs sobre o tempo e a história ainda dominavam a mentalidade ocidental. Somente a partir da segunda metade do século XVIII, há um novo conceito de Modernidade, quando, de fato, a Modernidade se consolida (KUMAR, 1997). A história mundial passa a ser dividida em estágios: história antiga, medieval e moderna, aplicados a um modelo de evolução da humanidade.

Considerada o berço da Modernidade a Revolução Francesa¹⁰ leva ao mundo uma nova era da história, através da revolução permanente de idéias e instituições baseadas na liberdade sob orientação da razão iluminista, como destaca Harvey:

O projeto equivalia a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e as leis universais e a arte autônoma [...] A ideia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária [...] O pensamento iluminista abraçou a ideia do progresso e buscou ativamente a ruptura com a história e a tradição esposada pela modernidade. Foi, sobretudo, um movimento secular que procurou desmistificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos de seus grilhões” (HARVEY, 1989:23)

O Iluminismo foi um período que teve como característica o planejamento racional, o gosto pelas visões totalizantes de mundo, pela crença nos valores universais, libertários (WOOD, 2001:113). Neste período, eram muitas as doutrinas de igualdade, de liberdade, de fé na inteligência humana, uma visão completamente otimista como a que Condorcet declarou: “uma boa lei deve ser boa para todos” (HARVEY, 1989). A fusão da modernidade com o capitalismo leva a crer que as teorias modernas ligam o Iluminismo ao capitalismo. Porém, a origem e princípios iluministas pertencem a uma sociedade nitidamente “não-capitalista”, de relações sociais não-capitalistas, afirma Wood (2001).

A sociedade Francesa do século XVIII era majoritariamente rural, seu mercado funcionava a partir das antigas práticas de extração comercial do lucro (comprar barato e vender caro e não na apropriação da mais valia do trabalho). A burguesia não era uma classe capitalista, eram profissionais liberais, detentores de cargos públicos e intelectuais. Tinha como base um projeto revolucionário que atacava os privilégios da aristocracia Francesa, questionava o privilégio da nobreza e do clero, e invocava princípios universais da cidadania e da igualdade civil. Portanto, a burguesia francesa do século XVIII teve pouco a ver com o capitalismo e muito mais com a forma não-capitalista de emancipação humana geral, não se restringindo apenas à emancipação da burguesia. Era uma razão emancipadora, esperançosa com as possibilidades de humanidade que aconteceria por meio da organização social e do desenvolvimento de formas racionais, que prometia a libertação da religião, do uso arbitrário

¹⁰A Revolução Francesa foi um movimento de cunho mais político do que desenvolvimentista. Tinha como ideais a “Liberdade, Igualdade e Fraternidade. “A grande revolução de 1789-1848 foi o triunfo não da “indústria” como tal, mas da indústria capitalista; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade “burguesa” liberal; não da “economia moderna” ou do “Estado moderno”, mas das economias e Estados com uma determinada região geográfica do mundo...” (HOBSBAWN, 2009:25)

do poder, da superstição, entre outros. (WOOD, 2001).

Diferentemente da realidade Francesa, a Inglaterra no século XVIII já possuía uma agricultura voltada para os princípios capitalistas, com a aristocracia envolvida em todo o processo produtivo e nas formas de comércio, não à toa que será a precursora do capitalismo industrial. O que difere a ideologia e características da sociedade Inglesa para a Francesa é o que Wood (2001) destaca como “ideologia do melhoramento”, em que o objetivo da cultura Inglesa era a produtividade do trabalho e o lucro, não os ideais de emancipação da humanidade que fizeram parte da cultura Francesa.

Diante dessa distinção de ideias das sociedades Francesa e Inglesa, é possível compreender o quanto a cultura que se produziu na Inglaterra estava completamente ligada ao capitalismo. Logo, as raízes de uma “modernidade destrutiva”, como designa Wood (2001), possuem sua origem na ideologia do “melhoramento”, em que todos os valores emancipatórios humanos estão submetidos à produtividade e ao lucro, e não ao movimento Iluminista.

Se a modernidade é em geral concebida como uma ideologia, um estilo cultural, a Revolução Industrial é considerada a forma material da modernidade. Essa forma material, econômica, transformou sociedades, ainda na maior parte pobres e agrárias, em centros concentrados de poder dos quais as mercadorias, os canhões e navios esmagaram a resistência de todos os povos não industriais. A mensagem era clara: “em nossos tempos, tempos modernos, só há uma maneira de sobreviver: industrializar-se” (KUMAR, 1997:94). A imagem da modernidade ficou diretamente ligada à industrialização (essa é uma das razões para que existam pensadores nos dias atuais que proclamam o fim da modernidade, alegando que ela acabou juntamente o período industrial).

O funcionamento da economia liberal baseava-se na industrialização. O liberalismo defendia a “não intervenção” do Estado na economia e esse jogo econômico era dirigido pela lei de mercado (mão invisível), em que acontece a competição no qual os mais capazes obterão êxito. Essa “não intervenção” possibilitava que a burguesia produzisse a quantidade que quisesse, pagando os salários que quisesse limitados apenas pelo mercado, porém o Estado permanece completamente interventivo para amortecer as crises geradas por esse jogo econômico. Ou seja, a “não intervenção” não passava de uma falácia, o Estado continuava como braço forte da burguesia. Essa fase industrial é marcada pela invenção da máquina, do uso do carvão, do ferro, empregando muitos camponeses que eram forçados a deixar o campo pela falta de trabalho e irem para as cidades.

Os capitalistas podem utilizar seus direitos de modo estratégico para impor todo tipo de condições ao trabalhador. Este último costuma estar alienado do produto, do comando do processo de produção, bem como da capacidade de realizar o valor do fruto de seus esforços – esse valor é apropriado pelo capitalista como lucro. O capitalista tem o poder (que de forma alguma é arbitrária ou total) de mobilizar os poderes da cooperação, da divisão do trabalho e do maquinário como poderes do capital sobre o trabalho. Disso resulta uma detalhada divisão organizada do trabalho na fábrica, o que reduz o trabalhador a um fragmento de pessoa (HARVEY, 1989; 101).

Ao longo do século XIX, o capitalismo industrial vai se transformando em capitalismo monopolista. Os grupos de capitalistas passam a controlar ramos industriais inteiros, empresas e bancos se unem para obter maiores lucros, passam a empregar grande número de trabalhadores trazendo grande impacto na economia e, conseqüentemente, alterando a dinâmica econômica. O advento dos monopólios industriais ocorreu quase que simultaneamente à mudança do papel dos bancos, que antes funcionavam como intermediários de pagamentos e que, com o desenvolvimento do capitalismo, passam a controlar de forma extensa e profunda as massas monetárias por meio do sistema de crédito. Isso acontece quando os bancos disponibilizam os empréstimos e os capitalistas industriais, que estão sempre na concorrência entre eles, recorrem a esse crédito para novos investimentos. Quanto mais essa competição entre capitalistas cresce, mais catastróficas são as conseqüências como, por exemplo, a precarização da força de trabalho, a degradação do meio ambiente; em suma, as relações entre o homem, a natureza e a tecnologia ficam subordinadas a essa lógica do capital, lógica essa que assume cada vez mais uma crescente tendência de crise estrutural.

O modelo de acumulação Fordista-Keynesiano é o modelo que prevalece na economia capitalista até meados dos anos 60. Possui a característica de padronização do produto e consumo em massa e vigorou nos EUA e nos países aliados da Europa Ocidental. Porém, no final da década de 1960, em decorrência do aumento da demanda de produção pelos países da Europa Ocidental e do Japão, ocorre um princípio da crise de dominação desse modelo de acumulação.

O modo de produção fordista não parava na fábrica. Gramsci (1978) identificou que o fordismo invadia a vida privada e pessoal dos sujeitos através do controle de como os trabalhadores viviam e gastavam seus salários. Os empregadores adotaram políticas proibicionistas, como a proibição do uso de bebidas alcoólicas, como condição fundamental para desenvolver o novo tipo de homem adequado à indústria. O objetivo era criar um novo homem, que fosse um trabalhador controlado dentro e fora da fábrica a tal ponto dos “métodos de trabalho serem inseparáveis do modo específico de viver, pensar e sentir” (GRAMSCI,

1978:302). De acordo com a análise gramsciana, o fordismo, expressou o domínio industrial dos EUA que representou um novo modo de vida, ou seja, um modo de regular a vida privada da classe operária sob a lógica da coerção e da persuasão. Sendo assim, o fordismo não representou somente uma forma de organização econômica, mas uma cultura, um modo de vida.

A questão sexual também foi um “problema” importante na organização da economia. Gramsci (1978) aborda que os instintos sexuais sofreram a maior repressão por parte da sociedade em desenvolvimento que passou a regulamentá-los pelas contradições geradas e pelas perversões que eram atribuídas, parecendo algo contrário a natureza. As relações sexuais, intrínsecas a condição humana, estão para além de condições subjetivas que podem trazer complexos problemas no campo da “superestrutura”. Dessa forma, a vida industrial exige uma adaptação psicofísica de costumes que não são inatos aos seres humanos, mas que são exigidas a serem adquiridas nessa “nova” forma de sociedade.

Fica claro diante dessa “luta contra o natural, ao que é intrínseco ao ser humano”, a complicação da regulamentação da questão sexual e da tentativa de criar uma nova ética sexual adequada aos métodos de produção e de trabalho, como também a aparência do interesse “puritano” dos industriais nas relações sexuais de seus empregados e a organização da família (GRAMSCI, 1978).

O projeto da modernidade foi útil a burguesia enquanto seus interesses ainda eram expressões universais. A partir do momento que esses interesses se transformaram e evidenciaram claramente um projeto particularista da classe dominante, o desenvolvimento da modernidade e seu objetivo de emancipação humana se tornaram uma ameaça (COUTINHO, 2000)

O modelo de produção fordista entra numa crise de superprodução quando o excesso da capacidade de produção acarreta perdas de lucratividade das indústrias, além do crescimento acentuado das flexibilizações, das privatizações, e desregulamentações na esfera produtiva, de mercado e na força de trabalho. A crise instaurada revelou que o modelo de produção fordista não conseguia dar respostas rápidas para os obstáculos que vinham surgindo. O aumento dos gastos do governo e a crise fiscal ocasionaram diretrizes econômicas inflacionárias, enfim, as despesas públicas cresciam e o que parecia era que a capacidade fiscal estagnava, enquanto na verdade ocorria a queda na taxa de lucro. Toda essa crise estrutural foi um advento para o crescimento acelerado do capital financeiro. Harvey (1989) denomina esse “novo” modelo de acumulação flexível.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviço financeiro, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY 1989:140)

Com a crise estrutural, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político. A forma convencional do industrialismo parece ter se esgotado e chegado ao seu limite, e é a partir dessa nova realidade que alguns pensadores anunciam o “fim da modernidade”. O modelo de acumulação flexível, a partir dos anos 1980, já se tornava hegemônico. Nesse modelo passaram a ser desenvolvidos os programas de controle de qualidade, o “Just in time” (modelo de administração da produção que determinava o “momento certo”) e outros mecanismos de reestruturação produtiva que objetivavam potencializar os lucros e aumentar a rentabilidade. Essas mudanças que vêm ocorrendo nada mais são do que a reorganização do capital a fim de retomar um patamar de acumulação com boas taxas de lucro e continuar sua dominação, como aponta a autora De Grazia:

Suas principais características, que o diferenciam do fordismo, podem ser assim resumidas: produção variável adaptada à demanda; trabalho em equipe; operação simultânea de várias máquinas; aproveitamento máximo de tempo (Just in time); sistema de kanban para reposição de peças, mínimo de estoque; terceirização em larga escala; organização dos círculos de controle de qualidade (CCQs) com a finalidade de apropriação do conhecimento dos trabalhadores, envolvendo-os no esforço da empresa para redução de custos, aumento da produtividade e etc. (DE GRAZIA, 2012:41)

As apropriações das atividades intelectuais do trabalho se acentuam com a maquinaria informatizada associada à intensificação do ritmo do trabalho que configuram uma realidade extraordinariamente benéfica para o capital, que continua seu ciclo de acumulação, exploração e lucro. As revoluções tecnológicas não afetaram somente a vida do sujeito em sua realidade de trabalho, afetarem também fora dele. Essas novas demandas criam um trabalhador polivalente, um trabalhador com várias funções na produção, o que gera uma intensificação na rotina de trabalho (dentro e fora do horário de trabalho, pois muitas vezes o trabalhador continua trabalhando por meio das tecnologias (celular, computador), fora de seu período e ambiente de trabalho). Esse é um dos exemplos sobre as novas formas de domínio que supõem a socialização de novos valores políticos, sociais, éticos e produz outros padrões de comportamentos compatíveis com as necessidades de mudança na esfera da produção e da reprodução social.

Como não há um consenso nos conceitos de “modernidade” e “modernismo”, o mesmo se aplica a “pós-modernidade e ao “pós-modernismo”. Primeiramente, a ideia que se passa é de

algo posterior ou até mesmo de superação da modernidade. As principais narrativas da modernidade como a história e o progresso, a razão e a revolução, a ciência, a verdade e a liberdade, são as principais rejeitadas pelos chamados “pós-modernos.

A pós-modernidade crítica e se refere ao modelo civilizatório moderno desqualificando seu potencial emancipatório. O conceito pós-moderno se baseia na falência histórica do projeto racional, ou seja, de que a razão não favoreceu a emancipação humana e descarta a visão otimista do Iluminismo, a partir da realidade concreta das guerras, desigualdades sociais, catástrofes ambientais, dominação de países economicamente desenvolvidos sobre os outros países, situações de barbárie, entre outros. Em vista disso, alguns teóricos, como Toffler e Bell, passam a acreditar numa nova era, numa nova fase de desenvolvimento, no qual designaram “sociedade pós-industrial” (KUMAR, 1997).

O teórico Toffler fala da “morte do industrialismo e do nascimento de uma nova civilização”; Stomir fala do nascimento de uma sociedade democrática, de uma era de abundância, na qual todos viverão numa sociedade baseada na cultura e no lazer; Maruda fala de uma sociedade sem classes, em que seria formada uma democracia plena, uma vez que todas as pessoas teriam acesso à informação e isso as tornaria abertas e cultas (KUMAR, 1997:25). Enfim, as novas tecnologias passam a representar uma espécie de salvação para a sociedade em todas as áreas da vida social. Mas, na concretude, isso não aconteceu, e nem está perto de acontecer.

Alguns filósofos e críticos divergem quanto à concepção da chamada “pós modernidade”. Segundo o filósofo Lyotard (2009), o período pós-moderno é caracterizado pelo fim das grandes metanarrativas (como o Iluminismo, Marxismo, Idealismo, etc). Já para o filósofo Lipovetsky (1993), que trabalha com a noção de hipermodernidade, esta é um período marcado pelo consumo exacerbado, por um individualismo emancipador em que predomina um “pós-moralismo que não rejeita valores, mas rechaça a ética do sacrifício. Onde muitos vêm manipulação, controle, nefastas perdas de referência, desagregação social”¹¹, ele vê um novo sopro de democracia. Para ele, a crítica a sociedade contemporânea revela o fracasso dos intelectuais marxistas que, segundo ele, exageraram a explorar o espetacular¹², a fim de se

¹¹ Entrevista com Lipovetsky sobre sua concepção de pós-modernidade. Disponível em:

<<http://www.correiopovo.com.br/blogs/juremirmachado/2013/05/4113/entrevistas-marcantes-lipovetsky-e-o-pos-moralismo/>> Acesso em Agosto de 2018

¹²Exagero” é 82% da riqueza mundial está na nas mãos de 1%. Disponível em

<<https://www.valor.com.br/brasil/5272165/em-2017-82-da-riqueza-mundial-ficaram-nas-maos-do-1-mais-rico>> Acesso em Agosto de 2018.

legitimarem como intérpretes sociais (KUMAR, 1997). No pós-modernismo, a realidade parece teorizar-se a si mesma, seu objetivo em apontar a superficialidade e redução de tudo a nada, em termos de teoria social, reafirma e corrobora com a positividade capitalista, portanto, neoconservadora, como veremos adiante.

Para Fredric Jameson (2002), o pós-modernismo não é uma mudança de época, como os autores citados acima acreditam, mas sim uma “lógica cultural do capitalismo tardio”, ou seja, é a transformação do próprio capitalismo que possibilita uma nova dinâmica cultural, em que tudo é instável, inconstante e com uma imensa aversão a tudo aquilo que for de longa duração. Com a mesma direção que Jameson, Wood (2001:121) descreve o pós-modernismo como uma visão de “mundo essencialmente fragmentado, indeterminado, que rejeita qualquer discurso totalizante, qualquer metanarrativa e quaisquer teorias abrangentes sobre o mundo e a história” e aponta que o projeto pós-moderno rejeita qualquer universalismo, inclusive os emancipatórios, assumindo assim lutas particulares contra opressões variadas. O sociólogo Bauman (2001) retrata a sociedade “moderna líquida” com individualista, fluída e de relações efêmeras, porém acredita que a sociedade contemporânea tem maior emancipação em relação à modernidade através da liberdade individual, e, portanto não toca nas contradições da sociedade capitalista, apenas traz suas características (somente o efeito e não a causa). Percebemos que as considerações sobre a pós-modernidade se dividem em: ou a chamada pós-modernidade é considerada uma “fase” do moderno, ou uma ruptura com o moderno.

Não há como negar que as mudanças e avanços tecnológicos provocaram profundas transformações, principalmente no final dos anos 1960 e que reverberam fortemente até hoje. As imagens, a tecnologia da informação e da comunicação, o mercado, o consumo são inerentes a sociedade chamada pós-moderna. Contudo, essa “revolução” tecnológica não gerou um novo tipo de sociedade, não trouxe uma nova era. O capitalismo reorganiza suas estratégias para continuar sobrevivendo, de modo que sua dominação pareça cada vez mais natural e inerente a sociedade.

As novas tecnologias da informação foram criadas, desenvolvidas, pelas e para as economias capitalistas. Kumar (1997) descreve-as como “a ideologia mais nova do capitalismo”. A crise do regime de acumulação capitalista pós-guerra é o período que caracteriza seu maior movimento de hegemonia ideocultural, uma vez que a pós-modernidade surge conectada a crise capitalista e propõe uma alternativa à “ineficiência” das teorias sociais modernas. Soares (2007) destaca que a estratégia pós-moderna consiste em satanizar a totalidade e as categorias universalizantes do projeto da modernidade em nome de uma

completa ausência de perspectivas que confrontassem a complexidade da realidade para além da perplexidade, da impotência ou da celebração.

Esse “vazio” ideológico expressa a ausência de um projeto societário que se oponha a ele e favorece ao novo padrão de acumulação capitalista, como aponta Mardones:

“O pensamento pós-moderno com sua defesa de um pluralismo de jogos de linguagem que impossibilita ir além de consensos locais e temporais, não permite dispor de critérios para discernir as injustiças sociais. Nos deixa a mercê do status quo, encerrados no que existe e sem possibilidades de uma crítica sócio política racional. Tal pensamento, ainda que se propunha o contrário, termina não oferecendo apoio a democracia e sendo um apoio as injustiças vigentes. Merece, portanto, ser denominado conservador ou neoconservador ou, ao menos, ser suspeito de realizar tais funções. (MARDONES apud SOARES, 2007:40)

A relativização do conhecimento que o pós-modernismo traz permite uma multiplicidade inesgotável de interpretações, todas consideradas (pela teoria pós-moderna) como válidas. A realidade teria como característica essencial seu caráter fragmentário que impede qualquer possibilidade de síntese ou totalização que apreenda o real. Por isso, sem penetrar na essência, reproduz no nível da teoria social o que Jameson (2002) chamou de “nova falta de profundidade, presente na esfera da cultura através do “pastiche” e do “ecletismo”.¹³

Para ele, o desaparecimento do sujeito individual, ao lado de sua consequência formal, a crescente inviabilidade de um estilo pessoal, engendra a prática quase universal em nossos dias que pode ser chamada de “pastiche”, que seria imitar um estilo único, peculiar, colocar uma máscara lingüística, falar uma língua morta. Isso mostra a impossibilidade de historicizar até mesmo nossas próprias histórias pessoais, já que estamos submersos na cultura da imagem, do visual (que é supervalorizada em detrimento do verbal) formando um simulacro da realidade em que o homem pós-moderno acredita ser melhor que sua própria realidade (JAMESON, 2002:118).

Jameson (2002) chama atenção em como os filmes de nostalgia são feitos a partir de “remakes distanciados”, onde o pós-modernismo trata o passado com um “conjunto de espetáculos empoeirados” no qual a história dos estilos estéticos desloca a história real (JAMESON, 2002:47). Jameson (2002) utiliza também a arquitetura para explicar uma das

¹³Jameson chama atenção para as características da nova dinâmica cultural dos países de capitalismo tardio. Para ele o Pastiche e o ecletismo são características que relevam uma sociedade onde o estilo pessoal do sujeito individual se torna inviável pela fragmentação da vida social. Então esse indivíduo passa a “imitar um estilo único, colocar uma máscara lingüística, falar uma língua morta” num período de declínio da originalidade e da generalidade, onde há uma mistura de códigos, de paródias, de diversão e a celebração da ausência de profundidade na cultura (JAMESON 2002:44).

características do pós-modernismo, como a prova do **isolamento** do indivíduo. Não são mais comuns os antigos locais de encontro que nos traziam um pouco de identidade e de pertencimento, como foram às praças, as ruas, as experiências simples e reveladoras passadas de pessoas para pessoas.. Se antes tínhamos as praças, as ruas, no mundo pós-moderno os grandes edifícios vão tomando espaço e destroem a terra urbana da cidade tradicional e sua antiga cultura de vizinhança, onde as pessoas se viam e se comunicavam com mais frequência.

O homem atual perdeu a capacidade de narrar suas próprias experiências. Conseqüentemente, o que é observado nos dias atuais é a realidade de um ser humano contemporâneo, que se encontra mergulhado num mundo chamado de pós-moderno, que considera a si mesmo como redentor da humanidade através dos meios de comunicação. Contudo, para além das aparências, não abre mão da exploração econômica, da injustiça e da desigualdade.

Ao mesmo tempo em que há uma fragmentação da pós-modernidade, existe um sentimento de “conexão”, no qual as pessoas não passam de números, são vistas como mais uma (como por exemplo, amigos em redes sociais, seguidores). As relações se aproximam através do tempo virtual e se afastam em tempo real. Essa medida reduz os compromissos pessoais, cria obstáculos nos relacionamentos e realça o narcisismo, o hedonismo, concebendo reforçando as relações pessoais a uma lógica econômica. O sujeito atual teme vínculos duráveis e relacionamentos estáveis. Portanto, o período caracterizado como pós-moderno é o que Harvey (1989:45) vai chamar de “mutação de sensibilidade”, quando a natureza e a profundidade dessa realidade são discutíveis, mas suas adaptações e modificações na superestrutura atingindo a vida e a subjetividade dos sujeitos é efetiva.

Essa sensibilidade gerada pelo capitalismo através da chamada “pós-modernidade” cria uma identidade forjada pela indústria cultural¹⁴, como Jameson aponta inicialmente:

... na cultura pós-moderna, a própria “cultura” se tornou um produto, o mercado tornou-se seu próprio substituto, um produto exatamente igual a qualquer um dos itens que o constituem: o modernismo era ainda que minimamente e de forma tendencial, uma crítica à mercadoria e um esforço de forçá-la a se autotranscender. O pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo. (JAMESON, 2002:14)

Essa interligação do “cultural” com o econômico não é uma via de mão única, mas um

¹⁴ O termo “indústria cultural” foi criada pelos filósofos alemães Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895- 1973) com o objetivo de designar a conversão da cultura em mercadoria. O conceito não se refere aos meios de comunicação (rádio, televisão, jornais), mas ao uso desses meios pelo capital.

circuito de realimentação. Os shoppings centers são exemplos disso: localizam-se muitas vezes nos centros urbanos, são privados, mas de “entrada aberta”,¹⁵ tornando o consumo à razão de ser, deixando evidente, nas relações sociais contemporâneas, o ter é mais importante que o ser. Ilusoriamente, parece que a felicidade é consequência natural do consumo.

O shopping center é um espaço em que tudo é mercadoria, tudo tem preço, tudo se vende, tudo se compra. Interessa aos shoppings os consumidores, desaparecem, junto com os espaços públicos, os cidadãos. Os outros só interessam enquanto produtores de mercadorias. Ao shopping interessam os consumidores. (SADER, 2014s.p)

À medida que a satisfação das necessidades humanas é atribuída ao mundo mercantil, os shoppings centers tornam-se lugares de suposta realização, em que os que possuem poder de compra – uma parcela da população nessa realidade da sociedade do consumo - são induzidos a comprar uma mercadoria (seja uma roupa, um tênis, um carro ou qualquer outra) e, após um tempo, comprar novas mercadorias, pois as outras já se tornaram “antiquadas”. O desejo por novos produtos e a necessidade de se sentir fazendo parte da sociedade de consumo torna-se ardente. Esses elementos nos revelam que os shoppings centers são um lugar de discriminação e isolamento social. Não existe outro lugar na sociedade que represente tão bem a concretude da sociedade de consumo – o shopping center é um mundo artificial que ajusta o homem a uma obsessão pelo consumo. Os comerciais de televisão fazem, com sucesso, o papel de garantir o consumo, atribuindo às necessidades humanas ao mundo do mercado e, conseqüentemente, à manutenção do sistema capitalista.

A insegurança nas cidades, o mau tempo, a contaminação, o trânsito, encontram refúgio nessa cápsula, que nos abriga de todos os riscos. Quase já se pode nascer e morrer num shopping – só faltam a maternidade e o cemitério, porque hotéis já existem. A utopia – sem pobres, sem ruídos, sem calçadas esburacadas, sem meninos pobres vendendo chicletes nas esquinas ou pedindo esmolas, sem trombadinhas, sem flanelinhas. O mundo do consumo, reservado para poucos, é o reino absoluto do mercado, que determina tudo, não apenas quem tem direito de acesso, mas a distribuição das lojas, os espaços obrigatórios para que se possa circular, tudo comandado pelo consumo. (SADER, 2014;s.p)

Esses espaços criados especialmente para o fator tempo ser esquecido, sem relógios, sem janelas, cumpre sua função com propriedade e sucesso impedindo a possibilidade de conscientização do sujeito de que está sendo manipulado por uma lógica, por um “lazer”. Segundo Padilha (2006), o ser humano entra em contato com os instrumentos de lazer que o shopping oferece, venerando os objetos e esquecendo sua real condição, e passam a desejar a realização de

¹⁵ Discriminação de classe e de raça que acontecem nesses espaços presumidos para o consumo.

possuir algo vendável.

A lógica do “você merece” na sociedade de consumo é um apelo narcisista, trabalha a ideia de que todo ser humano é especial. Especial não porque são todos humanos, mas sim porque deve sentir-se especial em detrimento do outro. Uma coisa é dizer “Todos merecem” outra coisa é trazer isso para o sujeito através do “você merece” em detrimento dos seus semelhantes. Segundo a psicanalista Maria Rita Kehl “O shopping Center respondeu a esses anseios, porque eles não foram justamente conquistados coletivamente”¹⁶

A indústria cultural tem como objetivo o consumidor e não o sujeito, portanto idealiza produtos adaptados ao consumo das massas, assim como também trabalha no consciente e inconsciente das pessoas, reproduzindo, reorientando e impondo comportamentos atrelados aos interesses do capital. Essa realidade produz pessoas cada vez mais individualistas e competitivas entre si, pois não possibilita a participação dos sujeitos como cidadãos, pelo contrário, trabalha numa visão passiva e acrítica para dar aos indivíduos somente o que já se tem como conhecido, desencorajando o esforço a novas experiências, principalmente de forma coletiva.

Diante desses fatos pode parecer que não há algo bom no pós-modernismo. No entanto, Eagleton (1998:31), apesar de sua análise negativa sobre a pós-modernidade, chama atenção para as conquistas de questões relacionadas à sexualidade, a etnicidade que passaram a ter presença forte na pauta política e obtiveram conquistas e avanços. Porém, deixou para trás questões como: “por que a maioria das pessoas não dispõe do suficiente para comer?” aponta Eagleton (1998). A sexualidade, a etnicidade se tornaram lutas populares, muitas com apoio das mídias de massa e de empresas através da chamada “responsabilidade social” por não se mostrarem necessariamente anticapitalista, é claro. Pode-se falar de gênero, mas não de classe, como Eagleton expôs:

[...] a opressão das mulheres é uma questão de gênero, que é exclusivamente um constructo social; mas as mulheres são oprimidas como mulheres, o que envolve o tipo de corpo que por acaso se tem. Ser burguês ou proletário, ao contrário, não se trata de uma construção biológica. Não haverá burguesia e proletariado numa sociedade emancipada, mas certamente haverá mulheres [...] Pode haver mulheres liberadas, isso é, indivíduos do sexo feminino que são ao mesmo tempo emancipadas, mas não podem existir assalariados liberados, dada a impossibilidade de ser duas coisas ao mesmo tempo. “Classe média industrial” e “proletário” são questões interligadas, visto que uma sociedade não pode ter um sem o outro; mas as categorias sexuais e étnicas não são mutuamente constitutivas nesse sentido[...] ninguém, entretanto, tem um tipo de pigmentação de pele porque outra pessoa tem outra, nem é homem porque alguém mais é mulher, mas certas pessoas são só trabalhadores sem-

¹⁶ Maria Rita Kehl em entrevista “Aceleração e depressão” Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gGjPmVTiCk&t=115s> Acesso em setembro de 2018

terra porque outros são senhores fazendeiros” (EAGLETON, 1998:63)

As pautas das mulheres, dos índios, dos negros (entre outros, a política de identidade), são imprescindíveis para os avanços de suas conquistas e direitos, mas sem a pauta da classe e dos modos de produção material da vida, os avanços e conquistas ainda se mantêm de forma restrita.

O “corpo” se tornou uma das preocupações mais recorrentes do pensamento pós-moderno, o tema da sexualidade se tornou uma obsessão dos conservadores entendendo a moralidade mais pelo lado do adultério do que da fome, por exemplo. Em cada momento, as sociedades humanas são palcos de embates entre as tendências conservadoras e inovadoras. A pós-modernidade é tida como inovadora, tecnológica, diversa, entre outros, porém mantém os traços conservadores como vimos neste item.

Limitamo-nos aqui a compreender as ideias e culturas relacionadas aos períodos históricos (da modernidade e da pós-modernidade), do que a cultura artística em si (obras de arte) desses períodos. No próximo item designado de “Conservadorismo clássico” temos como objetivo compreender a origem do pensamento e projeto conservador de sociedade.

1.3 Conservadorismo Clássico

Os conceitos, a visão e cultura conservadora tão presente e estruturante na sociedade hoje, não são fenômenos novos, sua gênese está atrelada ao período da Revolução Francesa, como veremos adiante.

O teórico Edmund Burke (1729-1797) foi o precursor do conservadorismo clássico, em sua obra “Reflexões sobre a Revolução na França” manifestou os interesses políticos e econômicos da aristocracia contra os ideais da Revolução Francesa liderada pela burguesia (na época eram os comerciantes e artesãos, como vimos no item anterior). Portanto, desde seu início o conservadorismo é uma **ideologia antirrevolucionária**. A Revolução Francesa denunciava os privilégios do antigo regime e do catolicismo, como por exemplo, o direito divino dos monarcas, entre muitos outros e tinha como objetivo firmar um novo modo de vida, visto que a maior parte da população vivia em condições precárias para manter a “boa vida” da nobreza. Seu lema era “liberdade, igualdade e fraternidade”. Mesmo diante dessa realidade abusiva e desigual, para Burke, não era necessária uma ruptura radical com o passado, com a aristocracia, para ele, algumas reformas poderiam ser feitas contanto que fossem de modo experimental (NETTO, 2011:9).

O que Burke desejava era a continuidade do desenvolvimento econômico capitalista sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas, ou seja, como aponta NETTO (2011:45) “sem perder o privilégio da família, das corporações, sem perder o protagonismo da igreja e a hierarquia social”. A função social do pensamento conservador é evidente: ele expressa os interesses dos privilegiados do antigo regime. Portanto, para Burke, a revolução não significa a transformação radical de uma sociedade e sim períodos de “reformas”.

Os defensores da corrente conservadora acusam aqueles que lutam por avanços civilizatórios de serem inimigos da sociedade, das tradições e instituições. Burke em sua obra “Reflexões” vai dizer “... um espírito de inovação é em geral o resultado de um caráter egoísta e de perspectivas restritas. Um povo que não cultua a memória de seus ancestrais não cuidará de seus descendentes...” (BURKE apud SOARES 2014:55).

Burke era contrário a qualquer perspectiva considerada progressista e passou a ser o símbolo reacionário a partir da Revolução Francesa. Fez questão de demarcar as diferenças entre a Revolução Gloriosa (1688) e a Revolução Francesa (1789), em que para ele a Revolução Gloriosa na Inglaterra foi um modelo de “revolução” ideal, pois na transição para um novo regime monárquico não houve sangue, nem insurreições e conseqüentemente foi uma “revolução” que ajustou os novos interesses políticos e econômicos na forma institucional tradicional. Já a Revolução Francesa para Burke, foi uma ruptura violenta, abrupta e desnecessária (porém, que derrubou o antigo regime e os privilégios do clero e da nobreza), portanto ele tenta convencer que uma revolução como essa significa destruição, sofrimento, desordem, etc. e que os revolucionários não passam de agitadores desprovidos de respeito às tradições herdadas (SOARES, 2014).

Além disso, ele projeta sobre o ser social suas concepções teológicas, defendendo que o Estado e a sociedade constituem uma ordem natural estabelecida pelo divino, portanto a desigualdade social, a propriedade privada e toda a relação social da sociedade capitalista estão inclusas nessa ordem estabelecida por Deus. Tal visão de mundo naturaliza as relações sociais, o que é comum nas ideologias conservadoras (veremos no item 2.3 suas manifestações no cenário contemporâneo).

Por essa perspectiva do “divino” é que Burke vai rejeitar as ideias de Rousseau (visto que ele propõe à completa laicização da política e a fundação da liberdade na autonomia dos indivíduos), pois para Burke nenhuma sociedade pode existir sem a religião com expressão institucional (NETTO, 2011). Desse modo, a cultura moderna, que são as ideias da Revolução

Burguesa (baseadas na destruição dos privilégios das autoridades fundadas na tradição; no poder legitimado da religião institucional; a desigualdade jurídica entre os homens entre outros) é o que na verdade aterroriza Burke.

Netto (2011) resume em seis pontos os valores defendidos por Burke que dão o “tom” do pensamento conservador:

1- só são legítimas a autoridade e a liberdade fundadas na tradição – “[...]o espírito da liberdade conduz ao desgoverno e ao excesso”; 2- a liberdade deve ser sempre uma liberdade restrita “[...] o homem, em sua qualidade de ser ao mesmo tempo moral e corrompido, justo em sua inteligência e perverso em sua vontade, deve, necessariamente ser governado”; 3- a democracia é perigosa e destrutiva – “[...]Estou certo de que, numa democracia, a maioria dos cidadãos é capaz de exerceres mais cruéis opressões sobre a minoria[...] e que a opressão da minoria se estenderá a proporções muito maiores e será conduzida com fúria muito maior do que quase nunca foi temida a partir do domínio de um único centro” ; 4- a laicização é deletéria – “temos visto que [...] o estado social foi sacudido desde os fundamentos, pois que existia na Europa muita liberdade e não bastante religião [...] a boa ordem não será reafirmada a não ser quando for restabelecida ou a servidão oi a religião”; 5- a razão é destrutiva e inepta para organizar a vida social – “ a razão do povo deve ser seus sentimentos, é preciso, portanto, dirigi-los e formar seu coração e não seu espírito”; 6- a desigualdade é necessária e natural – “em toda sociedade constituída por classes distintas, necessariamente algumas classes se encontram em situação superior. Os apóstolos da igualdade, portanto simplesmente modificam e invertem a ordem natural” (NETTO, 2011: 60-63)

A argumentação de Burke quanto aos valores conservadores da inseparabilidade do Estado e religião, a ideia de que o homem precisa ser tutelado e a família como base moral da sociedade continuam fortemente presente nos dias de hoje (principalmente como estabilidade social e como a reprodutora das tradições), e são esses valores e privilégios mantidos através da visão de mundo teocêntrica que estavam sendo contestados na Revolução Francesa e no Iluminismo.

A Revolução Francesa cumpre sua missão progressista e revolucionária derrubando o antigo regime, porém a burguesia, convertida em classe dominante, deixa de representar os interesses do conjunto da sociedade para representar seus interesses particularistas. A burguesia volta-se para a manutenção das instituições sociais que criou, servindo aos interesses de defesa do status quo (NETTO, 2011). A partir dessa realidade a luta de classes assume na teoria e na prática formas cada vez mais explícitas e ameaçadoras.

Os anos de 1830 a 1848 foram marcados de revoluções sociais democrático-populares, pois a estrutura do pensamento conservador se alinha a ordem burguesa, logo a burguesia perde totalmente seu caráter revolucionário. As derrotas do proletariado em 1848 são marcadas pelo apelo e lema da burguesia a **propriedade, a família, a religião e a ordem** (NETTO,2011).Um

projeto de sociedade que não atendia aos interesses históricos do proletariado, que consiste em instaurar uma ordem societária emancipada, laica e sem a exploração do homem pelo homem.

Nos primeiros conservadores, a recusa da revolução expressava um repúdio à Revolução Burguesa (em Burke, repúdio ao paradigma francês); nos conservadores que trabalham na condição pós-48, com a evidência da inviabilidade da restauração, o conservadorismo passa a expressar o repúdio a qualquer revolução – ou seja, o conservadorismo passa a se definir explicitamente como **contrarrevolucionário** (NETTO, 2011:49)

O conservadorismo não é um bloco homogêneo, há dentro dessa perspectiva uma unidade de diversidades. O sociólogo Nisbet (1913-1996) também repulsa as modalidades do iluminismo e acredita na incompatibilidade entre a liberdade e a igualdade. Nisbet afirma que para o homem civilizado o direito à propriedade é mais importante do que o direito à vida, pois o que torna a vida mais preciosa são os bens – a propriedade (NETTO, 2011:106). Está posto aqui uma das realidades do extremo antagonismo entre a visão de mundo conservadora e a visão de mundo progressista.

O conservadorismo reprova na ordem burguesa características que para Marx e Engels constituem premissas e requisitos para a emancipação humana – o que para os conservadores é a manifestação do caos, da anarquia e do fim do mundo, para Marx não passava de um prenúncio e das pré-condições do fim de um mundo: o da exploração, da alienação e da opressão (NETTO, 2011:110)

A ordem burguesa e o pensamento conservador visam um projeto de sociedade contra a ameaça revolucionária socialista. E é a partir das ideias de Burke, que Comte (1798-1857) fundador do positivismo, inaugura a visão de mundo positivista em defesa da ordem estabelecida. Seu método positivo tem como objetivo afastar qualquer ameaça que representam ideias negativas, críticas, anárquicas e subversivas da filosofia do iluminismo e do socialismo (LOWY, 2013). Seu fundamento está baseado ideia de que a ciência da sociedade pertence ao sistema das ciências naturais, ou seja, a sociedade é dominada por “leis naturais invariáveis” (independente da vontade e da ação humana).

Comte inventou o termo “sociologia”, mas Durkheim (1858-1917) que é considerado o pai da sociologia, uma vez que ele trouxe o pensamento conservador para a posição de ciência. O pensamento conservador de Durkheim (nisto também se manifesta a conjuntura da ordem burguesa pós-48) constrói-se para enfrentar a “questão social¹⁷”, mais precisamente para

¹⁷ Questão Social é o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por um pequeno grupo da sociedade (IAMAMOTO, 2001:27)

enfrentar as desigualdades sociais, a fome, pobreza etc. As alternativas propostas em Durkheim em resposta à crise da desigualdade social se fundamentam numa ótica de integração social. O sistema de conceitos dele se baseiam em levantamentos de causas e conseqüências dos comportamentos e das condutas desviantes, a serem empregados a fim de recuperar a harmonia social através do avanço da solidariedade orgânica (uma relação de dependência mútua) que aconteceria através dos vínculos solidários entre os indivíduos (NETTO, 2011).

A sua visão de mundo positivista está fundamentada em algumas premissas, como: a sociedade é regida por leis naturais, invariáveis e independentes de ação e vontade humana; na vida social reina uma harmonia social; a ciência da sociedade deve limitar-se à observação e a explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando todos os preconceitos (LOWY, 2013:26).

Para Durkheim, o enfrentamento da questão social e superação da crise implicam em reformas sociais baseadas na sociologia e na educação. Em sua concepção a sociologia permitirá a construção de uma moralidade capaz de trazer um caráter harmônico à ordem social; e a educação propiciará a internalização dessa moralidade pelos indivíduos. Percebemos no pensamento de Durkheim sua sintonia plena com o pensamento conservador, sem nenhum tipo de enfrentamento com a ordem burguesa estabelecida.

O foco de sua análise sociológica positivista gira em torno da ordem, do controle, da integração e da coesão social, tudo através da lei social natural. Para ele, a sociedade é da mesma forma que um ser vivo: “um sistema de órgãos diferentes no qual cada um tem seu papel particular”, em que certos órgãos sociais têm uma situação “especial, privilegiada”; situação evidentemente natural, funcional e inevitável (LOWY, 2013:38). Tanto a teoria de Burke, como a de Durkheim possuem semelhanças com a teoria do “darwinismo social” (1870), principalmente no que diz respeito à culpabilização do indivíduo seja como protagonista dos problemas ou das soluções em sociedade. Essa seleção aconteceria através da “sobrevivência dos mais aptos” de forma natural por uma necessidade de evolução da história humana (WILLIAMS, 2011:117).

Essa teoria é utilizada, mesmo parecendo que de forma subjetiva e natural, como justificativa para o incentivo a competitividade entre os sujeitos inseridos na sociedade capitalista, e conseqüentemente corrobora com a intensificação de um individualismo acentuado. Infelizmente, esta teoria não está extinta e mesmo que não seja explicitamente utilizada como uma teoria (principalmente pelo fato do darwinismo social ter motivado as ideias

nazistas, fascistas, o racismo entre outros) ela se encontra entranhada na perspectiva conservadora (como veremos no subcapítulo 2.3).

Durkheim tinha completa clareza sobre o caráter profundamente conservador e contrarrevolucionário de seu método, já que considerava os fatos sociais como coisas, cuja natureza desses fatos não poderia ser modificada pela vontade.

É o método positivista que permite legitimar constantemente através de argumentos científicos naturais, a ordem burguesa estabelecida. Basta compreender os conceitos e obras de Burke e Durkheim para perceber que suas obras estão inteiramente fora da condição de serem privados de preconceito. Suas análises estão fundadas a partir de grupos sociais determinados. A pretensão de Durkheim quanto à neutralidade do método positivista é totalmente ilusória, pois para se libertar dos “preconceitos” é necessário, antes de tudo reconhecê-los, porém a principal característica de seu método é que eles não são considerados como tais, mas como verdades evidentes, incontestáveis e indiscutíveis (LOWY, 2013:44). Durkheim acreditava que os “preconceitos” poderiam ser afastados, ele não compreende que essas prenoções fazem parte de um ponto de vista, de uma visão de mundo e que, portanto, não há uma análise neutra sobre as relações sociais.

Dessa maneira o funcionalismo como sociologia passa a assumir um papel importante como interlocutor e formulador dos princípios conservadores através da “reconciliação da teoria social com o ethos utilitário da sociedade capitalista” como aponta NETTO (2011:97).

As raízes exploradas por Durkheim dão o tom para o sociólogo Giddens(1938)¹⁸ ressignificar o termo “conservadorismo” atrelando-o aos socialistas e oferecendo uma via “não conservadora” e requentada: receita da terceira via ¹⁹(NETTO, 2011). O conceito central do pensamento de Giddens, a fim de sistematizar a organização social, passa por um caminho

¹⁸Giddens é um dos mais importantes sociólogos contemporâneos, conhecido por ser o primeiro teórico da terceira via.

¹⁹Terceira via ou Terceiro regime é a “tentativa” de abarcar uma conciliação entre o livre mercado e o socialismo democrático. Esping Anderson (1991) vai dizer que o terceiro regime é designado como “social-democrata”, pois seus princípios estariam em implementar políticas sociais: serviços e benefícios compatíveis com os gastos mais refinados da classe média e igualdade na prestação de serviços que garante aos trabalhadores plena participação na qualidade dos direitos desfrutados pelos mais ricos. Os benefícios são desmercadorizantes e universalistas, todas as camadas são incorporadas a um sistema universal de seguros, mas com benefícios graduados de acordo com os ganhos habituais. O autor chega a afirmar que o modelo é uma fusão do liberalismo e socialismo, porém, essa política não seguiu o mesmo padrão de desenvolvimento em todos os países capitalistas [...] Contudo, as taxas de crescimento, a capacidade do Estado de exercer suas funções mediadoras cada vez mais amplas foram alguns dos sinais de que essa conciliação de políticas sociais (que nunca se realizaram efetivamente) relacionadas à cidadania juntamente com os interesses das elites políticas econômicas começa a se exaurir [...] As elites políticas e econômicas passam a questionar e a responsabilizar o Estado “mediador civilizador” pela crise instaurada (BEHRING E BOSCHETTI,2011:99-103)

intermediário, que ele vai chamar de terceira via, um caminho alternativo que ele considera ir além da esquerda e da direita (GIDDENS apud Pavese 2015:241). Portanto, para Giddens a terceira via seria uma proposta localizada num centro político capaz de dar a resposta que a esquerda e a direita não conseguem dar.

O conservadorismo é reafirmado ao ponto que Giddens coloca a produção do conhecimento sobre a sociedade como uma tarefa privilegiada da sociologia (onde de um lado ele recusa a imposição da visão de mundo completamente positivista e do outro recusa a imposição completamente marxista) cabendo a sociologia sistematizar os conhecimentos fragmentários e dispersos da vida dos indivíduos. Neste caso, Giddens não parece defender explicitamente o conservadorismo, no entanto é através desse papel de bússola, de neutralidade que ele concede a sociologia que acaba corroborando com a concepção conservadora de sociedade, baseado no que ele vai designar de “relação reflexiva” - papel de sistematização da sociologia - (GIDDENS, 1991:50). A sociologia tanto de Durkheim, quanto a de Giddens reforçam o conservadorismo, na medida em que confluem para sustentar ideias antirrevolucionárias.

A abordagem de Giddens para explicar a sociedade assume uma posição teórica e metodológica caracterizada como ecletismo, pois para ele a análise econômica do capitalismo em Marx, os estudos sobre a solidariedade orgânica de Durkheim, e a racionalização de Weber, seriam importantes para conseguir dar conta e abarcar o máximo possível de dimensões do fenômeno social moderno. O ecletismo ocorre no conservadorismo de uma forma geral devido à incapacidade do conservadorismo em formular uma concepção de mundo a partir de bases sólidas a fim de colocar em prática uma ação social e política. Por essa razão o ecletismo contribui para uma visão objetivada da produção de conhecimento e de teorias sobre a realidade social, pois trás de modo superficial o que lhe convém de cada teoria para explicar o tempo presente.

Essa perspectiva de curto prazo trás consigo o abandono da visão totalizante e histórica da vida social, que não por acaso é uma das características fundamentais do pós-modernismo: visão fragmentada dos fatos e das relações sociais e a negação da história (KUMAR, 1997:113). O ecletismo utilizado na teoria pós-moderna é citado por Kumar (1997):

Não há mais, qualquer força controladora e orientadora que dê a sociedade forma e significado [...] Há simplesmente um fluxo um tanto aleatório, sem direção, que perpassa todos os setores da sociedade [...] resultando em uma condição pós-moderna de fragmentação [...] seu ecletismo é uma combinação de muitas tradições, uma notável síntese de tradições (KUMAR, 1997:116).

O ecletismo está presente tanto nas teorias conservadoras, quanto na realidade da vida social. Ambas estão conectadas, pois o ecletismo teórico procura explicar a realidade a partir da mistura de conceitos e teorias diversas.

Observamos brevemente aqui, que as características explícitas da chamada pós-modernidade possuem origem nas ideias e concepções do conservadorismo. O ecletismo, a negação da história, a fragmentação da vida, o individualismo, são “atualizados” por um modo de vida em que as novas tecnologias da informação, as redes, ocupam posição de enorme influência na realidade econômica e social. Uma rede nova e descentralizada, “uma rede de comunidades frouxamente ligadas, inventando suas próprias formas de vida e descobrindo seus próprios meios de expressá-las” (KUMAR, 1997:147).

A negação da história é um traço fundamental do conservadorismo moderno. A partir do momento que só o presente importa desistoricizando a realidade, o conservadorismo invalida a possibilidade de qualquer projeto de sociedade alternativo à sociabilidade vigente. Essa concepção trabalha com a repugnância a posições consideradas utópicas ou totalitárias, acreditando que assim, sem os “extremos”, estarão avançando numa sociabilidade progressista (COUTINHO, 2014). Contudo, contribuem para a manutenção do sistema capitalista através da defesa de uma “sociedade democrática” burguesa, através de uma vertente que muito se assemelha a “terceira via” (nem “neoliberalismo”, nem comunismo).

O teórico Michael Oakeshott (1901-1990) influenciado pelas ideias conservadoras de Burke, traz sua contribuição ao conservadorismo moderno baseando seus conceitos em traços de personalidade e formas de condutas:

Ser conservador significa uma inclinação a pensar e a comportar-se de determinada forma; é preferir certas formas de conduta e certas condições das circunstâncias humanas a outras; é dispor-se a tomar determinadas decisões[...]A reflexão pode gerar uma gratidão adequada pelo disponível e, por isso, o reconhecimento de um presente ou herança do passado; mas não existe nenhuma idolatria simples pelo que já passou ou já se foi. É o presente que é apreciado [...]Assim, ser conservador é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o tentado ao não tentado, o facto ao mistério, o real ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, a felicidade presente à utópica (OAKESHOTT, 2014:4-5)

Percebe-se até aqui um traço comum no conservadorismo seja clássico ou moderno é a análise da sociabilidade através do indivíduo, uma tendência no sentido psicologizante de averiguar traços de personalidade. Conceitos e análises que trazem uma série de conseqüências

sociais. Entretanto, há mudanças consideráveis do conservadorismo clássico para o moderno. No conservadorismo clássico não há uma supervalorização do tempo presente e um “descarte” do tempo passado. O conservadorismo moderno tem a tendência em negar a história. No conservadorismo clássico há diretamente a criação e identificação com o axioma funcionalista e positivista, já no conservadorismo moderno não há “claramente” uma filiação com teorias. Primeiro porque negam a história e depois porque utilizam da mistura de algumas teorias para explicar a realidade. Os conservadores modernos consideram pejorativo se associarem a dogmas. Esse aparente vazio teórico e conseqüentemente prático, favorece completamente o padrão de acumulação capitalista porque relativiza os fatos históricos, pois a história para a grande maioria de homens e mulheres que viveram e morreram, se constitui em um relato de incessante trabalho, opressão, de sofrimento e degradação.

O conservadorismo moderno se adapta a reconfiguração que o capitalismo realiza em torno de si mesmo através dos valores difundidos da chamada “pós-modernidade”, que como vimos, está relacionado à fragmentação, ao reforço ao individualismo, a fuga do coletivo, e a forma como o pós-modernismo vê o mundo “diverso, instável, imprevisível, que gera um grau de ceticismo em relação a verdade, das histórias e das normas” (KUMAR, 1997) e que, conseqüentemente vão de encontro aos conceitos do conservadorismo moderno, ambos preservando o status quo. Cria-se um ceticismo paralisante, como se as questões e problemas sociais não tivessem resolução, o que gera nos sujeitos sociais uma perplexidade e uma capacidade de indignação, contudo sem direção e sem participação coletiva na sociedade.

Sendo assim, o conservadorismo seja em qualquer período ou conjuntura tenta “ser” e parecer um “lugar” seguro para qualquer “mudança” social e política que fosse rigorosamente necessária (mudanças dentro da ordem). Ou seja, não importa se ele é clássico ou moderno, mesmo fazendo parte de momentos históricos diferentes, e não sendo exatamente o mesmo conservadorismo (devido as suas adaptações a realidade, conservadorismo clássico com perspectiva histórica positiva, e conservadorismo moderno negando a história), suas bases estão comprometidas com a permanência da sociedade capitalista e com a superação de qualquer ameaça revolucionária.

Esta pesquisa tem como base teórica a teoria social crítica, partindo da crítica marxista da realidade social, concebida através da luta de classes. Os esforços de Marx foram dirigidos para contribuir na organização do proletariado, para que fosse possível romper com a dominação da classe burguesa e realizasse a emancipação humana. O marxismo foi a primeira corrente a colocar o problema do condicionamento histórico e social do pensamento e a

“desmascarar” as ideologias de classe por detrás do discurso supostamente neutro (LOWY, 2013:119). Para o marxismo as explicações psicologizantes que vimos acima como, a boa ou má fé, a honestidade, etc, não são descartadas e nem contraditórias, **mas é o social que explica e esclarece o psicológico** (LOWY, 2013). Portanto, é a classe que cria e forma as visões sociais de mundo, e estas são desenvolvidas por seus representantes ideológicos.

Nosso objetivo neste item se baseou em compreender a gênese e perspectivas do pensamento conservador. No item 2.3 analisaremos as manifestações imediatas do conservadorismo do Brasil na atualidade, mais precisamente nos últimos cinco anos (2013-2018).

2- ESTADO, CLASSE, SOCIEDADE CIVIL: UMA ANÁLISE DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Este capítulo tem como objetivo compreender a origem do conservadorismo brasileiro e suas implicações políticas e culturais na contemporaneidade, principalmente após a manifestação de uma intensa onda conservadora²⁰ no país. Conservadorismo que é um elemento estruturante dessa sociedade, vem ganhando grande impulso nesses últimos anos no Brasil, principalmente nas últimas eleições de segundo turno para presidente entre PT e PSDB. Uma “guinada à direita” tornou-se evidente diante dos retrocessos políticos e sociais, e através da legitimação dos discursos de ódio propagados pelos intelectuais orgânicos²¹ do capital e adotado por parte da sociedade. Explorar como esse retrocesso vem captando e conquistando terreno no campo ideopolítico se torna imprescindível. Para isso, inicialmente, é fundamental entender as particularidades da formação social brasileira.

No primeiro item, analisaremos a perspectivas de alguns autores clássicos sobre a formação social brasileira, a fim de entender como o Brasil construiu uma forte tradição conservadora que ainda constrói e define os rumos políticos, culturais e econômicos do país até os dias de hoje.

Em seguida, dissertaremos sobre o papel do Estado brasileiro, destacando sua conformação e atuação no período varguista, FHC, Lula, Dilma e no atual governo Temer com o propósito de perceber a unidade que existe entre Estado e mercado, e como esse Estado é muito pouco acessível a demanda popular, e vai ao encontro das elites econômicas, favorecendo ao grande capital.

O terceiro item, por fim, tem como escopo destacar como o conservadorismo tem se manifestado no Brasil após junho de 2013, onde pretendemos analisar como essa nova

²⁰ A tese da onda conservadora considera que as forças políticas conservadoras passaram a adotar fortemente após as manifestações de junho de 2013 um discurso mais raivoso e ousado na defesa de seus interesses e conseguiram avançar ainda mais nos espaços populares, dando uma guinada à direita. Como por exemplo: crescimento da bancada evangélica, aumento sem pudor dos discursos de ódio homofóbicos, racistas, elitistas entre outros (BOULOS, 2016; 30)

Discursos como: “Impeachment tira Dilma, intervenção militar tira todos os bandidos”, “Fora Dilma, fora supremo, queremos só a MP e a PF”, “Diga não a doutrina marxista nas escolas”, “Dilma vá para Cuba que te pariu”, “Fora Paulo Freire”, “Comunista é bom morto” esses discursos que antes estavam no “anonimato” em todos esses anos, agora saem do anonimato e dão as caras nas ruas e redes sociais – Disponível em < <https://mais.uol.com.br/view/y9sgebgn8ync/redes-sociais-as-pessoas-estao-surtando-havana-4-04024E1B316EC4A15326> > acesso em Agosto 2017

²¹ Conceito utilizado por Gramsci para definir o intelectual que é diretamente ligado a uma classe social e que organiza sua hegemonia (GRAMSCI, 1982:5)

sensibilidade é gerada pelas características da chamada pós-modernidade através das novas tecnologias da informação, compreendendo como a cultura tem sido utilizada para preservação do conservadorismo.

Tudo isso é indispensável para realizarmos uma reflexão sobre as relações sociais hoje no Brasil, do porque as coisas são como são e refletir sobre os caminhos para a transformação social no sentido da emancipação.

2.1 A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Para que seja possível compreender o grande retrocesso conservador que tem se “revelado” atualmente no país, é necessário explorar sua gênese, suas formas e características.

A formação social brasileira possui suas próprias particularidades e é nessas especificidades de países de capitalismo tardio, como o Brasil, que alguns autores como Florestan, Ianni, Furtado, Chico de Oliveira, Caio Prado Jr, entre outros, se debruçaram para compreender a realidade brasileira, revelando uma pluralidade de interpretações e visões.

A história da sociedade brasileira apresenta uma série de tentativas de “modernizações”, desde o fim do regime colonial, rumo à constituição de uma nação articulada por nexos de solidariedade no interior de uma cultura comum, mas esse processo é incompleto, razão pela qual a “nação” ainda está por ser inteiramente formada. Todo esse processo acontece permeado pela questão social que reflete as desigualdades econômicas, políticas e culturais que envolvem as classes sociais.

O historiador Caio Prado Jr (1959) foi o precursor da interpretação dialética da realidade brasileira, em uma perspectiva crítica vislumbra, “dois brasis”, com um passado que perdura no presente. Inicia buscando o sentido da colonização para a formação do Brasil²², e destaca que a impossibilidade de organizar política e economicamente a colônia se deu pela dominação e exploração dos portugueses. Em sua análise, entende a colonização como sendo parte integrante de um projeto internacional de expansão do capitalismo mercantil, com o objetivo de implantar uma grande empresa colonizadora, na qual o escravo não tem espaço nesse processo a não ser como pura capacidade de trabalho.

²² A colonização Portuguesa no Brasil não é um fato isolado, natural ou um mero “descobrimento”. O chamado “descobrimento” do Brasil nada mais é do que a história da expansão do comércio Europeu. O caráter mercantil que se ocupou em explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio Europeu. Esse processo marcou profundamente a feição das colônias no Brasil, dando o sentido da “evolução” brasileira pelo caráter da colonização (PRADO JÚNIOR, 1996; 19-32)

No regime de trabalho escravocrata, o escravo tinha o produto do seu trabalho e a sua vida expropriados pelo senhor, era propriedade dele. Uma relação imposta por meio da força, onde restava ao escravo resistir e lutar, realizando rebeliões, planejando fuga e etc, isso quando não se suicidavam.

A intenção inicial dos europeus era somente explorar e expandir o comércio e não fundar uma colônia de povoamento. Posteriormente, irá surgir a idéia de povoamento com o interesse e a necessidade de expandir as trocas comerciais, como aponta Caio Prado: “... era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. A idéia de povoar surge daí, e só daí. (PRADO JÚNIOR, 1996:24)

Segundo Caio Prado, o processo revolucionário socialista no Brasil dependeria da análise e interpretação da realidade brasileira, ou seja, a partir de um método de interpretação e não poderia se dar em um processo etapista com receituário importado (como acreditava a maioria da esquerda hegemônica neste período). Para ele, a superação do subdesenvolvimento está na necessidade das sociedades dependentes em vencer as barreiras que bloqueiam o processo de mercantilização e impedem a criação de uma base empresarial profundamente comprometida com o mercado interno, ou seja, superar a dependência do capital internacional (PRADO JÚNIOR, 1966).

No Império, a persistência do escravismo e os artifícios do poder monárquico compunham uma administração distante, estranha aos interesses populares. A legitimidade alcançada pelos construtores do Estado nacional era imposta pelo alto, indiferente aos movimentos mais gerais da sociedade. No final do Império, a história brasileira se acelera com abolição, proclamação da República e o trabalho livre, que somente foi possível através de uma seqüência de lutas por melhores condições de vida e de trabalho. A diversidade e os antagonismos sociais passaram a ser enfrentados, ainda que predominassem as técnicas de repressão, violência do poder estatal e privado, o direito adotado nos códigos e constituições considera a possibilidade de negociação (IANNI, 2004;104). Não há como negar a realidade da questão social.

Também pensando a realidade brasileira, diferentemente de Caio Prado Jr (que tem sem sua convicção pautada um movimento democrático de massas para romper com o ciclo vicioso do subdesenvolvimento e tornar livre o caminho para o desenvolvimento nacional), Furtado constrói sua perspectiva através do poder público, traz a ideia de um Estado planejador,

reforçando uma "autonomia nacional" com políticas econômicas pautadas para dentro.

A perspectiva analítica de Furtado vai sustentar que a condição básica para que uma sociedade possa atuar sobre os mecanismos de apropriação e de utilização do excedente e, conseqüentemente, ter voz ativa sobre seu destino é a existência de um poder público capaz de subordinar o funcionamento da economia aos propósitos do conjunto da sociedade nacional. E, a partir dessa premissa, vai ressaltar a importância primordial das bases subjetivas e objetivas dos centros internos de decisão como estratégia para o desenvolvimento. Nas suas palavras, um sistema econômico é essencialmente um conjunto de dispositivos de regulação voltados para o aumento da eficácia no uso dos recursos escassos, que pressupõem a existência de uma ordem política, ou seja, uma estrutura de poder fundada na coação e no consentimento.

Para a superação do subdesenvolvimento, Furtado aponta para reformas estruturais necessárias para elucidar os problemas que se apresentam como obstáculos a construção de um sistema econômico por meio de um Estado planejador, que fortaleça a base empresarial do país. Ao Estado caberia a responsabilidade direta e indireta pela democratização do acesso aos ativos da sociedade, bem como pela adequação dos mecanismos de apropriação e utilização do excedente a políticas de redistribuição de renda e da riqueza.

Além disso, cabe-lhe também suprir as necessidades da iniciativa privada, sempre que esta não for capaz de assegurar o funcionamento de setores estratégicos da economia, e ainda de mediar as relações comerciais internacionais (Sampaio,1999). Ou seja, enquanto o Estado se fortalece e a economia cresce, os trabalhadores padecem, pois a miséria, pobreza, desemprego e outras manifestações da questão social, são tratados com políticas reformistas dentro da própria ordem. Os setores dominantes juntamente com o Estado, elaboram e aperfeiçoam instituições com o objetivo de dar continuidade ao “desenvolvimento”, “progresso”, “modernização” e seguem no controle das forças sociais para que não ponham em questão a “lei e ordem”, a “paz social”, “ordem e progresso”.

Diante dessa realidade social complexa, setores dominantes da sociedade “naturalizam” a questão social muitas vezes como um problema a ser tratado com assistência social, ou através da segurança e repressão de suas manifestações, dentre outras formas. Partem do princípio de que o sujeito da classe trabalhadora subalterna ainda não se esforçou o suficiente para alcançar um patamar social maior.

... muito depois, praticamente um século da abolição da escravatura, ainda ressoava no pensamento social brasileiro a suspeita de que a vítima é culpada. Há estudos em que a miséria, a pobreza e a ignorância parecem estados de natureza, ou da

responsabilidade do miserável, pobre, analfabeto. (IANNI, 2004:110).

Há um combate sem trégua ao ócio e uma exaltação do trabalho como chave do progresso, como algo que traz dignidade, que multiplica o dinheiro. Logo, essa culpabilização da vítima²³, em não alcançar o que é considerado “sucesso” no horizonte ideológico da sociedade capitalista (ser possuidor de bens) se torna natural e perdura fortemente numa visão conservadora até os dias atuais. A meritocracia²⁴ é uma das formas de análise extremamente presente nas relações sociais hoje. Tem como base o discurso sobre as conquistas por mérito, por merecimento, esforço.

Como não há possibilidade de que todos os sujeitos tenham uma vida digna e quiçá serem “possuidores de bens” no modo de produção capitalista (devido a sua produção e reprodução se realizar através da desigualdade) é difundida e naturalizada a idéia de que o sujeito não se esforçou o suficiente para realizar as conquistas impostas ou desejadas, do que considerar suas determinações históricas (econômicas, de classe, de raça, etc) como sujeito num sistema social, em que não há espaço para que todos alcancem o tão proclamado sucesso. Pelo contrário, é necessário o “fracasso” de muitos para que poucos sejam bem sucedidos. Ou seja, o discurso meritocrático desresponsabiliza o Estado e a sociedade, e lança nos ombros dos trabalhadores todo o peso de sua omissão.

Para garantir essa racionalidade, o capitalismo separa economia de política. Enquanto a política é um lugar de possível “atuação de todos”, no âmbito da economia essa possibilidade não está posta, os meios de produção não são coletivos, logo não existe a possibilidade de intervenção de todos. Esta realidade é mascarada pelo progresso aparente das liberdades individuais como, por exemplo, a possibilidade dos trabalhadores venderem sua força de trabalho e não serem mais escravos do senhor. Porém, esse processo ocorre com o custo da alienação:

A principal função do tão glorificado contrato, era portanto a introdução – em lugar das relações feudais rigidamente fixas – de uma nova forma de fixidez, que garantisse ao novo senhor o direito de manipular os seres supostamente ‘livres’ como coisas, objetos sem vontade própria, desde que esses escolhessem ‘livremente’ celebrar o contrato em questão, ‘alienando voluntariamente aquilo que lhes pertencia. (MESZAROS, 2006:38).

²³ Considero o sujeito trabalhador vítima no processo de produção da riqueza socialmente produzida, pois não possui os meios de produção para reprodução da vida social, possui somente sua força de trabalho para vender. Logo, sua classe social, não depende de sua vontade ou esforço, é vítima das condições socialmente determinadas pelas condições econômicas materiais do sistema capitalista.

²⁴ Conceito que estabelece ligação entre mérito e poder, no qual a posição social de uma pessoa poderia ser determinada pelo esforço, inteligência, entre outros.

O Estado sempre foi fortemente presente na formação social brasileira, ainda que na colonização as relações sociais não fossem tipicamente capitalistas, tinham como pressuposto uma revitalização do regime de estamentos, em que não havia mobilidade social. A acumulação já era dirigida pelo capitalismo mercantil e, principalmente, pela relação de subordinação com outros países. A “Independência” do Brasil ocorreu sem romper com as estruturas e hierarquias do passado colonial e escravista, pois a comercialização de matéria-prima no mercado mundial exigia sua persistência. Logo, o nascimento da “nação” brasileira se deu de cima para baixo, a partir do Estado e não das massas populares. Florestan Fernandes, ao desenvolver sua concepção sobre o desenvolvimento dependente, analisa a perpetuação de elementos “arcaicos” como um traço constitutivo colonial para a formação social brasileira.

Ainda que movidos pela mesma preocupação em compreender os nós que devem ser desatados para superar a dependência e o subdesenvolvimento, Florestan Fernandes, Caio Prado Junior e Furtado desenvolveram distintas perspectivas sobre os dilemas da sociedade brasileira. Caio Prado Junior, desenvolveu em seu estudo o horizonte de transformação social baseado na negação da dependência, ou seja, “revoluções” dentro da própria ordem capitalista vislumbrando alcançar o socialismo; Furtado aponta como caminho para a transformação social de um Estado forte, sem ter no horizonte a necessidade e possibilidade do socialismo e Florestan desenvolve uma concepção a partir de uma ruptura radical (negação da negação) por meio de uma revolução operária.

A formação da sociedade de classes no Brasil se deu a partir de um regime de severa segregação social, no qual os negros, ex-escravos, não foram inseridos na nova ordem em ascensão. Florestan Fernandes considera que “as funções construtivas do regime de classes são profundamente afetadas pelo grau de coesão e de continuidade das formações sociais anteriores à emergência e à consolidação do capitalismo” (FERNANDES, 1968). Portanto, o regime de classes integra-se a uma configuração de um mercado dependente, de condução interna, mas de interesses imperialistas. É esse processo que faz com que haja um esvaziamento histórico com o horizonte de perpetuar o subdesenvolvimento no regime de classes. Portanto, essa realidade não é uma aberração, ela possui um sentido, como aponta Fernandes:

Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas fazem parte do cálculo capitalista do agente econômico privilegiado. (FERNANDES, 1968:65)

As transformações na estrutura social de distribuição de renda das diferentes camadas populares não foram acompanhadas das transformações econômicas, o que gera os “condenados do sistema”, que não fazem parte nem do exército industrial de reserva, são os sujeitos que não vislumbram nem a possibilidade de vender a sua força de trabalho.

O grande desafio é eliminar a dupla articulação que atrela o padrão de acumulação e de dominação dos países imperialistas e o conservadorismo da sociedade colonial. Isso quer dizer que a formação social dependente do Brasil vive em permanente crise política, econômica, social e cultural gerada pela dupla articulação entre imperialismo e sociedade colonial. A construção de condições sociais e políticas capazes de combinar desenvolvimento econômico com democracia social é o fator mais importante para as classes sociais que vislumbram ultrapassar o capitalismo dependente. Florestan Fernandes destaca que esse movimento é essencialmente político, direcionado fundamentalmente para a eliminação dos privilégios das classes altas.

Tratando-se de uma revolução democrática, pela qual o conjunto da população possa alcançar as condições necessárias para se integrar ao processo de desenvolvimento econômico, sociocultural e político. Essa revolução democrática pode ser identificada como um processo de transformação social que assume dois aspectos: o de negação da dependência, através de uma revolução nacional; ou de negação da negação, através de uma revolução socialista (FERNANDES, 1968).

A chamada revolução nacional levaria a América Latina a atingir uma situação estrutural como a dos países europeus na Revolução Industrial. Já a revolução socialista significaria um real salto histórico, uma vez que situaria a América Latina no centro da crise do padrão de civilização do capitalismo. Tal avanço romperia com o controle externo imperialista e possibilitaria uma nova sociedade, nova cultura, nova economia sob influência do socialismo.

Na fase do capitalismo monopolista, as burguesias dependentes (como no caso do Brasil), perderam sua capacidade reformista, pois, para Florestan Fernandes, o desenvolvimento do capitalismo é mais possível por meio de uma revolução nacional, como foi a dos EUA e a do Japão). Portanto, esses países de capitalismo tardio, que se atrasaram no momento histórico e não conseguiram realizar uma revolução nacional dentro do capitalismo, devem se opor a ele.

Ainda assim, Florestan Fernandes vai chamar a atenção para o fato de que a ruptura com o capitalismo dependente deve ser identificada como processo de luta política, não podendo

resultar do que ele vai chamar de “vontade esclarecida”, constituídas por representantes das elites (burguesia), imbuídos de realizar diagnósticos históricos da sociedade. Nesse sentido, ele vai destacar que as elites podem até colaborar com seus diagnósticos, porém estes nunca foram conduzidos à transformação por parte das mesmas.

No Brasil, ele vai dizer que tanto não há elites compromissadas com este objetivo, nem tampouco, as massas que não se alçaram para o protagonismo da promoção de mudanças sociais conscientes. O que irá conferir o sucesso de uma revolução democrática social é de luta de classes. Para Florestan, a classe operária é a única capaz de superar as mazelas da sociedade capitalistas a partir de uma organização e um desenvolvimento independente dos operários/trabalhadores representando as dimensões de uma relação dialética e desenvolvimento das classes (classe em si e classe para si)²⁵

É no período oligárquico que a prática patrimonialista²⁶ torna-se mais evidente com uma atuação autoritária de controle que toma o que é público como privado, como aponta Ianni:

Se a sociedade é inocente, logo se depreende que o Estado se defronta com uma missão excepcional: constituir, orientar, administrar ou tutelar a sociedade, ou seja, o povo, os setores sociais subalternos. Justifica-se que o Estado seja patriarcal, benfeitor, punitivo, deliberante, onisciente e oblíquo. (IANNI, 200:46)

Ao longo dos anos, essas oligarquias vão se “modernizando” a fim de garantirem apoio político, social e econômico, para isso se associam a empresas e corporações, e garantem uma atenção especial à mídia transformando-se no que Ianni destaca como “oligarquias eletrônicas”.

A Revolução de 1930, liderada por Vargas, se dá sem rompimento com as oligarquias rurais, pois o bloco industrial-agrário se compõe ao projeto de industrialização do país, portanto, o nacional modelo agrário passa a ser industrial. Uma mistura de "capitalismo nacional" e amplos acordos com os países imperialistas, como Estados Unidos e Inglaterra, gerou uma política nacionalista e industrial. A consolidação das Leis Trabalhistas – CLT é de grande importância para a industrialização no país, na qual o Estado intervém com o objetivo de estimular o modo de produção capitalista e promover sua expansão, fortalecendo assim o

²⁵ Classe em si é constituída pela população cuja condição social corresponde com determinado lugar e papel no processo produtivo, e que independentemente de sua consciência e organização para luta na defesa de seus interesses [...] Classe para si caracteriza outra dimensão, é aquela que consciente de seus interesses e inimigos, se organiza para luta na defesa destes. Entre 1830 e 1848, ocorre um momento histórico em que Marx observou a passagem da classe em si para a classe para si, em que a classe trabalhadora se torna sujeito autônomo e consciente de seus interesses e do antagonismo ao capital, organizado para as lutas de classes. (MONTANO E DURIGUETTO, 2011: 97)

²⁶ No Estado patrimonialista as instituições, estruturas, interesses acabam se tornando patrimônio de seu governante, através do uso de rendas públicas para assuntos que interessam apenas a interesses pessoais.

Estado, atendendo a interesses do capital e do controle dos trabalhadores.

Esse momento assinala um período de transição na história brasileira, a transição de um país “atrasado” para um país que tinha como horizonte a “modernização”, tendo como movimento o “arranjo da classe urbana com a burguesa agrária; industrialização; participação do Estado em assuntos econômicos, sindicalismo atrelado ao aparelho estatal, formalização das relações jurídico-política das relações de produção” (IANNI, 2000:219). Porém, a agricultura atrasada financiava a industrialização, o que gerou a prevalência dos mecanismos de atraso no sistema agrícola e um enorme contingente de mão de obra para os centros urbanos, aumentando o exército industrial de reserva. Essa realidade trouxe uma superfuncionalidade para a produção capitalista, pois os salários dos trabalhadores eram nivelados por baixo.

Para o autor Francisco de Oliveira, esse cenário revela que “a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (OLIVEIRA, 1988:36), configurando uma relação não apenas desigual, mas combinada. Essa relação traz a tona que a expansão das formas capitalistas modernas não só não era impedimento para existência de formas socioeconômicas atrasadas, como delas se alimentava para manter ou elevar as taxas de lucro.

É importante notar que a criação de mínimos direitos sociais no Brasil resulta da luta de classes. Por um lado alguns trabalhadores conquistam mínimos direitos trabalhistas e previdenciários, por outro ficam restritos a direitos políticos e civis que se configuram como tutela e favor. A maioria dos trabalhadores não possuía nem sequer o “documento da cidadania”, a carteira de trabalho, logo não eram nem portadores de direitos trabalhistas. Estavam “jogados” a própria sorte, diria azar, em contar com a solidariedade, realizar atividades de iniciativa própria sem nenhuma garantia, entre outras atividades de cunho individual, por si só. “Essa é uma das características do Estado brasileiro: seu caráter corporativo e fragmentado, distante de qualquer perspectiva de universalização” (BEHRING, BOSCHETTI, 2011:106).

A expansão capitalista se intensificou e aprofundaram-se suas contradições no Governo de Juscelino Kubitschek, frente ao plano de aceleração da acumulação capitalista denominado de “50 anos em 5”. Com o objetivo de acelerar a industrialização, recorreu a financiamentos externos, tornando a economia brasileira ainda mais dependente. O setor automotivo foi imprescindível para o “desenvolvimento” da política industrial brasileira. Desenvolvimento econômico esse que tem como característica a individualização do coletivo, pois investe intensamente na produção e venda de transportes individuais em detrimento de transportes

públicos.

Durante a ditadura empresarial militar²⁷ as contradições foram ainda maiores devido a dependência externa com o propósito de incrementar a economia. Nesse contexto de perda das liberdades democráticas, de censura, de prisão e tortura, o bloco empresarial militar buscou adesão e legitimidade por meio da expansão e “modernização” de políticas sociais. A previdência social no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) é centralizada e unificada em 1966 retirando os trabalhadores definitivamente da gestão da previdência social, que passa a ser tratada como questão técnica (BEHRING, BOSCHETTI, 2011).

nessa associação entre previdência, assistência e saúde, impôs-se uma forte medicalização da saúde, com ênfase em no atendimento curativo, individual e especializado, em detrimento da saúde pública, em estreita relação com o incentivo à indústria de medicamentos e equipamentos médicos-hospitalares, orientados pela lucratividade. (BEHRING, BOSCHETTI, 2011:137).

A ditadura impulsionou também uma política nacional de habitação, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), coma estratégia de impulsionar a economia por meio do incremento da construção civil na construção de moradias populares. Não houve nenhuma transparência e controle de gastos públicos, não à toa, foi um período de forte crescimento para as empreiteiras. Ao mesmo tempo em que impulsionavam políticas públicas mesmo restringindo o acesso, a ditadura empresarial-militar abria espaço para saúde, educação, previdência privadas, configurando uma dualidade de acesso: para quem pode e para quem não pode pagar. Como vimos, a ditadura é um período marcado por grande ascensão social individual, em que há um esvaziamento da coisa pública e há principalmente uma guinada em responsabilizar o sujeito por todas as áreas da vida social, sem garantir as mínimas condições para que isso seja possível.

O diferencial entre os dois momentos, de acordo com Francisco de Oliveira, é que, a partir de 1964, com a monopolização da economia e a intensificação dos empréstimos externos, apareceram com maior peso no sistema econômico brasileiro os setores financeiros ligados ao mercado de capitais, dando início “à precoce hegemonia do capital financeiro”, lembrando ainda que a característica fundante da política econômica e da “política” propriamente dita na ditadura empresarial militar foi à contenção repressiva do salário e a opressão política sobre os

²⁷ Digo empresarial-militar, pois enquanto os empresários eram beneficiados, ampliando suas formas de organização e dominação, os trabalhadores eram cada vez mais oprimidos e explorados. “A ditadura colocou o aparelho estatal quase que totalmente a serviço dos interesses dessa grande burguesia. Tanto o planejamento governamental como a violência estatal, a repressão e a censura, toda a vasta máquina do Estado, todo esse poder foi posto a serviço da acumulação capitalista” (IANNI, 2000:289)

trabalhadores, ou seja, a ditadura foi o instrumento utilizado pela burguesia para levar ao extremo esse processo que vem da própria constituição do capitalismo nacional.

É assim que o tratamento dado por Oliveira a processos que conceituou como contra-revolucionários parece permitir tratar como revoluções econômicas burguesas as transformações que impulsionaram a expansão das formas mais modernas do capitalismo no Brasil.

Observamos aqui alguns dilemas referentes à formação social brasileira, como seu traço arcaico e moderno permanente e sua relação de capitalismo dependente, que são traços constitutivos e imprescindíveis para compreendermos a sociedade de classes hoje. No próximo item, exploraremos como o Estado atua no capitalismo brasileiro.

2.2 O Estado Brasileiro: rolo compressor

O Estado, na sua forma política e centralizadora, continuamente esteve a serviço de interesses privados. No governo Vargas, o Estado atuou como protagonista no chamado “desenvolvimento” econômico do país. Nos governos posteriores, como de Kubitschek e Jango, a sociedade civil²⁸ se torna mais ativa. Porém, com o golpe empresarial militar de 1964, o Estado se torna ainda mais perverso do que nos governos anteriores. Utiliza da força repressiva e autoritária para realizar o golpe impondo um regime ditatorial em que os direitos civis e políticos passam a ser duramente restringidos pela violência.

Toda essa ação se deu por instrumentos legais de repressão através dos “atos institucionais”, que cassaram direitos políticos dos líderes sindicais, políticos, intelectuais e militares, aboliu eleição direta para presidente, suspendeu habeas corpus para crimes contra a segurança nacional, censurou os meios de comunicação e a imprensa, proibiu a realização de greves, além de mecanismos como a aposentaria forçada de funcionários públicos, fechamento de sindicatos ligados ao movimento operário entre outros (CARVALHO, 2012:160).

Ao mesmo tempo em que era o maior período de repressão, era também o período em

²⁸ Na perspectiva Gramsciana, sociedade civil é um momento do Estado. A nova função estatal, de direção social, de consenso, de hegemonia, é dada na nova esfera da sociedade civil, sendo o espaço onde se confrontam os diversos projetos de sociedade, percebendo a incorporação das lutas de classes na esfera estatal. A sociedade civil é composta por aparelhos privados de hegemonia, ou seja, organismos sociais aos quais se adere voluntariamente e que representam os diversos interesses dos atores (particularmente das classes) que a compõem [...] Aqui os grupos e as classes sociais realizam a organização da representação de seus interesses e o encaminhamento de suas ações sociopolíticas. (MONTANO E DURIGUETTO, 2011; 45).

que a economia retomava aos “altos índices de crescimento”, porém esse “crescimento” beneficiou de maneira muito desigual os vários setores populacionais. A consequência foi que, ao final, as desigualdades tinham aumentado ao invés de diminuir²⁹, a ditadura estava posta a serviço do capital nacional e principalmente do internacional.

Um dos traços mais característicos desse modelo de Estado burguês que conhecemos ao longo de meio século é que ele – como, em geral, todos os Estados que resultam de revoluções passivas – era um Estado no qual a supremacia da classe no poder se dava por meio da dominação (ou da ditadura) e não da direção político-ideológica (ou da hegemonia). Recordo brevemente que, para Gramsci, hegemonia é um modo de obter o consenso ativo dos governados para uma proposta abrangente formulada pelos governantes. Ao contrário, o que caracteriza aquilo que Gramsci chamou de ‘ditadura sem hegemonia’ é o fato de que, nesse tipo de Estado, existe certamente uma classe dominante, que controla direta ou indiretamente o aparelho governamental, mas o projeto político dessa classe não tem o respaldo consensual do conjunto ou da maioria da sociedade (...) (COUTINHO, 2005:182)

A ditadura empresarial militar representou o predomínio da grande burguesia financeira e monopolista no Estado, pois comandava as diretrizes do poder estatal em favor dos interesses da burguesia nacional e internacional, “a ditadura é a aparência, o mais imediato e visível da ditadura da burguesia” (IANNI, 2004:292).

Desde sua gênese até os dias atuais, o Estado brasileiro possui características patrimonialistas, ou seja, continuamente apresenta interesses pessoais de seus representantes. Essa “privatização” do público visa fomentar e produzir as condições essenciais para a expansão do capital que é legitimada através da intervenção do Estado na economia. E quanto às classes subalternas, é difundida a ideia de que é pouco organizada, inocente e precisa ser tutelada pelo Estado com a missão de ser orientada, administrada, a fim de promover mudanças em conformidade com os interesses da elite.

No modo de produção capitalista, a troca de mercadorias é a chave para compreender essa especificidade, como afirma Mascaro (2013), uma vez que há um intermédio na relação universal das mercadorias que não é feita por cada burguês, mas por uma instância apartada de todos eles. Portanto, o Estado é necessário à reprodução capitalista seja para garantir a troca de mercadorias, seja para garantir a exploração da força de trabalho assalariada.

A ideia de que exista um Estado que não intervenha na economia, de uma economia que

²⁹ “Em 1960, os 20% mais pobres da população economicamente ativa, ganhavam 3,9% da renda nacional. Em 1980, esse número caiu para 2,8%. Em contraste, em 1960, os 10% mais ricos ganhavam 39,6% da renda nacional, ao passo que em 1980 ganhavam 50,9%. Os pobres não ficaram muito mais pobres, mas os ricos ficaram muito mais ricos. (CARVALHO, 2012:169)

se regula por si só através da oferta e da procura - denominada de mão invisível por Adam Smith – não existe na concretude. O objetivo é que intervenção estatal continue operando de forma máxima para o capital e que diminua as funções estatais que respondem à satisfação dos direitos sociais, pois o modelo econômico liberal sacrifica valores essenciais como, a dignidade da pessoa humana e ataca a qualidade de vida social em favor da liberdade de mercado.

O sociólogo Borón (2001:173) explica que "não se trata somente da avassaladora globalização dos mercados (...) se produziu uma inédita mercantilização da vida social, que foi quase totalmente definida em termos mercantis". Deste modo, o Estado não é atento a demanda popular e age na desvalorização do público e na valorização do privado, com o discurso da eficiência do mercado e deficiência do Estado, da coisa pública. Porém, o Estado é apresentado de outra forma, é mostrado como espelho e intérprete da sociedade como um todo, o representante da nação, da vontade geral, como afirma Ianni (2004).

Com o propósito de consolidar a política neoliberal³⁰ no Brasil, o governo FHC estabiliza a economia por meio da abertura comercial e financeira, reduz os gastos públicos com as políticas sociais, privatiza as empresas e serviços, torna-se ainda mais dependente científica e tecnologicamente e possibilita o controle do fluxo de capital ao comando privado internacional do setor financeiro. Este é o receituário determinado pelas políticas de ajustes fiscais do FMI e do Banco Mundial no qual o governo FHC vai adotar em toda sua trajetória.

Os empresários, de forma fragmentada e difusa, passam a intervir na atuação educativa da classe burguesa através de formulação de ideias e projetos dentro da matriz neoliberal em torno da ideologia da responsabilidade social, das parcerias e de ações educadoras (NEVES, 2005:145). Portanto, há uma representação política a fim de fortalecer o receituário neoliberal e disseminar na sociedade civil as noções de “colaboração”, de “humanização” das empresas como "sensíveis" as causas sociais e principalmente trabalha a ideia do convencimento de que qualquer melhoria de vida para a população só será possível através do envolvimento de todos. Essa reorganização na aparelhagem estatal, pela qual o Estado passa a “transferir” suas responsabilidades sociais para a sociedade civil se consolida corroborando um modelo neoliberal de sociabilidade.

³⁰ Conjunto ideológico fomentado e propagado pelo grande capital. “disseminação de teses, profundamente conservadoras, originalmente defendidas desde os anos quarenta do século XX pelo economista austríaco Hayek (1899-1992) [...] compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (meio do indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira da liberdade, liberdade de mercado. (NETTO, BRAZ 2009:226)

Trata-se de uma participação que não tem capacidade para alterar o projeto de sociedade, mas sim aprimorar o capitalismo e reforçar no campo ideológico, que o Estado não é capaz de se responsabilizar sozinho pela educação, saúde, assistência social e que cabe aos diferentes organismos da sociedade civil partilhar as responsabilidades.

O governo neoliberal de FHC visava alcançar sua legitimidade mediante as políticas sociais compensatórias e regressistas adotadas após o Consenso de Washington³¹. A enorme abertura externa, além de elevar a dependência dos setores estratégicos do país, produziu um estoque de capital privado nacional bom e barato que foi parar nas mãos do capital estrangeiro, certamente essa foi umas das mais perversas heranças do governo FHC (PAULANI, 2003:64).

É nesse cenário de inadimplência externa, descontrole inflacionário, imensa desigualdade social que o Governo Lula é eleito e contrariando a ideologia de seu partido e história, permanece em sintonia com o governo antecessor na consolidação dos interesses do empresariado e da elite. O governo FHC não enfrentava grandes dilemas em defender a política neoliberal, pois ele nunca pretendeu ser outra coisa e nem se preocupou de fato com a desigualdade, diferentemente do que era proposto pelo ideário do governo petista. No entanto, o que antes era criticado no governo FHC passa a ser firmado pelo governo do PT.

Segundo Borges Neto (2003) a política que vem sendo implementada pela área econômica tem forte continuidade com a do segundo mandato de FHC. A política da taxa de juros foi mantida, ocorreram cortes importantes nas áreas sociais e ainda foi defendida a continuidade da privatização dos bancos públicos estaduais e a concessão de autonomia operacional para o banco central.

A pretensão original do Partido dos Trabalhadores era comandar um governo “democrático e popular”. Hoje parece claro que temos de nos conformar com algo bem menos pretensioso. Mas, mesmo para um governo simplesmente reformista, o que não seria pouco considerado a atual quadratura da história capitalista, seria necessária muita mudança no que se pratica. (PAULANI, 2003; 72)

O governo reformista do PT com Lula se baseou num modelo de “inclusão social” por meio do consumo, aumentou os empregos formais, mesmo que de forma precarizada com alta rotatividade e a baixos salários, ampliou o ensino superior privado e público, aumentou os créditos para realização de compras entre outros. E é claro, a principal bandeira levantada pelo

³¹ Consenso de Washington ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos. Nesse encontro, realizou-se uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina.

governo do PT “retirada de milhões de pessoas da miséria” ³²através do programa de transferência de renda chamado “bolsa família”. ³³

O que nos revela que mesmo que essas ações não tenham diminuído, de fato, a desigualdade social no país e nem proporcionado uma cidadania de direitos públicos e universais, ela produziu, sem dúvida, alterações nas relações sociais e na vida social dos sujeitos. Ao mesmo tempo em que ser “contemplado” por esse programa significa que há milhões de pessoas em situação de miséria, o que tem a ver com o lugar que a economia capitalista dependente ocupa na economia mundial, ainda que no mesmo padrão civilizatório capitalista. Logo, expandir o programa bolsa família não deve ser um horizonte de transformação da sociedade.

No entanto, essa reorganização dentro da ordem capitalista, deixou a chamada classe média insatisfeita, pois seu “espaço” estava sendo invadido por uma parcela da classe trabalhadora, que começava a ter possibilidades de realizar viagens de avião, obter planos de saúde privados, aumento do poder de compra a crédito e financiado, entre outras possibilidades, ou seja, a classe média começava a ter que dividir seu espaço de exclusividade e “privilégios”, e não estava nem um pouco satisfeita com o andamento deste governo.

Um texto de “desabafo” que gerou grande repercussão neste período foi o da colunista do Folha de São Paulo, Danuza Leão, intitulado “Ser especial³⁴”, a jornalista revela seu descontentamento e furor em perder a exclusividade de classe média: “Ir a Nova York já teve sua graça, mas, agora, o porteiro do prédio também pode ir, então qual a graça?”. Em todo o texto Danuza demonstra que não há mais satisfação em realizar certas atividades que “todos” (segundo a autora) têm a oportunidade em fazer, um retrato típico da classe burguesa no país.

Na continuidade do Governo do PT com a presidente Dilma, diante do crescimento da crise econômica, parte da burguesia passa a não acreditar que o PT realize as medidas necessárias para executar uma contrarreforma significativa afim de que seus interesses políticos e econômicos fossem assegurados. Frações da burguesia abraçaram a oportunidade que a instabilidade econômica trouxe para instalar um caos político, cooperando fortemente para o

³² Bolsa família reduz a miséria. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/ipea-estima-que-bolsa-familia-reduziu-miseria-em-28-em-2012-10374845>> Acesso em setembro de 2017

³³ “Bolsa família é um programa de transferência de renda do Governo Federal para auxiliar as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza”. Disponível em: <<http://bolsa-familia.info/>> Acesso em setembro de 2017

³⁴ Íntegra do texto “Ser Especial”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/80046-ser-especial.shtml>> Acesso em junho de 2017.

clima de insegurança na direção do país e, conseqüentemente, para que não fosse possível uma recuperação econômica neste governo. Nesse período crescem os discursos de ódio contra “pobres”, “petistas”, “sindicalistas”, “homossexuais”, “nordestinos”, entre outros.

Não sendo possível sustentar aparências harmônicas, a burguesia revela sua face mais bárbara, sem se importar com os meios para que seus interesses e a acumulação capitalista fosse retomada, impulsionam o golpe contra o governo da presidente Dilma através do pedido de Impeachment.

A sessão de votação do impeachment ³⁵é iniciada com os mais variados discursos dentre eles a expressão “Pela família”, “Pela minha mãe”, “Pelo meu neto”, “Pela paz em Jerusalém” para evitar que as “crianças aprendam sexo nas escolas” e ainda uma dedicatória de voto do parlamentar Jair Bolsonaro – PSC ao Coronel do exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, atuante na repressão durante a ditadura militar e acusado de perseguições, tortura e morte por opositores ao regime militar. O discurso da família, do militarismo, da religião, do ódio exclusivo a um partido, expôs as vísceras de um congresso conservador que só aparentava ter perdido o discernimento de seu papel na hora da votação, entregando-se a discursos inflamados.

Com o golpe instalado, o vice-presidente Temer – PMDB assume a presidência da República. O golpe não trouxe mudança do regime vigente, pelo contrário, o governo peemedebista traz uma conjuntura ainda mais massacrante para a democracia e, conseqüentemente, para a população mais pobre e trabalhadora, vide a intensa contrarreforma proposta para “salvar” o país da crise econômica e a selvageria da retirada de direitos sociais.

Com o projeto de governo intitulado “Uma ponte para o futuro”, ³⁶o governo pmdebista traz seu projeto de nação pautado na ideia de restaurar o “consenso”, “coesão” e a “pacificação” na sociedade brasileira (p.2) e principalmente seus interesses de “desenvolvimento” do país:

[...] o Estado deve ser funcional, qualquer que seja o seu tamanho. Para ser funcional ele deve distribuir os incentivos corretos para a iniciativa privada e administrar de modo racional e equilibrado os conflitos distributivos que proliferam no interior de qualquer sociedade (p.4).

O governo Temer não mascara suas intenções e ações, elas estão claras em todo o projeto de nação apresentado. Um de seus objetivos é o corte de gastos com os direitos sociais e o

³⁵ Dedicatórias dos deputados na votação do Impeachment

Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PaPvwxMF5jI>> Acesso em junho de 2017.

³⁶ Projeto de nação do governo Temer: <http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf> Acesso em agosto/2017

interesse em fazer a economia crescer para “devolver” a população pobre o “poder de compra e consumo” (p.8). Em todo o projeto a forma de garantir cidadania e direitos à população mais pobre está ligada via poder de consumo. Para que a economia volte a crescer é proposto o ajuste fiscal ao custo das despesas públicas (p.16), ou seja, corte em todas as áreas públicas, como saúde, educação etc.

Notamos em todo esse processo que a principal intenção do governo do PMDB é se reorganizar dando continuidade no projeto de país dependente “o Estado deve cooperar com o setor privado na abertura dos mercados externos, buscando com sinceridade o maior número possível de alianças ou parcerias” (p. 17), porém com formas mais duras e amargas para a classe trabalhadora. O que Demier chamou de “democracia blindada brasileira”: “cada vez mais imune às pressões populares – se mostrou capaz, por meio dos seus próprios procedimentos constitutivos, de substituir peças políticas incômodas quando necessário para o capital sem ter que alterar a si mesma...” (DEMIER, 2016).

Com o lema: “Não fale em crise, trabalhe”, Temer forçava um clima de pavor numa realidade devastada pelo desemprego, pela insegurança política e econômica, e principalmente pela sua ilegitimidade. Com a proposta de arrocho fiscal como a PEC 241 (congelamento dos investimentos em saúde e educação por 20 anos), idade de aposentadoria aumentada, pensamento crítico censurado, manifestações reprimidas entre outros, o governo ilegítimo passa a atacar os direitos constitucionais e democráticos que sequer a população brasileira chegou a experimentar em sua plenitude.

Voltado diretamente para a retirada de direitos, a pauta neoliberal é disseminada pela classe dominante reascendendo várias formas de preconceito, arbitrariedades, violência, descortinando o que de mais primitivo tem a formação social brasileira. Este é Estado capitalista, como aponta Dias:

Esse Estado atua como garantidor das políticas de acumulação e reprodução da burguesia e de suas frações sustenta o arrocho salarial, impõe um modelo educacional e de saúde: nega, continua e historicamente, as identidades e direito dos trabalhadores. Foi, e continua a ser, decisivo na conformação do chamado capital privado [...] busca interditar através de suas políticas, os movimentos contraditórios à racionalidade capitalista. (DIAS, 1999:45).

O desmonte dos direitos democráticos revela uma particularidade do capitalismo contemporâneo: ele mesmo destrói as regulamentações que lhe foram impostas. Em meio a toda essa violência, com o direito ao voto violado, há uma forte resistência das ruas, dos movimentos

sociais e estudantis, inúmeros atos acontecem ao longo do ano de 2016 contra o governo que se instaurou. O governo Temer não dialoga com nenhuma forma de resistência, suas armas são a força e repressão a toda atuação contrária. Poderíamos caracterizar esse governo chamado por Florestan de contra revolução a “quente”: “... quando não é mais possível aproveitar com segurança lemas e palavras de ordem sobre o papel do Estado e os interesses da Nação, a burguesia faz o uso aberto e sistemático da violência pelas forças armadas e pelas superestruturas jurídicas” (FERNANDES, 1975:40)

Um período caracterizado pela crise de hegemonia, na qual as formas de organizações políticas perdem a capacidade dirigente e, conseqüentemente, há uma multiplicidade de formas deles. Como afirmam Braga e Bianchi (2015) “a crise de hegemonia não se caracteriza pela inexistência de poder, o vazio, e sim por uma multiplicidade deles”.

Desde o fim dos anos 1980 vem crescendo a participação dos evangélicos neopentecostais³⁷ no cenário político brasileiro cabe ressaltar que são especialmente aqueles de base conservadora – fundamentalista que tem tido expressiva agenda política de suas demandas. Demandas que passam pelo veto ao direito das mulheres ao aborto, contra a ampliação dos direitos civis da população LGBT, contra as iniciativas de inclusão da temática da discussão de gênero e sexualidade nas escolas entre outras. Há, nos últimos anos, um aumento significativo e de grande impacto do conservadorismo religioso que rebate nos campos não só da moral, mas também no campo econômico e social.

A escolha do Deputado Marco Feliciano no ano de 2013 para presidência da comissão de Direitos Humanos (conhecido por declarações racistas e homofóbicas³⁸) se deu através da indicação de seu partido PSC e aconteceu numa sessão fechada sob alta tensão, pois os deputados ligados aos direitos humanos se retiraram em protesto contra o nome do pastor.

O crescimento da eleição e candidaturas de vereadores, prefeitos e deputados evangélicos com projetos de “cura gay”, “estatuto da família” (que reconhece família apenas como entidade formada por homem e mulher), a PEC 171 (que utiliza passagens bíblicas para justificar a redução da maioridade penal), a vitória do Bispo Marcelo Crivela para prefeito do Rio de Janeiro, são alguns dos exemplos que demonstram um grande avanço conservador religioso, que não se propõe ao diálogo, mas que procura firmar seu fundamentalismo como

³⁷ Movimento dissidente do evangelicalismo que tem como raízes a teologia da prosperidade, a confissão positiva, e maldição hereditária.

³⁸ Declarações do Pastor Marco Feliciano. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/15-tuites-polemicos-do-pastor-e-deputado-marco-feliciano/>> acesso em fevereiro de 2018.

modo de viver e ver a vida para toda a sociedade. Tudo isso diante de um Estado que possui apenas aparência de laico, mas que revela, mais uma vez, que está entrelaçado com a moral cristã a fim de atender seus interesses.

Essas medidas fortalecem a ampliação do discurso de ódio ao diverso, daquele que não se encaixa nesse modelo, pois ele deseja expandir um padrão de como as pessoas deveriam ser e agir, e, conseqüentemente, procuram impedir todas as ideias e projetos que forem contra seus valores fundamentalistas religiosos. Não coincidentemente, o Rio de Janeiro foi considerado um dos estados brasileiros em que há mais incitação ao ódio através das redes virtuais³⁹.

Diante desse cenário de um Estado completamente alheio as demandas populares e que dilacera a vida dos trabalhadores no Brasil como um rolo compressor, é mais do que presumível que haja descontentamentos, insatisfações generalizadas e profundas, pois é sobre a classe trabalhadora que pesa todas essas ações e sem perspectiva de solução efetiva e duradoura.

A conjuntura dos últimos anos nos mostra uma relação de causa e efeito, ao mesmo tempo, das desigualdades sociais, da inconstância política, do menosprezo do que é público em favor do que é privado (vide o modelo de desenvolvimento do governo FHC ser pautado nas privatizações de empresas e serviços, como por exemplo, Banespa, Vale e Telebrás⁴⁰). As principais justificativas da venda do patrimônio público foram pautadas no discurso da diminuição das contas públicas e da ineficiência da coisa pública. A prometida redução das contas públicas não aconteceu, e o cenário foi se descortinando: Brasil com um dos piores e mais caro serviços do mundo⁴¹, principalmente no setor de telecomunicações.

Esse processo ganha legitimidade através do sucateamento dos bens públicos, como uma das formas de validar o ato das privatizações. Um modelo de desenvolvimento que não corresponde a necessidade da população, mas aos interesses de banqueiros e grandes investidores atrelado a um trabalho massivo com a mídia, garantindo o apassivamento da população brasileira. Dessa maneira o bem público cai no descrédito dos sujeitos, afinal quem nunca se deparou com o sentimento de generalizada descrença quanto alguma possível mudança verdadeira nessa estrutura? O que leva (não vislumbrando ou não vislumbrando ainda, a mudança dessa ordem societária) a uma corrida baseada em “cada um por si”, onde cada sujeito

³⁹ Brasil cultiva discurso de ódio nas redes sociais. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-cultiva-discurso-de-odio-nas-redes-sociais-mostra-pesquisa-19841017> > acesso em fevereiro de 2018.

⁴⁰ Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,pais-privatizou-100-estatais-em-dez-anos-imp-622239>> Acesso em fevereiro de 2018.

⁴¹ Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-uma-das-telefonias-mais-caras-do-mundo-aponta-estudo,1597228>> Acesso em fevereiro de 2018.

cuida somente de seus interesses imediatos. Como diz Bauman:

[...] se a individualização anuncia problemas para a cidadania e para a política fundada na cidadania, é porque os cuidados e preocupações dos indivíduos enquanto indivíduos enchem o espaço público até o topo, afirmando-se como seus únicos ocupantes legítimos e expulsando tudo mais do discurso público. O “público” é colonizado pelo “privado”; o interesse “público” é reduzido a curiosidade sobre as vidas privadas de figuras públicas e a arte da vida pública é reduzida à exposição pública das questões privadas e a confissão de sentimentos privados (quanto mais íntimos melhor)”. (BAUMAN, 2001:51)

A crise econômica e financeira que se arrasta a longos anos foi “mascarada” pela via do consumo no governo petista (como vimos anteriormente) em par com os valores difundidos nessa ordem social que tem como característica: apologia exacerbada de uma cultura baseada nos valores hedonistas e egocêntricos. Quando o plano de governo Temer traz como um dos objetivos “devolver o poder de compra e consumo para a população”, ele traz consigo uma intenção implacável de perpetuar o apassivamento da classe trabalhadora através da lógica do consumo, individualizando os sujeitos.

Outro valor da sociedade contemporânea, como por exemplo, a “liberdade de expressão”, tem sido utilizada de forma relativista para cometer as maiores desumanidades. Com por exemplo, a bancada evangélica fundamentalista trazer a tona seus dogmas e princípios religiosos como imposição para a sociedade interferindo nos avanços dos direitos feministas, LGBTs e direitos humanos.

A moralidade cristã no que diz respeito ao corpo humano está baseada em princípios patriarcais e de repressão ao prazer e a liberdade. Logo, é da essência desses grupos religiosos enfrentarem qualquer avanço que coloque em risco a “moral e os bons costumes”. A problemática está no que este grupo chama de “liberdade de expressão” passando a ter influência e poder de decisão, baseado nos preceitos de uma fé que tem como objetivo instituir alguns de seus fundamentos a toda uma sociedade diversa.

O Estado é laico, e cada culto é livre para seguir suas regras, sem interferência do poder público, porém o que vem ocorrendo no Brasil é uma avalanche de ódio e preconceitos travestidos de liberdade. Como por exemplo, trazer novamente a discussão sobre homossexualidade ser doença ou não e a atuação de psicólogos ou psiquiatras no auxílio ao paciente na mudança de orientação homossexual para heterossexual como propõe a PL

4931/2016⁴² do Pastor Ezequiel Teixeira.

A resolução 01/99⁴³ do Conselho Federal de Psicologia impede que os profissionais da área atuem de forma anticientífica, tratando o que não é doença como doença, realizando tratamentos de “reversão” para o que não é possível mudar. Qual é o sentido de apresentar como uma questão de “liberdades” e relativizar o que é, na verdade, uma questão científica? É uma tentativa autoritária de submeter a ciência à crença de um grupo religioso com grande representação política no congresso nacional. É uma tendência da nova dinâmica cultural que reforça o conservadorismo, como veremos no item 2.3.

Não é possível conceber a vida do outro, sua história, suas particularidades, suas escolhas, de acordo com um padrão social burguês de vida: Branco, heterossexual, com uma formação de família mononuclear e religiosa. Portanto é preciso presidir na luta em favor de uma sociabilidade cada vez mais plural que trabalhe os direitos e o respeito aos sujeitos humanamente diverso. No entanto, é uma luta complexa e trabalhosa, pois atrás de toda forma de preconceito, intolerância com o outro, discursos de ódio, entre outros, há uma construção social cultural que ganha força através das novas tecnologias da informação, veremos um pouco dessa formação no item seguinte.

2.3 Conservadorismo e Cultura: particularidade brasileira.

Neste subcapítulo pretendemos abordar como no Brasil, o Estado e a cultura dominante inibem os modos de vida heterogêneos da sociedade, produzindo certos modos de vida que atendam a seus interesses. Modos de vida esses que produzem características cada vez mais individualistas, mercadológicas, (pseudo) nacionalistas na subjetividade dos sujeitos através da cultura, nas práticas e nos sentidos. Essa homogeneização - que a cultura dominante impõe e produz- revela-se através de um pseudonacionalismo, do consumo, do individualismo, da cultura do medo, entre outros, e tem sido trabalhados massivamente pelo uso das tecnologias de mídias “alternativas”, principalmente através das redes sociais e aplicativos de mensagem com a propagação de notícias falsas. Desse modo, a permanência do *status quo*, no Brasil, está completamente atrelada a um modo de vida em que na aparência mostra-se coletiva, pela “nação”, mas na essência revela uma sociedade cada vez mais individualista, preocupada com

⁴² PL 4931/2016. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2081600>> Acesso em fevereiro de 2018.

⁴³Resolução do conselho federal de psicologia que impede que os profissionais atuem de forma anticientífica Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/tag/cura-gay/>> Acesso em fevereiro de 2018.

seus interesses particularistas.

Quando se pensa em identidade nacional brasileira, o que une uma nação, logo é lembrada a paixão pelo futebol. O futebol está completamente ligado ao nacionalismo brasileiro, é mais do que um esporte, é uma manifestação sociocultural que deu ao Brasil o título nacional e internacional de "País do futebol". A bandeira, os símbolos, signos, fazem as pessoas se reconhecerem como pertencentes à mesma comunidade.

A construção da nacionalidade, para Hall (2006), é o "mito fundacional", segundo o qual as origens e o passado do povo são contados através de um passado histórico distante, vide o documentário "Doce Brasil Holandês"³. O documentário retrata a herança das invasões holandesas no Brasil no século XVII e revela o quanto muitos moradores do estado de Recife sentem orgulho e possuem um sentimento saudosista quando se remetem ao passado em que estiveram sob o governo alemão/holandês de Maurício de Nassau. Os moradores fazem menção de como aquele tempo é considerado melhor do que os dias atuais. Como pode um povo ter saudades dos invasores?

A ideia de nação é uma construção idealizada, uma comunidade imaginada como aponta Anderson (2013; 32): "Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva entre eles". As pessoas daquela região possuem uma memória coletiva de acontecimentos que não viveram, são histórias, tradições que são perpetuadas ao longo dos anos. Portanto podemos dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo, pois é ela que dá continuidade a uma pessoa ou a grupo na reconstrução de si (POLLACK, 1992; 205). É importante dizer que a memória é seletiva, logo ela é um fenômeno construído e que está sempre em disputa.

É no campo da cultura e da representação que a identificação de uma "comunidade imaginada" pode ser construída como senso de pertencimento, por essa razão falar em cultura é também falar em mídia e política, já que, segundo Hall, representação significa "utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas". As mídias - qualquer meio de comunicação – tornaram-se um lugar em que se elabora, negocia e expande os valores e as identidades. Ou seja, a mídia assegura modos próprios de existência e estruturação de determinadas realidades, afirma Cogo (2002:3).

O multicultural⁴⁴ vem sendo contestado pelos conservadores como uma ameaça à neutralidade do Estado liberal e a cidadania universal, pois tem o viés centrado numa sociedade que pretende ser homogeneizada, que define padrões de modos de vida correspondente aos interesses da classe burguesa, por isso a impossibilidade de conciliar ou garantir a diferença cultural com a igualdade e a justiça para os cidadãos. Segundo Hall, a cultura individualista difundida pelo capitalismo obteve êxito, um padrão (de família, de religião, costumes, consumo etc) que atenda aos interesses econômicos e sociais do modo de produção capitalista se universalizou e se tornou hegemônico em todo globo (HALL, 2006:77).

Os avanços que ocorreram no âmbito dos direitos das mulheres, das famílias (não só o padrão de família mononuclear, mas o reconhecimento legal de outros arranjos familiares), mesmo que ainda tímidos, mas imprescindíveis para a consolidação de uma sociedade plural e heterogênea, causaram enorme ebulição na sociedade conservadora. Portanto, a lei e a política cada vez mais intervêm no domínio privado (na família, a sexualidade, a saúde, alimentação, vestuário e etc), o que antes pertencia originalmente ao âmbito privado do sujeito, passa a ser parte de um domínio público e político de contestação, principalmente pelos conservadores não admitirem a diversidade dos modos de vida existentes na sociedade. Contudo, há uma ameaça nesta perspectiva que é o relativismo cultural⁴⁵ e, conseqüentemente também no multiculturalismo, uma vez que torna possível a possibilidade de relativizar e individualizar o significado dos direitos humanos de acordo com suas crenças e princípios etnocêntricos.

Os direitos humanos devem presidir e estar acima de qualquer outro direito, visto que os direitos humanos são inerentes a todos os seres humanos, independente de raça, de sexo, de nacionalidade, de etnia, de religião, ou qualquer outra condição⁴⁶. A garantia de um tratamento humano para a pessoa humana deve estar acima independente do ato que ela praticou, da sua condição social ou qualquer que seja cultura da sociedade que ela esteja inserida. Portanto, a diversidade cultural deve ser presidida pelos direitos humanos.

A história do Brasil se deu através de múltiplas cruzadas de culturas que envolveram contato, valores, a hibridização de ideias e um forte ideal político em sair do mundo tradicional

⁴⁴ Segundo o autor multicultural é uma sociedade na qual em seu interior convivem comunidades culturais distintas, e os problemas governacionais que por esta conveniência aparecem. Ou seja, o termo multicultural significa que certa sociedade é culturalmente heterogênea, o que vai totalmente de encontro com o denominado Estado-nação “moderno”, que se pretende homogêneo (HALL, 2006:52).

⁴⁵ É uma visão de mundo que vê as diferenças culturais de forma livre do etnocentrismo, sem julgamento do outro a partir da sua própria visão ou experiência.

⁴⁶ Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> > acesso em outubro de 2018.

para entrar no mundo moderno. Segundo Ortiz (1985), o tradicional era considerado o atraso, rural e lento e o moderno o adiantado, urbano e rápido. Porém, Ortiz (1985) propõe superar essa dicotomia com a intenção de mostrar que, no Brasil, o esforço para construir a modernidade já faz parte de sua tradição e história. A ideia de Brasil nação estava ligada ao empenho de parecer semelhante à Europa ocidental ou aos Estados Unidos. Sendo assim, a história da formação social brasileira, com suas diversas rupturas e diversas representações, resulta numa difícil, pra não dizer impossível, forma de pensar identidade nacional.

O modernismo no Brasil antecipa uma realidade que, de fato, não estaria acontecendo, chamado por Florestan Fernandes (1975) de uma interconexão do arcaico com o moderno, como, por exemplo: formas degradantes de trabalho e tecnologia de ponta, que fazem parte da racionalidade capitalista, pelas quais se reproduz a desigualdade. A modernização foi assumida, no Brasil, como um valor em si, sem questionamentos. Ortiz (1985) destaca que a ausência de uma discussão sobre a cultura de massa no Brasil reflete um quadro mais amplo, à medida que a mercantilização da cultura é pensada como modernização nacional. Esse pensamento foi se solidificando e o neoliberalismo foi ganhando a "luta" ideológica e cultural, pois seus traços e valores vêm ao encontro da formação social brasileira, que como vimos foi regidas por interesses particularistas e paternalistas.

O conservadorismo político, o liberalismo econômico, o tradicionalismo comportamental e o fundamentalismo religioso vêm tornando-se cada vez mais intensos na realidade brasileira, como temos exemplificado neste estudo. Segundo Bianchi (2015), "um novo modo de vida foi firmado, no qual a competição e o individualismo passaram a ser os valores preponderantes a partir do qual as pessoas atribuíam sentido às práticas sociais". Esses aspectos se desenvolvem, em grande parte, devido à difusão e defesa de ideias e valores do livre mercado. Mas que relação essas ideias e valores têm com os discursos de ódio, machistas, homofóbicos, racistas, elitistas?

Primeiramente, é no bojo das relações sociais de produção que muitos valores são difundidos, por exemplo, o individualismo e a competição são concepções propagadas pelo desenvolvimento capitalista e incorporadas pelos sujeitos para que "sobrevivam" neste sistema social. Logo, muitas vezes falta empatia, colocar-se no lugar do outro, e uma real ascensão da justiça social que possibilite ter uma visão ampla que agregue o diverso em todas as áreas da vida. Em consequência disso, o sujeito tende a se fechar no seu próprio mundo, pois vê o outro como adversário na disputa por uma oportunidade ou como ameaça a seus direitos. Esse modo de enxergar e viver a vida não são simples obra do acaso, pelo contrário, são construídos e tem-

se explorado, ao longo desse trabalho, que faz parte da racionalidade do capitalismo, que desconstrói a ideia do coletivo e investe no individualismo⁴⁷ em todo o processo de produção.

O modo de vida individualista e meritocrático é gerado pelo capitalismo e reforçado pela nova dinâmica cultural da pós modernidade. Por exemplo, as cotas em universidades, em concursos, para negros são ferozmente combatidas por grande parte da sociedade que tem em suas concepções entranhadas o darwinismo social. Como se as cotas facilitassem às pessoas incapacitadas geneticamente. Na concepção de um darwinista social, as cotas para negros prejudicam o desenvolvimento social e essa ascensão e mistura com negros resultaria numa péssima qualidade de vida. Para as pessoas adeptas a essa visão, a questão central está na “capacidade” que cada cidadão tem para conquistar seu espaço na sociedade e que sobreviva o mais forte, o mais esforçado, o que teve mais “sorte” etc, descartando assim a história da formação social brasileira e garantindo a reprodução das desigualdades sociais.

Há também uma tendência a individualizar (no sentido de particularizar) os sujeitos políticos como “salvadores da pátria”.

O surgimento de candidatos a cargo políticos como Russomano (eleito novamente em 2018) que se travestiu de defensor do consumidor, Tiririca, o palhaço que fez graça com o próprio cargo ao qual pleiteava. Romário que utilizou sua fama no futebol, e Sergio Reis, que utilizou de sua fama em rádios e novelas. Todos esses, entre outros, estreitaram o vínculo político-eleitor (produto-consumidor) para ganhar visibilidade, todos, com um lugar específico em vista: o congresso nacional. O político-produto apresenta-se ao eleitorado em buscados anseios das massas ou o segmento-alvo que, muitas vezes, tem base nas relações entre insegurança e narcisismo e apresentam o político como um herói. A política que, outrora, era baseada em ideias, hoje se restringe a pessoas. Ou melhor, personagens. Assim, como foi feito com Lula quando assumiu a presidência, nem só de carisma e compromissos sinceros foi feita sua campanha, como aponta Kehl:

... o marqueteiro trabalhou para projetar uma imagem do candidato à altura da lógica do espetáculo [...] Lula virou ídolo pop, virou chique, virou figura messiânica, virou santo, virou pai [...] o apogeu da domesticação de Lula foi a cena kitsch das dezenas de mulheres grávidas vestidas de branco descendo uma colina verde ao sol do bolero, de Ravel. O apelo sentimental das imagens como essa, durante a campanha, foi quase indecoroso. Deve ter feito muita gente chorar, muita gente gozar, muita gente esquecer a política [...] Se consolidado o aspecto imaginário da sua popularidade, pode contribuir para enfraquecer seu perfil político e a força de sua palavra [...] O gozo

⁴⁷ Individualismo no sentido de pseudovalorizar o indivíduo através da lógica de mercado e consumo. Por exemplo, o discurso propagado do “você merece”, “seja feliz”, a lógica da competitividade, entre outros.

como sabemos é o que torna dispensáveis o pensamento e essa chatice necessária a vida política que se chama consciência crítica (KEHL, 2018:126)

Dessa forma, apaga-se propostas, reais interesses e necessidades coletivas para que brilhe apenas o ator principal: o candidato. Então, o poder se “humaniza” e ganha uma face. O espetáculo tornou-se ponto-chave para a conquista ou a manutenção do poder. A mídia absorve a política quando o espetáculo se torna o ensejo crescente da sociedade.

Agora, é a superestrutura da sociedade, é o próprio Estado que se transforma em empresa teatral, em “Estado espetáculo”. De uma forma sistemática e organizada. Para melhor divertir e iludir o público de cidadãos. Para melhor distrair e desviar. E mais facilmente transformar a esfera política em cena lúdica, em teatro de ilusão (SCHWARTZENBER *apud* SERPA, 2013:71).

É possível notar, ao longo dos últimos anos no Brasil, uma apropriação cultural por parte da indústria cultural⁴⁸ que lança um objeto de consumo para um público que não compartilha o mesmo modo de vida. Bianchi (2015) chama esse acontecimento de “crise da sociedade contemporânea”. Portanto, a cultura é um espaço de conflito de classes, em que as visões de mundo se organizam e se enfrentam. Assim como é imprescindível perceber que o nacionalismo e o patriotismo são elementos que camuflam as diferenças de classes, uma vez que atribuem a ideia de todos pertencentes a uma nação para difundir uma imagem de harmonia social, que nunca existiu no capitalismo, mas que é propagada pelas classes conservadoras. Pode-se perceber, por exemplo: as manifestações e passeatas difundidas pelas elites dominantes, como a do movimento “Vem pra rua”, em que vestidos da camisa oficial da Confederação Brasileira de Futebol (que, por coincidência, está entre uma das instituições mais corruptas⁴⁹ do Brasil) levantam a bandeira do Brasil, “contra corrupção”, “anti PT”, “antiDilma”, “antiLula. Partem-se como defensores da nação, defensores do lema anticorrupção. Como se antes do governo petista não houvesse corrupção no Brasil.

São várias as representações que as elites dominantes criam e recriam para sugerir ou impor algo atrelado a seus interesses com o significado de “identidade nacional”, como observamos na história do Brasil: independência ou morte, ordem e progresso, nacionalismo e industrialização, Brasil: ame-o ou deixe-o, nova república, conciliação e reforma, entre outros, nas quais as elites econômicas estabelecem a sua visão de sociedade nacional (IANNI,

⁴⁸ A indústria cultural está completamente ligada e dependente do mercado. Seus “produtos” representam interesses mercadológicos e dominação.

⁴⁹ Esquema de corrupção na CBF. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,notas-frias-e-chantagens-fbi-revela-as-taticas-dos-cartolas,1807312>> acesso em setembro de 2018.

2004:161). Porém, como vimos neste capítulo, dialogando com Florestan Fernandes, essa burguesia é antinacional, pois é consciente e consente com o padrão externo de dominação. Parece uma contradição, mas é um traço constitutivo da condição do Brasil no lugar de país capitalista dependente.

Há, portanto, um jogo de aparências que esconde a essência predatória e superexploratória, apresentados como “interesses da nação”, mas que, na verdade, são os interesses particularistas das camadas privilegiadas. Como, por exemplo, construção de infraestrutura, especulação imobiliária, comércio, saúde, educação e um esquema de exportação e importação baseado na produção de matérias primas e de transferência do excedente econômico dos países dependentes, como o Brasil, para os países hegemônicos (FERNANDES, 1975:16). O que existe neste processo é o apagamento dos antagonismos de classe, em que as frações de classe integradas à sociedade de classes não se vêem como classes, mas operam numa “farsa burguesa” defendendo “ilusões nacionais”.

O processo de construção da hegemonia da classe dominante tem se constituído nos dias de hoje também por meio das novas tecnologias da informação através das fake news, da cultura do medo, de uma frágil coletividade. A análise do “avanço” do conservadorismo no Brasil neste subcapítulo compreende um cenário a partir do ano de 2015 (quando as forças conservadoras avançam nos espaços populares), mas antes é necessário situarmos o cenário que antecedeu a ida da “direita” novamente as ruas: a importância de junho de 2013, quando milhões de pessoas foram às ruas, *a priori*, contra o aumento das tarifas do transporte público, mas posteriormente contra o corte de verbas nas áreas sociais, contra as propostas antiminorias apresentadas na câmara, contra crimes motivados por machismo, racismo, homofobia, etc. (DEMIER, 2016:10).

As manifestações de junho de 2013 levaram mais de um milhão de pessoas as ruas⁵⁰, diante de um Congresso Nacional eleito o mais conservador dos últimos cinquenta anos⁵¹, que trouxe para votação projetos como a regulamentação da terceirização (a fim de baratear a força de trabalho), a redução da maioria penal, além do bloqueio de pautas como a legalização do aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo e homofobia, enfim, todos os possíveis avanços às liberdades e direitos civis.

⁵⁰ Manifestações junho 2013. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298755-manifestacoes-levam-1-milhao-de-pessoas-as-ruas-em-todo-pais.shtml>> acesso em setembro de 2018.

⁵¹ Congresso eleito o mais conservador desde 1964. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>> Acesso em setembro de 2018.

O conservadorismo “mais extremista” aparece no cenário de 2013 por meio do movimento de apoio a monarquia parlamentarista. Com o agravamento da crise política e econômica no país, questões que estavam “adormecidas” voltaram a ressurgir. O movimento denominado “Diga sim a Monarquia⁵²” trata a república como ineficiente devido aos escândalos de corrupção, devido à alta intervenção estatal, a um “retardo econômico”, entre outros problemas designados por eles. A saída apresentada pelos “problemas” da república está baseada no princípio da “neutralidade”, segundo o qual os defensores da monarquia acreditam que o monarca seja uma figura neutra, que está acima de qualquer partido (suprapartidário) e que, portanto, não está sujeito a nenhuma vontade de classe ou interesses econômicos. Entretanto, o passado das monarquias revela que a principal característica da monarquia instituída no Brasil foi à negociação entre a elite nacional, coroa portuguesa e a Inglaterra, tendo como figura mediadora Dom Pedro (CARVALHO, 2012)

Durante todo período dos reinados monárquicos no Brasil, a escravidão foi uma atividade que ainda constituía o Império, além das atividades de poder privado (da administração e da política) que isolavam a população. A Constituição criada não tocou na escravidão, apenas regulou os direitos políticos engendrando uma lógica segundo a qual todos os cidadãos qualificados eram obrigados a votar, as mulheres não votavam e os escravos não eram considerados cidadãos.

Enfim, não há neutralidade quanto ao governo monárquico. Os criadores e seguidores do “Diga sim a monarquia” mostram-se preocupados com a ordem e o crescimento econômico do país afim de “coroar” a democracia, é claro, sem a população comum, pobres e trabalhadores e sem a votação de “chefia” do Estado, que é a função que um monarca ocupa. Ou seja, um retrocesso diante dos poucos e imprescindíveis avanços que tivemos nos direitos civis e sociais no Brasil.

Um dos textos da página do movimento relata: “O Brasil foi uma monarquia sólida institucionalmente enquanto império, e teve muitos pontos positivos: inflação controlada, economia estável, moeda estável, liberdade política e de imprensa, respeito internacional e etc. Estávamos longe da perfeição, mas próximos de alcançar um ideal de nação” (Em resposta a tag - Na monarquia o Brasil era um país atrasado)⁵³. Não há qualquer menção à população, aos

⁵² Diga sim a monarquia. Disponível em: <<https://www.digasimamonarquia.com.br/>> acesso em setembro de 2018.

⁵³ Resposta a tag “Na monarquia o Brasil era um país atrasado”. Disponível em: <<https://www.digasimamonarquia.com.br/>> acesso em setembro de 2018.

direitos civis e sociais. Há uma ideia de nação forte pautada no “crescimento econômico”, na visibilidade externa, através do cerceamento direto e literal à população, pois defendem a presença de um chefe de Estado que não seria eleito pelo povo.

Enfim, diante dos avanços e pautas dos direitos à diversidade e a pluralidade que a população brasileira tem conquistado, mesmo que lentamente e com muita luta, os conservadores têm exteriorizado o que há de mais retrógrado, antidemocrático e odioso: uma ditadura de modo de vida, desconsiderando a história do Brasil, relativizando fatos históricos, distorcendo e propagando calúnias através do medo.

Com o clima efervescente no cenário político e econômico, a direita volta às ruas em março de 2015⁵⁴ depois de décadas sem mobilização de massas e com pautas completamente distintas das manifestações de junho de 2013, como já vimos no item 2.2. A pauta principal das manifestações de 2015 era o impeachment da presidenta Dilma, a Operação Lava Jato e combate à corrupção (que, pelo discurso dos reacionários, parece ter surgido no governo do PT). Na manifestação eram vistos carros de som da nova direita, extremista, internética e fanática pelo anticomunismo, como o MBL (Movimento Brasil Livre)⁵⁵, Vem pra Rua, Revoltados Online, entre outros. O avanço do conservadorismo entre as camadas médias e até mesmo populares relaciona-se com a organização e força dos intelectuais orgânicos através dos *thinktanks* (instituições que produzem ideais), como o Instituto Millenium⁵⁶, que possui forte apoio do empresariado e ajuda preciosa da mídia, que elevou a voz da histeria contra partidos de esquerda e, é claro, a forma de gestão do governo no PT, como aponta Demier:

“o reformismo fraco do PT no poder estava longe de construir um modelo de cidadania social-democrático, assentado na efetivação dos direitos sociais, expressos em serviços públicos universais e de qualidade. O que se viu foi um esfacelamento desses serviços em função tanto das contrarreformas sociais [...] O modelo petista de “inclusão social, baseou-se na verdade no que poderia se chamar de cidadania pelo consumo. Durante o segundo mandato de Lula e o primeiro de Dilma, o aumento do emprego formal não qualificado, a valorização do salário mínimo, as políticas sociais

⁵⁴ Protestos contra o governo reúne quase um milhão pelo país. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contr-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>> acesso em setembro de 2018.

⁵⁵ MBL (Movimento Brasil Livre) é um movimento que surgiu após manifestações de 2013. Possui em suas propostas de a defesa do projeto “escola sem partido”, “redução de impostos das escolas privadas”, “militarização das escolas em área de risco”, “gestão privada de escolas públicas”, “promoção da competição entre escolas utilizando premiações”, “facilitar o financiamento de empresas privadas em instituições educacionais”, “abertura do mercado hospitalar a empresa estrangeiras”, “privatizar os serviços de saneamento básico”, “incentivos fiscais para indústrias e empresas”, “todos os bancos devem ser privatizados”, “substituir o FGTS por um sistema de seguro privado”, “fim da função social da propriedade”, “privatização de presídios”, “privatização das linhas de metrô”. Disponível em: <<http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>> acesso em agosto/2018

⁵⁶ Instituição que desenvolve um papel fundamental na divulgação da ideologia da direita com apoio do empresariado. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/>> acesso em agosto de 2018.

compensatórias, ampliação do ensino superior, abertura de concursos, crédito consignado, produziram sem dúvida alterações na pirâmide social brasileira – mesmo que não tenha diminuído a obscena desigualdade social no país [...] muitos jovens trabalhadores precarizados passaram a frequentar, com seus trajes e modo plebeus, espaços de sociabilidade burguesa antes restritos aos segmentos médios superiores. Assim, nossos empreendedores, médicos, advogados, etc., com shopping enegrecido, com mais tempo de espera nas emergências dos planos de saúde privados, com ruas mais congestionadas por “carros baratos”, e com aeroportos que, segundo uma professora da PUC, mais parecem rodoviárias [...] o cheiro do povo acirrou, claro, o ódio ao povo...” (DEMIER, 2016:19-20)

O avanço do conservadorismo foi se entrelaçando ainda mais no tecido social brasileiro, em todas as esferas da vida social, na política, nas artes, na saúde, nas relações sociais, na vida cotidiana em geral, predominam - ainda mais fortes - práticas e visões de mundo completamente conservadoras. Essa realidade tomou uma proporção enorme e incontrolável diante do mundo virtual e das redes sociais. Os reacionários, que antes tinham certo constrangimento em expressar seus preconceitos contra negros, LGBTs, mulheres e etc., passaram a expressar de modo claro, como um direito de “liberdade de expressão”, todo seu ódio a diversidade. A isso, atrela-se o fundamentalismo religioso.

O discurso fundamentalista reivindica para si a autoridade moral para definir o que é arte e o que não é. O que os conservadores não percebem é que essa fala afronta os próprios valores liberais que se supõe que eles defendam (EAGLETON, 2005). A cultura é apresentada como um antídoto à política, que aparenta ser politicamente neutra, porém é exatamente nesse ponto que ela é mais partidária, como afirma Eagleton: “Os interesses políticos utilizam a cultura para moldar os sujeitos humanos a um novo tipo de sociedade politicamente organizada, moldando-os a sujeitos dóceis, pacíficos, conciliadores e desinteressados dessa ordem política” (EAGLETON 2005:19).

Há uma falácia disseminada na ideia de que é necessário primeiro ser homem (valorizando questões da moral no modo de vida) para depois ser cidadão, colocando a cultura acima da política. No entanto, são os interesses políticos que governam os culturais e definem uma versão particular de humanidade. Podemos observar essa realidade por meio dos direitos constitucionais no Brasil, por exemplo, no qual o ser social tem uma série de “direitos” garantidos pela Constituição⁵⁷, como: ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante; direito de propriedade; livre expressão da atividade intelectual,

⁵⁷TÍTULO II Dos Direitos e Garantias Fundamentais – Dos Direitos e deveres individuais e coletivos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> acesso em junho de 2018.

artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; entre outros. Direitos que, de fato, na concretude não se efetivaram.

Não há direito a propriedade para todos os sujeitos, como garantido em constituição, pelo contrário a moradia é um privilégio de pouquíssimos (vide a luta do MTST). Não há liberdade de expressão sem censura, vide o caso recente da exposição no Museu de Arte Moderna em São Paulo em que havia uma performance chamada “La Betê”⁵⁸, com a exposição de um homem nu, que tinha como objetivo de arte ultrapassar os limites de um quadro e o artista se disponibilizava para a manifestação do público, que pode atuar sobre ele como se fosse um brinquedo.

A polêmica começou quando uma criança, juntamente com a mãe, foi filmada tocando o pé do artista. A exposição gerou tão grande polêmica entre diversos setores conservadores que o ex-prefeito (ainda prefeito na época) de São Paulo, João Dória (PSDB), se manifestou contrário à performance. Segundo o jornal El País, Dória disse: **“É preciso respeitar a família, respeitar os direitos, respeitar as religiões, respeitar a liberdade alheia”**,⁵⁹. Nessa fala do ex-prefeito de São Paulo, é possível constatar com clareza a direção dos interesses políticos sobre a cultura, ele utiliza a palavra “respeitar” e coloca em seu posicionamento a defesa da “família” e das “religiões”. Sua fala e defesa, na realidade, atingem a liberdade de expressão (como vimos, é um direito constitucional) da arte e daquela família que participava da atividade no museu.

É no campo da sociedade civil⁶⁰ que acontece a intermediação pela luta do consenso, pelas direções políticas ideológicas e, conseqüentemente, a propagação de um modo de vida. Essa “nova” realidade somente foi possível com a intensificação das lutas sociais. É a partir dessa concepção que a sociedade civil adquire função social própria, podendo garantir ou contestar a legitimidade de uma formação social, no qual o Estado carece de um consenso para se legitimar. O consenso é utilizado e difundido pelas novas tecnologias da informação.

As novas tecnologias da informação são técnicas subordinadas á vontade humana. A técnica, enquanto instrumento de manipulação, não é portador de qualquer qualidade ética (ESCÓSSIA, 1999:26). O conjunto das tecnologias promove, por um lado ampliação no acesso

⁵⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/12/opinion/1518444964_080093.html acesso em junho de 2018

⁵⁹ João Dória se manifesta sobre a exposição La Betê no MAM: Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/02/politica/1506979505_979950.html > acesso em junho/2018

⁶⁰ Conceito de Sociedade Civil na perspectiva gramsciana (citado na página 55 deste trabalho).

a informações diversas, por outro lado, obscuraliza à participação coletiva nas instâncias de concepção e decisões tecnopolíticas. Amplia, quando trás informação sobre qualquer assunto a partir de um click e obscuraliza quando não há fiscalização efetiva do conteúdo, da veracidade das informações e concepções propagadas, resultando em processos de manipulação. Como foi o caso obscuro das eleições do governo Trump⁶¹ nos EUA, em que um comitê de ação política gastou aproximadamente um milhão de dólares em pesquisas e levantamentos trabalhando para desenvolver perfis psicológicos de eleitores com base em dados recolhidos de aproximadamente 50 milhões de perfis de usuários do Facebook.

Isso foi possível através de uma ferramenta que montava perfis psicológicos dos eleitores americanos por meio de um questionário de personalidade que captava as respostas dos sujeitos e, além disso, coletava e acessava os dados desses participantes. Essa base de dados ajudou Trump sair vitorioso das urnas, pois, através desses perfis, a campanha enviava notícias, imagens, pelo Facebook e por outras redes sociais para atingir o ponto certo de cada indivíduo trabalhado na ferramenta e assim ter eleitores adeptos a sua campanha. O entrelaçamento entre a técnica e o capital é tão perspicaz que a ideia de neutralidade soa incompatível.

Podemos perceber como a mídia trabalha em expressar algo sobre uma perspectiva ou parecer representar os desejos de uma “nação” através dos métodos tradicionais da grande mídia e o trabalho em conjunto com as novas tecnologias, como por exemplo, no quadro apresentado nos telejornais da Rede Globo, chamado de “O Brasil que eu quero”⁶². Nesse quadro, diversos cidadãos brasileiros são convidados a enviar vídeos gravados em seus próprios celulares, em pontos importantes de suas cidades. Nesse vídeo, o cidadão deve aparecer e dizer os seus anseios, desejos para o futuro do país. Após a gravação, o cidadão deve enviar o vídeo para a emissora. No site, diz assim: “Que Brasil você quer para o futuro? A TV Globo quer ouvir o desejo de cada um dos 5.570 municípios do Brasil. O Brasil inteiro vai dar o seu recado nos telejornais da emissora. Você pode ser o porta-voz da sua cidade, basta gravar um vídeo da sua cidade e enviar”. Toda essa produção e ideia, aparentemente, parecem representar o pensamento de todos os brasileiros, de uma nação. É possível encontrar uma fala de consenso entre os cidadãos que tiveram os vídeos selecionados.

⁶¹Como o facebook ajudou Trump a encontrar seus eleitores. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/como-o-facebook-ajudou-trump-a-encontrar-seus-eleitores.shtml>> Acesso em agosto de 2018

Novo acessor de Trump teve acesso a dados vazados do facebook. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/03/novo-assessor-de-trump-teve-acesso-a-dados-vazados-do-facebook.shtml>> Acesso em agosto de 2018

⁶²O Brasil que eu quero – globo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/o-brasil-que-eu-queiro/>> Acesso em agosto de 2018.

Os principais anseios ditos e mostrados nos vídeos pelos telespectadores são: “desejo de um Brasil sem corrupção”, “Brasil sem bandidos”, “Brasil com saúde e educação, sem corrupção”, enfim, são centenas de vídeos enviados com a centralidade na corrupção. Quem seleciona e o porquê são selecionados temas que ficam claramente restritos a “luta contra a corrupção”? Existe, portanto, uma seleção prévia que orienta a escolha sobre o que será veiculado e transmitido a todos os telespectadores. Entretanto, a forma com que os conteúdos são selecionados e disseminados dão a entender que há uma fala coletiva, como se fosse possível totalizar, unificar o pensamento de todos os brasileiros. Como se fosse uma sociedade homogênea, como se o maior problema do Brasil fosse somente a corrupção. Demier (2016) aponta para essa ideologia anticorrupção:

[...] difunde-se a partir da enxurrada de denúncias jornalísticas que associam políticos de todos os matizes às práticas corruptas, a ideia de que aquelas mesmas instituições (com destaque para o parlamento e o executivo) são lócus privilegiados de corrupção, e que portanto, a política que se faz no interior delas é inevitavelmente corrupta. Assim, ao mesmo tempo que, por um lado, se cultuam as instituições do regime (e defende seu aperfeiçoamento como tarefa cidadã), por outro, sub-repticiamente difunde-se a tese de que essas mesmas instituições são inexpugnavelmente corruptas e envilecidas[...] De um lado buscam limitar os horizontes da política às instituições liberal-democráticas, o que leva, de certo modo a um fortalecimento do regime democrático blindado [...] do outro, ao fazer ecoar a forma corrupta como essas instituições operam, é produzida uma desqualificação da política (DEMIER, 2016:21)

Essa relação aparentemente contraditória parece um beco sem saída, pois qualquer tentativa de combater a corrupção é concentrada a partir da ideia de livrar as instituições da sua própria essência, a corrupção. Ou seja, a ideia difundida é: se as instituições são corruptas, se os partidos são corruptos, o caminho para um Brasil livre de corrupção com ordem e progresso será feito através dos indignados “homens de bem” (personalidades, como vimos acima) ou através do “apartidarismo”.

Os instrumentos para a construção da hegemonia se “atualizam” junto às novas tecnologias da informação. Nesse caso específico, como uma self em vídeo, que passa a noção de um engajamento da emissora com o coletivo e, principalmente, a ideia de uma unidade entre aos cidadãos, porém trata um dos questionamentos selecionados, no caso a corrupção, como uma problemática, mas sempre de modo superficial. Há desse modo, uma circulação de concepção de valores que são passados como universais, como o desejo de uma nação, escolhidos e difundidos pela grande mídia. Portanto, milhares de telespectadores que estão assistindo a esse conteúdo passam a receber a informação selecionada pela emissora e acreditam que, por tantos cidadãos falarem do mesmo assunto - “corrupção” -, esse seja o real e maior problema a ser enfrentado no país, portanto faz com que qualquer outro problema como a fome, a desigualdade social torne-se secundário. Essa direção e construção de pensamento não tocam nas pautas das contradições de uma sociedade desigual nos aspectos econômicos e sociais. Com a tecnologia virtual, essa forma “imediate e simplista” de uma diretriz política ‘anticorrupção’ se torna viral.

Através da revolução tecnológica, especialmente a informática, a velocidade se desterritorializa e passa a ser o valor e a medida. Essa realidade abre uma nova estratégia de dominação em que a guerra e a política não são mais estritamente travadas no controle e na ocupação do espaço, mas pelo domínio do tempo. A tecnologia informática devora o tempo⁶³, reduz o mundo a uma tela e produz um sedentarismo por intermédio da comunicação em tempo real, diminuindo a espessura do mundo, já que tudo chega sem que seja necessário partir (ESCÓSSIA, 1999). A vida virtual de muitos sujeitos já é maior do que o tempo que se vive “la fora”, a velocidade e o excesso de informações facilitam a leitura de manchetes, sem apropriação dos conteúdos. Em suma, trás a ideia de que cada sujeito vive em sua própria bolha digital.

Pode parecer paradoxal, mas o excesso de aceleração resulta numa paralisação dos sujeitos. Essa paralisação ocorre à medida que os sujeitos internautas acreditam estar completamente ligados a outras centenas de pessoas, colocadas no âmbito virtual como “amigos”, e essa ideia de “coletividade” pode gerar de fato uma mobilização social específica, mas no cotidiano da vida dos sujeitos gera uma fragmentação das relações e um desengajamento coletivo contínuo de conexões corpo a corpo, frente a frente.

Portanto, é preciso questionar a natureza dessa tecnologia que se apresenta como neutra e que esgota o tempo dos sujeitos, colocando-os como espectadores ao mesmo tempo que protagonistas diferenciados. Diferenciados porque trazem a ideia ilusória de participação social simplesmente pela publicação da opinião. Não há como negar que a tecnologia informática abre possibilidades (como junho de 2013 e outras manifestações iniciadas pelas redes sociais), mas ela não determina uma possibilidade democrática social, pois o poder da ação política e da ética pertence aos atores sociais que a submetem em torno de seus interesses:

A questão que volta aqui de maneira angustiante consiste em saber por que as imensas potencialidades processuais trazidas por todas essas revoluções informáticas, telemáticas, robóticas etc., até agora só fizeram levar a um reforço dos sistemas anteriores de alienação, a uma midianização opressiva e à políticas consensuais infantilizantes (GUATTARI *apud* ESCÓSSIA, 1999:84)

O capital atualiza suas formas de dominação através das ferramentas tecnológicas, proporcionando uma fragmentação nas relações sociais concretas e facilitando a relativização dos fatos, realidades que cooperaram absolutamente para a vitória do candidato Trump nos

⁶³ Brasileiro usa celular por mais de 3 horas por dia. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/brasileiro-usa-celular-por-mais-de-tres-horas-por-dia/>> Acesso em agosto de 2018.

EUA. Todavia, não é só nos EUA que o discurso da extrema direita tem crescido. No Brasil, o então atual candidato à presidência, Jair Bolsonaro, tem avançado nas pesquisas e tem “conquistado” eleitores fanáticos e devotos por onde passa. Primeiramente é importante dizer que o pensamento conservador é diverso em si mesmo. Não há, portanto, um único partido, ou político que represente as ideias conservadoras no Brasil, pelo contrário, existem alguns deles. Isso significa que não há uma unidade entre eles, mas há semelhanças. Veremos como isso tem se materializado nos dias de hoje no Brasil através das fake news.

Como vimos no subitem 2.2, o Brasil vive um período de crise de hegemonia, quando há uma polarização crescente sobre as perspectivas do cenário atual. Diante do surgimento e alguns avanços de pautas relacionadas aos direitos dos homossexuais, das mulheres, dos negros e etc, um candidato extremamente conservador avança continuamente nas pesquisas e se torna a primeira intenção de voto das pesquisas eleitorais⁶⁴ (sem Lula como concorrente, não vou me ater aqui a especificidades da discussão da candidatura do Lula)⁶⁵. O que se traz para compreensão aqui é como uma visão conservadora suporta uma guinada à extrema direita conseguiu tanta expressividade ao ponto de ser possível que um candidato machista, racista, violento tenha possibilidade de ser eleito no país. As pesquisas não negam, as discussões rasas, fanáticas e desesperadas em redes sociais também não.

O que esperar de uma cultura forjada pelo sistema capitalista meritocrático, em que os próprios negros são contra as cotas raciais por insistirem em negar a diferença histórica social com os brancos?⁶⁶ E uma cultura construída e naturalizada que define o papel social da mulher como a cuidadora submissa do lar, dos filhos e do marido? E uma cultura que propaga a violência e truculência como método de resolução da própria violência? E uma cultura que conduz o trabalhador a se perceber como consumidor e não cidadão portador de direitos? E uma cultura que repele e combate qualquer avanço de direitos das pessoas homossexuais, transexuais etc? Toda sociabilidade é marcada por disputas de modo de vida e formas de convivência, mas esse cenário torna-se ainda mais acirrado no Brasil com o crescimento de Jair Bolsonaro.

⁶⁴ Bolsonaro primeiro lugar nas pesquisas sem Lula. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/bolsonaro-lidera-corrida-presidencial-em-cenario-sem-lula-diz-ibope.shtml>> Acesso em agosto de 2018.

⁶⁵ Lula é julgado inelegível por ser condenado em segunda instância pelo caso do triplex no Guarujá, e é preso em tempo recorde entre os condenados da lava jato que estavam soltos. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/15/procuradora-geral-raquel-dodge-contesta-no-tse-candidatura-de-lula-a-presidente.ghtml>> acesso em agosto 2018

⁶⁶ Negros contra cotas raciais. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2016/11/18/fernando-holiday-cotas-incentivam-o-racismo-sao-prejudiciais_a_21700292/> acesso em outubro de 2018.

O agora candidato à presidência, Bolsonaro, é atualmente deputado federal e militar da reserva. Foi o deputado mais votado do estado do Rio de Janeiro nas eleições de 2014 e é conhecido por suas posições em “defesa da família, da soberania nacional, da livre iniciativa, direito à propriedade” e coloca-se na luta contra o que ele diz ser a “erotização infantil nas escolas”, pela “redução da maioria penal, pelo armamento do cidadão de bem e pelos valores cristãos”⁶⁷. Sua proposta de governo “O caminho para a prosperidade”⁶⁸ com o slogan “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos (lema que possui semelhança com o programa nazista⁶⁹) promove a ideia de um país livre, onde as pessoas devam ter a liberdade de fazer suas escolhas, e de forma honesta através de uma economia de livre iniciativa, tenham o direito a **propriedade privada**.

Tudo isso para ser aproveitado em “família”, “seja ela como for” sem o Estado intervir nas vidas. Contudo, a ideia escrita no projeto de governo do candidato do PSL baseada num país livre, onde os sujeitos tenham a liberdade de fazer suas escolhas e a família que desejarem, não condiz com as ações e falas do candidato sobre os aspectos da diversidade social. Pelo contrário, há uma política feita baseada em mentiras quanto ao avanço dos direitos dos homossexuais e combate ao preconceito, há principalmente um trabalho massivo no congresso juntamente com a bancada evangélica em barrar as pautas progressistas no que diz respeito aos direitos (trabalhadores, mulheres, negros e homossexuais). Há um autoritarismo crescente em querer eliminar quem pensa diferente dos moldes conservadores tradicionais.

Nessa introdução das ideias do Bolsonaro, é possível notar a completa conexão com o conservadorismo clássico que tinha como direito fundamental a propriedade privada e a ligação intrínseca entre Estado e religião e todas as mazelas dessa relação tanto no campo econômico, político quanto nas pautas morais. O que há de novo aqui é que isso se torna muito claro e ganha uma adesão social imensa, “a ignorância perdeu a vergonha” como afirmou Juremir Machado (Face a face, 2018, s.p)⁷⁰. O ex-militar é conhecido por se contradizer a todo tempo e pauta sua campanha a partir de discursos de ódio contra a diversidade e a partir de factóides⁷¹. Veremos

⁶⁷Biografia. Disponível em: <<https://www.bolsonaro.com.br/>> Acesso em agosto de 2018.

⁶⁸ Plano de governo Bolsonaro. Disponível em: <http://carlosbolsonaro.com.br/pdf/plano_degoverno_jair_bolsonaro.pdf> Acesso em agosto de 2018.

⁶⁹ Alemanha acima de tudo, frase “banida” do hino nacional da Alemanha por fazer referência ao Nazismo. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/alemanha-acima-de-tudo-um-verso-e-um-passado-sombrio>> acesso em outubro de 2018.

⁷⁰Face a face. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/juremir-machado-bolsonaro-e-uma-mentalidade/>> Acesso setembro de 2018.

⁷¹ Informação falsa e não comprovada que de tanto ser repetida, acaba sendo aceita como verdade.

abaixo algumas pautas do programa de governo, ações e declarações do ex-militar.

O plano de governo “o caminho para a prosperidade” descreve que as pessoas poderão ter a família que quiserem, serão livres e que o Estado não deverá interferir na vida privada dos indivíduos (Caminho para a prosperidade, p.4), realidade que o próprio candidato nega pelo discurso de ódio ao sujeito e comunidade LGBT (principalmente no que tange ao direitos fundamentais (de exercerem sua orientação sexual livremente, sem ter a possibilidade de ser discriminado, agredido ou morto simplesmente pela orientação sexual) e a associação dos LGBTs a pedofilia⁷² e seu posicionamento contra o direito das mulheres⁷³.

Seu projeto de governo utiliza os termos “liberdade e fraternidade” (p.5) para falar que é necessário uma nação fraterna e humana, porém é contraditório todo tempo, pois profere discursos de ódio também na questão racial existente na sociedade, como no caso dos quilombolas, em que ele declara que foi conhecer um quilombo: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas (arroba é uma medida usada para pesar gado; cada uma equivale a 15 kg). Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais⁷⁴”. O ódio racial, a desumanidade e, de fato, o crime que essa fala representa, revela o quanto suas ideias e discursos violam os direitos mínimos de dignidade da pessoa humana e de igualdade, garantidos na Constituição.

O candidato aponta que é necessário quebrar o ciclo do crime, da corrupção e das ideologias perversas (p.5). Enfatiza que o Brasil precisa se livrar dos corruptos. O candidato não trata a corrupção como uma forma de organização do sistema político, ele personaliza a corrupção no governo do PT, na figura do Lula e nas alianças políticas. A superficialidade e simplificação com que trata as questões revelam um efeito perverso do jogo democrático no Brasil e fortalece ainda mais a polaridade de que existe uma “esquerda totalitária” no Brasil contra a “Ordem e progresso”. Esse jogo perverso é pautado nas chamadas “fakenews” (noticiais falsas) disseminadas como verídicas pelas redes sociais.

O plano de governo faz questão de ressaltar a “liberdade”: “ somos contra qualquer

⁷² Bolsonaro espalha fakenews associando lgbs a pedofilia. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2018/07/17/gentili-e-bolsonaros-espalham-fake-news-que-tenta-associar-lgbs-a-pedofilia/>> acesso em agosto de 2018

⁷³ Bolsonaro diz que mulher deve ganhar menos porque engravida. Disponível em: <<https://revistacrescer.globo.com/Familia/Maes-e-Trabalho/noticia/2015/02/jair-bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravida.html>> acesso em agosto de 2018.

⁷⁴ Bolsonaro diz que quilombolas não servem para nada, nem para procriar. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica/> > acesso em agosto de 2018.

controle ou regulação da mídia [...] devemos ser livre para pensar, se informar, opinar, escrever...” (Caminho para a prosperidade, p.7), porém não traz a urgência em combater os preconceitos travestidos de opinião, as notícias falaciosas, pelo contrário, utiliza dessas ferramenta para continuar crescendo e angariando adeptos à suas ideias e seus discursos, principalmente através do medo aterrorizante de um possível “comunismo” que, para os conservadores atuais, teve início com o governo do PT.

O pânico dos conservadores a qualquer pequeno avanço de pautas sociais é tão desesperador que, mesmo o PT realizando um governo de alianças espúrias, um governo entreguista, em que os bancos e o empresariado cresceram e lucraram muito, como vimos no item 2.2, o projeto de governo do Bolsonaro continua aterrorizando e atacando um pseudo projeto comunista que não existiu durante o governo do PT. O avanço e espaço dos programas sociais, das pautas das mulheres, dos LGBTs, as fake news sobre as pautas progressistas, a corrupção tratada de forma seletiva atrelada ao PT, foram suficientes para eclodir todo esse “pavor”.

Em virtude dos avanços de pautas de diversos grupos da sociedade (mesmo poucos avanços, mas significativos), o programa de governo do ex-militar reitera a luta contra o “marxismo cultural” que, segundo ele, está “minando a nação e família brasileira” (pág.8). Ou seja, aqui ele explicita, de fato, que é contra a pluralidade e as diversas formações familiares possíveis, entendendo a família através de uma única representação, formada por homem e mulher. Portanto, traz o conceito de família tradicional como única forma “correta”. E, principalmente, traz o conceito de que o marxismo cultural estaria minando os “valores da nação”, trazendo esse conceito como parte de uma identidade nacional, como um “símbolo” com que os indivíduos possam se identificar, como vimos em Hall (2006).

O programa de governo também pontua problemas relativos à realidade social brasileira, como o desemprego, a educação, a saúde, porém sem nenhuma proposição de resolução. Na pauta da economia, o plano traz a ideia do liberalismo como “reduzidor de inflação, baixa de juros, elevação de confiança e investimentos, gerando empregos e oportunidade” (p.13), e relata que isso será feito adotando as mesmas estratégias que os países desenvolvidos. Ou seja, o receituário do massacre neoliberal em que Anderson (*apud* Oliveira, 2018) assinalou como uma “ampla e profunda vitória ideológica conservadora e um desastre econômico”, dado que as promessas neoliberais de manter o Estado de Bem-Estar com taxas de crescimento duradouras, persistentes, estáveis não chegou a se cumprir nos trinta anos decorridos desde a primeira vitória de Thatcher (OLIVEIRA, 2018:95).

O plano de governo do Bolsonaro fala ainda que será um governo que “confiará” nos indivíduos, “chega de carimbos e autorizações e burocracias, confiaremos nos cidadãos” (p.20), mais uma vez trata de forma “simplista” e leva para o campo da moral questões de grande complexidade. Além disso, ainda há referência a reformular o Estatuto do Desarmamento para garantir ao cidadão a legítima defesa, reduzir a maioria penal, tipificar como terrorismo as invasões de propriedades, redirecionar a política de direitos humanos “priorizando as famílias das vítimas da violência”. Enfim, uma série de simplificações (falsas) que tornam todo o complexo da questão social e das relações sociais reduzidas a nada.

A disseminação dessa mentalidade e visão de mundo estão pautadas em resoluções rápidas e práticas completamente enganadoras, como, por exemplo, se há bandido na sociedade, que ele seja morto pelo policial sem investigação garantido pelo excludente de ilicitude (como consta como proposta em seu programa de governo). Se há corrupção, que não se perca tempo na investigação, que prenda (não sendo um deles, é claro). Se há violência, que cada um tenha sua arma para defesa. Se existe crime, com certeza é por não ser um “homem de bem” (MACHADO, 2018, s.p)⁷⁵. Enfim, todas as múltiplas possibilidades que as relações sociais podem trazer não são abarcadas por esta visão de mundo que se encarna na figura e proposta de Bolsonaro. A solução para os conflitos são baseadas em reações imediatistas como a repressão, cadeia e violência.

Além de toda superficialidade e reducionismo que está presente nas “soluções” para a saúde, segurança, educação, etc. Há uma disseminação de factóides já na apresentação da conjuntura, antes da tentativa de resoluções. Como, por exemplo, no âmbito da educação, o projeto de governo apresenta como ideário: uma educação “sem doutrinação e sem sexualização precoce” (Caminho para a prosperidade, p.41). Primeiramente, analisaremos a educação proposta “sem doutrinação”, de acordo com o seu projeto de base, chamado “Escola sem partido”. Pela aparência do nome dado ao projeto, parece realmente algo positivo diante do senso comum, aparenta ser um projeto em favor de escolas livres e independentes de partidos. Porém, o que encontra-se no teor do projeto é novamente a construção de argumentos ligados à democracia e à liberdade por meio de falácias.

O projeto “Escola sem partido” foi criado pelo advogado Miguel Nagib a pedido do parlamentar Flávio Bolsonaro (PSC-RJ). Flávio foi o primeiro parlamentar em nível estadual a

⁷⁵ Bolsonaro é uma mentalidade- Juremir Machado. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/juremir-machado-bolsonaro-e-uma-mentalidade/>> Acesso em setembro de 2018.

apresentar o projeto de lei “Escola sem partido” nº 2974/2014⁷⁶, seguido do seu irmão, o vereador Carlos Bolsonaro, que apresentou o projeto no âmbito municipal nº 867/2014(PSC-RJ). No âmbito nacional, existem dois projetos de lei, um na Câmara, do Deputado Izalci Lucas nº867/2015 (PSDB) e outro no Senado, do Senador Magno Malta nº193/2016 (PR). O último projeto (2016) apresentado pelo senador Magno Malta é uma versão mais atualizada que abrange a proibição da discussão de gênero nas escolas.

O objetivo do projeto é combater o que eles chamam de “doutrinação” (que se encontra também, como vimos, no projeto do candidato a Presidência do Jair Bolsonaro). Nos projetos de lei citados acima, não há definição do que eles chamam de “doutrinação”. O único local que procura traçar uma ideia de doutrinação é na página virtual do projeto “Escola sem partido”, a qual intitularam de “flagrando o doutrinador”⁷⁷. No primeiro ponto, afirmam: “Você pode estar sendo vítima de doutrinação ideológica quando seu professor: se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional”. Segundo eles, o professor é apenas um instrutor, aquele que transmite um conhecimento específico de forma isolada. Um professor não poderia contextualizar, tratar da realidade do aluno, dos acontecimentos do mundo, não poderia citar os noticiários e nem a realidade da escola, por exemplo. Fica proibido ao professor discutir valores (como se fosse possível descaracterizar a visão de mundo), pois a educação e discussão de valores seria atribuição da família. Enfim, o objetivo desse projeto é exatamente remover o caráter crítico que existe nas escolas.

Em diversos pontos do projeto de lei apresentado há distorções. Além dessa citada acima, há outra que chama muito a atenção. No projeto de lei federal⁷⁸, no anexo intitulado “deveres do professor”, item 3, está escrito: “o professor não fará propaganda político partidária em sala de aula nem incitará a seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas”. Eles misturam uma prática, como o professor fazer propaganda político partidária em sala, com a proibição da discussão sobre política e o papel do professor no sentido de estimular a leitura crítica da realidade e o engajamento na ação a partir disso. Ensinar e aprender são ações políticas, mediadas pela vida coletiva, o que, portanto, deriva o convite aos alunos a

⁷⁶ Projeto “Escola sem partido” a nível estadual . Disponível em:

<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/45741a7e2ccdc50a83257c980062a2c2?OpenDocument>> acesso em setembro de 2018

⁷⁷ Flagrando o doutrinador . Disponível em: <<http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador>> acesso em setembro de 2018.

⁷⁸ Escola sem partido – projeto de lei federal . Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/pl-federal>> acesso em setembro de 2018.

participarem de espaços coletivos seja manifestações, seja passeatas, a fim de participarem da democracia.

O projeto parte da premissa que o professor deve ser neutro em sala de aula, que não deve manifestar sua posição, sua concepção⁷⁹. Entretanto, ao proibir a discussão de questões cotidianas, da realidade social, o projeto também toma um posicionamento, que é o de não discutir essas questões. Não discutir a desigualdade, preconceitos e etc., significa uma forma de posicionamento, e que, portanto também é uma ideologia. Não dialogar sobre as desigualdades (em qualquer âmbito da vida social) é reforçá-las e, ao mesmo tempo, naturalizá-las. Como vimos em Löwy (2013): considerar a análise de um fenômeno de forma neutra, livre de julgamentos, baseando-se de forma objetiva nas análises dos fenômenos é um posicionamento ideológico, que está imbricado numa visão ideológica.

Dessa maneira, é um movimento em torno de um projeto altamente ideológico. Isso é reafirmado quando ao analisarmos a página do movimento em torno do projeto Escola sem partido no Facebook⁸⁰: deparamo-nos com publicações denunciando trabalhos nas escolas sobre a luta contra o preconceito aos grupos LGBT's, dos negros, etc., defesa do candidato à presidência Jair Bolsonaro e campanha política para ele, ataque aos outros candidatos à presidência, divulgação de candidatos à cargos políticos que aderem ao “escola sem partido” (todos de partidos conservadores), além de divulgação dos eventos e palestras com Miguel Nagib (coordenador do projeto e um dos palestrantes do Instituto Millenium,⁸¹ que promove valores como a liberdade individual, economia de mercado, direito à propriedade)⁸². Enfim, podemos constatar aqui que, de neutralidade, não há nada no projeto “escola sem partido”. Há uma tentativa de cerceamento travestida de “neutralidade” para impedir e censurar a liberdade do pensamento crítico e diverso na educação.

O projeto “Escola sem Partido” passou a ter grande adesão popular pela incitação do medo, segundo Demian Melo (2018),⁸³ o “movimento obscurantista só ganhou adesão popular

⁷⁹ Professor não poderá manifestar opinião e concepção sobre qualquer assunto.

⁸⁰ Facebook Escola sem partido. Disponível em: <<https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/>> acesso em setembro de 2018.

⁸¹ Instituto Millenim definido pelo historiador Demian Melo como uma espécie de “Estado-Maior intelectual de um autêntico partido orgânico, nos termos Gramscianos”. Disponível em: < <http://blogjunho.com.br/o-mbl-e-sua-rede/> > Acesso em outubro de 2018.

⁸² Instituto Millenium promove valores e princípios da liberdade individual, direito à propriedade . Disponível em: etc<<https://www.institutomillenum.org.br/institucional/quem-somos/>> acesso em setembro de 2018.

⁸³ Demian Melo sobre a onda conservadora, fascismo e escola sem partido. Disponível em: <<https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/2018/07/20/onda-conservadora-fascismo-e-escola-sem-partido/>> acesso em setembro de 2018.

com a difusão do pânico social em torno da suposta “ideologia de gênero”⁸⁴ nas escolas brasileiras. O projeto de governo do candidato Bolsonaro (juntamente com o projeto Escola sem Partido) trata como problemática para a educação a chamada “doutrinação” por parte dos professores e a discussão de gênero. A falta de infraestrutura, a baixa remuneração dos professores, a violência na escola (seja de alunos que agridem professores, como a própria violência entre os alunos) passam de forma indiferente em seu projeto de governo. Portanto o objetivo gira em torno de colocar uma mordaca nas questões gerais da sociedade, principalmente nas questões de gênero e sexualidade, que são essenciais para combater as desigualdades e violências desses segmentos.

A escola é um produto da sociedade que vivemos, portanto é um local privilegiado no papel da socialização. Pode reforçar concepções democráticas ou reforçar preconceitos. Portanto, é fundamental o debate e conscientização de uma educação para a fortalecer a igualdade e a diversidade afim de esclarecer, de proteger as crianças e adolescentes. Não falar sobre esse assunto e outros tabus na sociedade em geral, significa que continuará existindo preconceito, repulsa, violência e morte ao que não estiver dentro do padrão aceito socialmente (hétero, branco, cristão etc) ao invés de igualdade e respeito a diversidade.

Há ainda diversos projetos de lei sobre o Escola sem Partido estão em tramitação em diversas cidades do Brasil⁸⁵, já existindo aprovações do projeto em alguns municípios do Brasil, como, por exemplo, no município de Pedreira-SP⁸⁶. Em contrapartida, foi criado o movimento dos professores contra o Escola sem Partido⁸⁷, contra toda forma de censura na educação e pela liberdade de expressão em sala de aula.

⁸⁴ Não existe uma ideologia de gênero, o termo foi criado pelos conservadores a fim de gerar pânico social e interromper a consolidação de valores básicos da democracia. O deputado da comissão especial formada na câmara dos deputados apresenta como inaceitáveis e define ideologia de gênero” Inciso III do artigo 2º, que define como diretriz a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Estratégia 3.12 da Meta 3, que coloca como objetivo “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão”. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/o-que-esta-por-tras-do-boicote-religioso-a-ideologia-de-genero/>> acesso em setembro de 2018.

⁸⁵ Levantamento coletivo dos professores contra o escola sem partido de todos os projetos em tramitação no Brasi. Disponível em: l

<<https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1AbaBXuKECclTMMYcvHcRphfrK9E&ll=-22.400619497303502%2C-42.624236053125&z=9>> acesso em setembro de 2018.

⁸⁶ Adesão ao escola sem partido – Pedreira SP. Disponível em:

<<http://www.escolasempartido.org/images/pedreira.pdf>> acesso em setembro de 2018.

⁸⁷ Professores contra o escola sem partido. Disponível em:

<<https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/>> acesso em setembro de 2018.

A Constituição de 1988⁸⁸ garante, em seu art.206, parágrafo II, que o ensino deverá ser transmitido no princípio da **“liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar o pensamento, a arte e o saber”**. Além da Constituição de 1988, a Lei Maria da Penha(11.340/2006), em seu artigo 8º, que trata de prevenção à violência contra a mulher, estabelece que, nas escolas, devem existir campanhas voltadas para a erradicação desta forma de violência e vai além, ao estabelecer que, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, deva existir conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Esse e outros projetos (como a PL 122 que tinha como proposta criminalizar a homofobia⁸⁹, que foi arquivado) passaram a existir diante de uma realidade assustadoramente violenta. Em 2017, setenta e nove mulheres foram mortas por mês no Brasil por motivo de feminicídio⁹⁰(crime de ódio contra o gênero). Essa realidade só pode ser combatida a partir da disputa dos modos de vida em sociedade, é fundamental trabalhar uma cultura em que a mulher não seja propriedade do homem, uma cultura que promova a igualdade e não a banalização da morte das mulheres.

Outro ataque dos conservadores ao avanço do combate ao preconceito está relacionado ao projeto de lei apelidado pejorativamente de “kit gay” pela bancada evangélica e apropriada por alguns políticos conservadores. O projeto intitulado “Escola sem Homofobia”⁹¹ ganhou visibilidade devido a proposta de entrar para votação durante o governo Dilma (que logo foi vetado pelo governo devido a pressão da bancada evangélica). O objetivo do projeto é combater o preconceito e discriminação de homoafetivos no ambiente escolar. Por intermédio do trabalho com material educativo, estimular tolerância e o entendimento das questões da sexualidade .O material educativo era destinado à formação de gestores e professores em geral, dando subsídios para trabalharem temas destinados ao combate do preconceito e homofobia no ensino médio⁹².

Esse projeto surgiu devido ao aumento da violência contra o grupo LGBT, que só vem

⁸⁸ Constituição de 88 – Educação. Disponível em:

<http://www.mpg.go.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao_federal_de_1988_-_da_educacao.pdf> acesso em setembro de 2018.

⁸⁹ PL 122 – Criminalizar a homofobia. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>> acesso em setembro de 2018.

⁹⁰ Mulheres mortas no Brasil por feminicídio 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghml>> acesso em setembro de 2018.

⁹¹ Projeto escola sem homofobia. Disponível em: <<http://www.inclusive.org.br/arquivos/18368>> acesso em setembro de 2018.

⁹² Material educativo escola sem homofobia destinada a educadores. Disponível em: <<http://www.inclusive.org.br/arquivos/18368>> acesso em setembro de 2018.

umentando durante os últimos anos no Brasil. Dados apresentados em 2017 relevam que um LGBT foi morto a cada 19 horas no Brasil⁹³. O projeto provocou revolta aos conservadores, pois além de distorcerem o conteúdo educativo do projeto e a quem ele se destinava, a bancada evangélica, pastores (como Silas Malafaia), os conservadores políticos (como Magno Malta, a família Bolsonaro entre outros) rejeitaram o projeto e difundiram através das mídias televisivas e virtuais o discurso de que iria ser ensinado nas escolas que “as crianças escolheriam sua própria sexualidade”. Além de acusarem os homossexuais a quererem privilégios e que a lei não pode privilegiá-los, pois a lei é para todos. Portanto, banalizam e naturalizam a morte por motivo de homofobia.

Os conservadores conduzem à ideia de que o projeto “Escola sem Homofobia” (primeiramente desprezando o real nome designado ao projeto, apelidando-o de kit gay) e que o atual candidato a Presidência da República Jair Bolsonaro perpetua em cada vídeo que grava ou entrevista que concede afirma que “o kit gay” é um “absurdo porque se trata de erotizar as crianças e promove a homossexualidade infantil e escancararia a porta da pedofilia “[..] é o PT querendo legalizar a pedofilia [..] isso é um projeto de governo do PT”⁹⁴. Além do ex-militar, o deputado João Campos, da frente parlamentar evangélica, também foi contra o “kit gay” nas escolas e disse: “não há razão para que um público com certa orientação sexual tenha um tratamento especial nas escolas”⁹⁵.

Para comprovar suas ideias, Bolsonaro mostra o livro intitulado “Aparelho sexual e cia” como um livro comprado pelo MEC e que seria distribuído nas escolas, porém o livro nunca fez parte do projeto “escola sem homofobia” (“kit gay”), segundo o MEC⁹⁶. Portanto, quando o candidato apresenta como solução de seu governo na área da educação “uma escola sem doutrinação e sem sexualização precoce”, ele parte de uma falácia e distorce a realidade, além de cooperar para que a violência as mulheres, homossexuais, as crianças continuem se perpetuando. O que torna-se urgente e necessário, é uma educação que promova o respeito, a tolerância a diversidade, uma vez que a intolerância juntamente com a violência tem matado

⁹³ Recorde de mortes por homofobia no país. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/levantamento-aponta-recorde-de-mortes-por-homofobia-no-brasil-em>> acesso em setembro de 2018.

⁹⁴ Bolsonaro sobre “homossexualidade infantil”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zIHOyBJY98>> acesso setembro de 2018

⁹⁵ Não há razão para que a orientação sexual tenha um tratamento especial nas escolas. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/mec-distribuiu-kit-anti-homofobia-em-escolas-publicas-no-segundo-semester/>> acesso em setembro de 2018.

⁹⁶ Livro “Aparelho sexual e cia” nunca foi comprado pelo MEC, nem incluído no projeto “escola sem homofobia”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html> acesso em setembro de 2018.

pessoas literalmente por serem mulheres, pela orientação sexual, pela cor da pele.

Além de distorcer a realidade, ele difunde as mentiras sobre o “kit gay” por meio de vídeos no Youtube e em suas redes sociais. Mesmo após a pronúncia do MEC, os vídeos falaciosos do candidato sobre a educação continuam disponíveis. O que causa a ideia de que o mundo virtual é uma “terra sem lei”, em que um candidato a Presidência consegue realizar campanhas com mentiras travestidas de verdade (que, de fato, foram esclarecidas como falsas pelos órgãos competentes, como vimos acima), mas são tratadas como “liberdade de expressão” em vez de calúnias.

Enfim, esse cenário da aparência de “muitas verdades”, ou “cada um tem sua verdade”, essa relativização do que, de fato, é comprovadamente verdadeiro de acordo com o fato histórico e ciência é uma tendência do “pós-modernismo” que se complexifica por meio da tecnologia e pela velocidade da informação (sem verificação da autenticidade e retirada imediata do conteúdo falso), corroborando com o “avanço” do conservadorismo.

Um exemplo recente dessa relativização é a discussão sobre o “criacionismo” nas escolas. Partes dos conservadores, como o general Aléssio Ribeiro assessor de Bolsonaro, deseja revisar alguns conteúdos aplicados em sala de aula, em que o criacionismo (que é uma vertente não científica, mas de cunho religioso, do campo da fé que explica a criação da terra de forma sobrenatural) passe a ser ensinado juntamente com a teoria da evolução⁹⁷. Em vista disso, acusam a educação de ter orientação ideológica baseada em aspectos políticos por não tratarem o criacionismo como uma vertente. Ora, ao tratar o que é comprovado cientificamente como campo em disputa e de desvio ideológico, os conservadores ignoram todo conhecimento adquirido a partir de análises reais e comprovadas e relativizam o conhecimento científico, relativizam a verdade cientificamente comprovada.

Outro exemplo desse cenário tenebroso de relativização de fatos históricos aconteceu quando a embaixada alemã no Brasil compartilhou⁹⁸ um vídeo sobre a importância de não esquecer os crimes do nazismo no intuito de conhecer e preservar a história para que ela não se repita. Na Alemanha, negar o holocausto, exibir símbolo nazista, é crime. No entanto, a embaixada alemã foi contestada por alguns brasileiros, que disseram que o Holocausto não

⁹⁷ É preciso nova bibliografia para as escolas, diz assessor de Bolsonaro. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,e-preciso-nova-bibliografia-para-escolas-diz-assessor-de-bolsonaro-para-a-educacao,70002547417>> acesso em outubro de 2018.

⁹⁸ Embaixada Alemã explica o Nazismo e é contestada por brasileiros. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/embaixada-da-alemanha-explica-nazismo-e-contestada-por-brasileiros-2-23074988>> acesso em setembro de 2018.

existiu, outros chamando o nazismo de regime de socialista, pois o partido de Hitler se chamava “Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães”, outros disseram que Hitler foi mais benéfico do que maléfico para a Alemanha. Enfim, uma negação da história que possui provas, testemunhas, refutadas por pessoas que negam a história mundial a partir de suas opiniões travestidas como fato, como verdade.

Além desse cenário de negação da história, de relativização de fatos científicos, das fake news, o candidato do PSL ressalta a importância das privatizações: “o nosso foco é gerar mais competição”. Seu plano de governo propõe com mais empresas concorrendo no mercado a situação do consumidor melhora e ele passa a ter acesso a mais opções de melhor qualidade, a um preço mais barato”(Caminho para a prosperidade, pág.61).Observamos aqui mais uma falácia disfarçada de “serviços e direitos” para a população, pois as privatizações na saúde, na educação na companhia de energia elétrica, entre outro, não trouxeram “melhor qualidade e preços mais baratos”. Por exemplo, quanto a alimentação, há no mundo, cinquenta empresas que vendem metade dos alimentos do mundo⁹⁹, com marcas distintas, porém mesma empresa, não existe de fato uma “escolha¹⁰⁰”.

Essa concentração de diversas marcas produzidas pela mesma empresa faz com que as empresas determinem quanto o consumidor irá pagar por cada produto, criando diferentes marcas e, com isso, segmentos distintos. Enfim, fica claro que há outros interesses na privatização das empresas. Ao mesmo tempo em que o plano de governo do candidato se baseia em “facilitar o comércio internacional”, tornar o Brasil um país “mais aberto, mais rico”, realizando privatizações e concessões (pág.61), ele usa o sentimento “patriota”, como a criação da carteira de trabalho “verde e amarela” (pág.64), ou seja, aparentemente parece um plano de governo que defende o país, nacionalista. É gerada uma “identidade nacional” (como vimos em Hall) que se conecta através dos símbolos, que traz a sensação de pertencimento à “nação brasileira”.Dessa forma, eles legitimariam suas ações privatistas. Contudo, essa “identidade nacional” nada mais é do que uma conexão forjada para que esses “nacionalistas” e “patriotas” continuem atendendo a interesses privados, mas com a máscara do “Brasil acima de tudo¹⁰¹”.

E por fim, o plano de governo conclui com o desejo de “fraternidade”, com objetivo de “lutar por quem não pode se defender dos maus” (pág.80). Mais uma vez “apelando” para

⁹⁹ 50 empresas vendem metade dos alimentos no mundo. Disponível em:

<<https://theintercept.com/2018/09/03/50-empresas-metade-alimentos-mundo/>> acesso em setembro de 2018.

¹⁰⁰ Pesquisa realizada pelo Atlas do agronegócio. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/atlas-do-agronegocio>> acesso em setembro de 2018.

¹⁰¹ Lema do partido Nazista.

questões simplistas, tratando a realidade brasileira de forma maniqueísta, sem nenhuma complexidade e ainda com a ideia de tutela sobre a sociedade brasileira. Bolsonaro traz para o imaginário da população brasileira a ideia de que o PT acabou com o país em todas as áreas e que somente um “homem de bem” como ele pode salvar o país. Essa é noção de “salvador da pátria” principalmente ligado a “corrupção” é recorrente na história do Brasil, a corrupção que acompanha o país desde sempre é o maior lema dos candidatos que se apresentam como antipolíticos, fora do sistema, “o novo”. Importante perceber que a campanha que culminou no golpe de 1964 tinha como centralidade o tema “corrupção”, que só não possuía mais centralidade do que “perigo comunista” (DEMIER, 2016:58).

Outra dimensão conservadora que tem crescido nesses últimos anos é o “apartidarismo”, com discursos “meu partido é o Brasil”, um tipo de nacionalismo apolítico. Demier (2016:115) aponta que há uma dimensão regressiva nessa pauta, pois há uma conclusão que todos os partidos são iguais e, portanto, a luta tem que ser sem eles. Aparentemente, essa visão parece progressista, pois se propõe o novo e rejeita a velha política dos partidos já existentes. Contudo, essa visão corrobora com algumas ilusões, a primeira porque traz a ideia de que é necessário um surgimento de novos partidos, novas ideias e a ilusão de que as lideranças individuais seriam superiores as organizações coletivas, como a exaltação devota a Sérgio Moro e, por um momento, a Joaquim Barbosa. É trabalhada e difundida a ideia de uma liderança individual incorruptível como a solução para o país. Um dos exemplos da rejeição da velha política e criação de uma “nova” política é o surgimento do partido NOVO¹⁰², que tem como centralidade o slogan “Você não agüenta mais a corrupção, os privilégios e a incoerência dos políticos no Brasil? O NOVO também não”.

O Partido NOVO foi fundado pelo empresário João Amoedo, juntamente com um grupo de pessoas que nunca tinham se candidatado a nenhum cargo político, pessoas que se apresentam basicamente como administradores, engenheiros, advogados, médicos, economistas e etc., portanto pela classe média brasileira. Porém, alguns deles, como o próprio candidato à Presidência pelo partido, tal como o presidente do partido (Ricardo Coelho Taboço) construiu carreira em cargos de alto escalão das instituições financeiras¹⁰³. Com valores¹⁰⁴ baseados na liberdade individual, livre mercado, afirma ter objetivo de tornar o Brasil

¹⁰² Partido Novo. Disponível em: <<https://candidatos.novo.org.br/home>> acesso em agosto de 2018.

¹⁰³ O novo já nasceu velho. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/11/05/o-partido-novo-que-ja-nasceu-velho/>> acesso em agosto de 2018.

¹⁰⁴ Valores do Partido Novo. Disponível em: <<https://novo.org.br/nossos-valores/>> Acesso em agosto de 2018.

um país admirado no mundo¹⁰⁵. Propagam ser contra o fundo partidário e angariam recursos através de seus filiados e doadores. *A priori*, a ideia de ser contra o fundo partidário parece ser algo louvável, porém, quando se tem entre os filiados e doadores um “ex-banqueiro” com 425 milhões de patrimônio declarado¹⁰⁶, dinheiro para financiar a campanha não parece ser realmente um problema.

Apesar de serem cidadãos completamente distintos dos trabalhadores comuns¹⁰⁷, os fundadores do Novo vendem a ideia de que estão insatisfeitos com o serviço público e com os altos impostos. Para eles, o Estado deve dar conta da educação, da saúde e da segurança nacional. A economia seria estritamente regida pela liberdade individual, pelo empreendedorismo e pela concorrência de livre mercado (como vimos acima que, de fato, não existe tanta escolha, se há monopólios de empresas que dominam as grandes marcas, portanto a concorrência está mais concentrada do que se pensa). No âmbito da educação, são a favor de uma educação que não seja gratuita, são contra a “doutrinação” nas escolas (mas não explicam o que seria essa doutrinação)¹⁰⁸. Na segurança, são a favor do porte de armas para a população, pois acreditam que o indivíduo deve ter a liberdade de escolha e de defender sua própria vida.

O partido Novo tem ideias centradas na privatização das empresas e dos serviços estatais. Propõe uma ferrenha redução da atuação do Estado. Um de seus fundadores e candidato à Presidência, João Amoedo, declara: “O Estado não deveria fazer gestão de empresas. Saindo desse segmento seria uma enorme redução de gastos. Não precisa ter banco, empresa de petróleo, correios, etc. São negócios que deveriam ficar na iniciativa privada, com os indivíduos, não com o Estado (AMOEDO, entrevista concedida ao site Exame, 2018 s.p)¹⁰⁹. Ainda na entrevista, o candidato do partido NOVO afirma que é a favor das flexibilizações das leis do trabalho para um acordo livre e direto entre as empresas e os trabalhadores, sem a intervenção estatal. Destaca figuras políticas que aplicaram chamada “terceira via” (como vimos no item 1.3), com a defesa do discurso de que o indivíduo/setor privado é melhor gestor

¹⁰⁵ Objetivo do partido novo. Disponível em: <<https://novo.org.br/?site=true>> Acesso em agosto de 2018.

¹⁰⁶ Patrimônio declarado João Amoedo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/joao-amodo-do-novo-declara-patrimonio-de-r-425-milhoes-ao-tse.shtml>> acesso em agosto 2018

¹⁰⁷ Metade da população brasileira vive com menos de um salário mínimo. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/conteudo/economia/2017-11-29/ibge-metade-da-populacao-brasileira-vive-com-menos-de-um-salario-minimo.html>> acesso em agosto de 2018

¹⁰⁸ Posicionamentos sobre a educação. Disponível em: <<https://novo.org.br/posicionamentos/>> acesso em agosto de 2018.

¹⁰⁹ Entrevista de João Amoedo sobre a redução da atuação do Estado. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/partido-novo-quer-privatizar-o-brasil-veja-entrevista/>> acesso em agosto de 2018.

que o Estado.

Para o João Amoedo, o ajuste fiscal deve ser centrado no corte de despesas (ele não menciona a área) e não no aumento de impostos. No âmbito das minorias, ele acredita que todos devam ser tratados da mesma forma e que os crimes contra a homofobia devem ser combatidos como qualquer outro crime. Não se posiciona claramente sobre a descriminalização do aborto e a legalização das drogas.

Todos os valores e posicionamentos vão ao encontro de uma sociedade que valoriza o indivíduo em todas as esferas, o esforço, o “poder de escolha”, etc. Trata-se do velho receituário neoliberal que devasta cada vez mais o país, por meio das privatizações, corte de verbas de serviços públicos (como por exemplo, o congelamento de investimentos na saúde e na educação por vinte anos), corte e precarização de direitos trabalhistas, ou seja, mais uma proposta de enxugar o Estado e conceder total liberdade ao mercado, para que seja possível resolver os problemas sociais através do “poder aos indivíduos” pela via da união da sociedade civil.

O partido Novo não se considera enquadrado em nenhuma ideologia, considera-se como um partido com o objetivo de melhorar a vida das pessoas¹¹⁰. Separam as discussões éticas e culturais da economia e, por esse motivo, não se manifestam quanto à legalização do aborto e temas mais polêmicos na sociedade, porque acreditam que o que deve ser priorizado são as políticas econômicas. Enfim, mais um “flerte” com a pseudoneutralidade e com uma visão fragmentada da sociedade, como se fosse possível separar cultura, política, economia, etc.

Uma das maiores contradições do partido Novo é a sua fundação e a seus posicionamentos. No site oficial, o partido Novo se apresenta como um partido criado devido à ineficiência e corruptibilidade dos partidos políticos existentes, que se caracterizam pela defesa de interesses pessoais, pela troca de favores e pelas coligações. Ora, o que observamos nas diretrizes do partido Novo é a defesa e princípio pautado nos interesses individuais e não nos interesses da coletividade. Aliás, em nenhum momento, o partido traz uma visão sobre o conjunto da sociedade em sua totalidade. Portanto, baseando-se em pautar o direcionamento do governo para os indivíduos fica ainda mais fácil defender interesses pessoais, pois a concepção da sociedade como um coletivo fica extremamente fragmentada, direcionada no “cada um por si”.

Esse esfacelamento e desengajamento do coletivo trazem obscuridade em todos os

¹¹⁰ Partido Novo tem como ideologia melhorar a vida das pessoas. Disponível em: <<https://novo.org.br/duvidas-comuns/>> acesso em outubro de 2018.

âmbitos das relações econômicas e sociais. As ideias do “Novo” vão ao encontro dos valores da chamada “pós-modernidade”- individualismo como uma técnica de poder, descomprometimento com o coletivo - como temos estudado neste trabalho.

Desse modo, percebemos que há várias faces do conservadorismo. Um conservadorismo mais atrelado a uma representação da imagem patriotista, nacionalista, contra a corrupção, com pautas moralizadoras, que dissemina o ódio e a intolerância, uma extrema-direita. E outro conservadorismo com uma representação do viés econômico, de livre mercado, consumo, pautado numa agenda escancaradamente neoliberal, sem “tocar” diretamente em pautas moralizantes. Ambos se identificam no termo “contra corrupção”, apresentam-se como algo diferente do que se encontra na política hoje. Uma contradição, pois o candidato do PSL tem vinte e sete anos de vida pública e apresentou mais de cem projetos de lei, com apenas duas aprovações¹¹¹. Já o candidato do partido NOVO propõe em sua pauta de governo métodos já conhecidos e utilizados nos governos neoliberais.

A narrativa da nação e da tradição “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” dá o tom de direção social e passa a ser comunicada, reproduzida e vivenciada através das falas e do programa de governo do Bolsonaro. A visão de mundo apregoada não só nega a história, como distorce a realidade e assim tem se conduzido uma campanha à Presidência do Brasil com grande efervescência, adesão popular e disputas de modo de vida.

A atual conjuntura brasileira encontra-se dividida entre os sujeitos que acreditam no futuro do Brasil pautados numa visão de mundo “contra a corrupção”, contra o PT, contra a “sexualização das crianças”, contra “doutrinação”, contra o “comunismo”, contra tudo isso que está aí e os que se denominam “contra o autoritarismo”, contra o fascismo”, “em favor da democracia”, “contra tortura” e contra todos seus pronunciamentos preconceituosos contra negros, quilombolas, mulheres etc. Os ânimos ficaram ainda mais exaltados após Jair Bolsonaro ter sido esfaqueado por um homem¹¹² que disse ter agido por motivações políticas e religiosa. O agressor formado em Pedagogia, já tinha passagens pela polícia por lesão corporal e já foi filiado ao Psol. Entretanto, o partido do Psol repudiou completamente o atentado sofrido pelo candidato. Não há nenhuma outra informação de motivação do crime, ou informações de

¹¹¹ Informações dos deputados na câmara. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/deputado/dep_Detalhe.asp?id=5830721> acesso em outubro de 2018.

¹¹² Bolsonaro é esfaqueado enquanto fazia ato de campanha. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>> Acesso em Outubro de 2018

mandantes e a Polícia Federal concluiu que ele agiu sozinho¹¹³.

Por tudo que Bolsonaro representa e pelo crescimento dele nas pesquisas, as mulheres se uniram numa rede social e criaram um evento afim de realizarem uma ação coletiva em todo Brasil “Mulheres Unidas contra Bolsonaro”. A primeira manifestação aconteceu no dia 29 de Setembro e contou com milhares de mulheres, homens, gays, transexuais, crianças, em aproximadamente 114 cidades do país e invadiu as ruas aos gritos de: “Ele não!” “Bolsonaro pode esperar a fraquejada vai te derrubar”. No mesmo dia também houve manifestações em favor do candidato do PSL em aproximadamente 44 cidades do Brasil aos gritos de “mito”, “a nossa bandeira jamais será vermelha”¹¹⁴.

Durante todo período de campanha, como já vimos neste subitem, há uma disseminação de Fake News sobre temas morais, como, por exemplo: mamadeiras com formato de pênis distribuídas em creches¹¹⁵ e outras centenas de fakes sobre, e principalmente, temas de cunho sexual. Tudo isso difundido através das redes sociais como Facebook e aplicativos como Whatsapp.¹¹⁶ O crescimento do número de eleitores do candidato tem impressionado, no dia 20 de setembro de 2018 o candidato do PSL tinha 28% ¹¹⁷ dos votos, no dia 04 de outubro de 2018 o candidato passou a ter 35% dos votos¹¹⁸. O que poderia explicar tamanha adesão “natural” ao candidato que não compareceu em nenhum debate televisivo para Presidência? Um dos motivos está atrelado ao trabalho maciço de divulgação das Fake News através do Whatsapp¹¹⁹. Sem nenhuma fiscalização efetiva das redes em que são divulgadas e sem nenhum apoio das mídias tradicionais como televisão e rádio, as notícias falsas se espalham, na maioria das vezes, sem nenhum tipo de controle e penalidade a quem as originou.

¹¹³ Polícia federal conclui que Adélio Bispo agiu sozinho. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/pf-conclui-que-adelio-bispo-agiu-sozinho-em-atentado-a-bolsonaro/>> Acesso em Outubro de 2018.

¹¹⁴ Manifestações contra e a favor de Bolsonaro. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/09/30/manifestacoes-de-sabado-29-de-setembro-contra-e-a-favor-de-bolsonaro-fotos.ghtml>> Acesso em Outubro de 2018

¹¹⁵ Fakenews “mamadeira do kit gay distribuída em creches. Disponível em: <<https://www.boatos.org/politica/mamadeira-kit-gay-distribuida-em-creches.html>> Acesso em Outubro 2018

¹¹⁶ Eleitores de Bolsonaro são os que mais utilizam redes sociais para se informar. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/datafolha-eleitor-de-bolsonaro-e-o-que-mais-se-informa-por-redes-sociais/>> Acesso em Outubro de 2018

¹¹⁷ Pesquisa Data folha 20-09. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/09/20/pesquisa-datafolha-de-20-de-setembro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-cor-religiao-e-regiao.ghtml>> acesso em outubro de 2018.

¹¹⁸ Pesquisa Data folha 04-10. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/05/pesquisa-datafolha-de-4-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-raca.ghtml>> acesso em outubro de 2018.

¹¹⁹ Grupos de Whatsapp do Bolsonaro divulgam uma enxurrada de fakenews. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/como-funcionam-os-grupos-de-whatsapp-de-apoio-a-bolsonaro/>> acesso em outubro de 2018.

Sendo assim, é possível que o candidato do PSL seja eleito através da disseminação do pânico social, por meio de distorção de informações que podem ser facilmente desmentidas pelos órgãos e pessoas atingidas. Além da distorção de informações, há distorções e negação da história (característica da dinâmica cultural pós-moderna). Quando Bolsonaro foi questionado em um programa de televisão sobre a política de cotas raciais, ele se declarou contra e disse: “que dívida, eu nunca escravizei ninguém na minha vida”. E fez outra declaração: "se for ver a história realmente, os portugueses nem pisavam na África, eram os próprios negros que entregavam os escravos"¹²⁰. Quando o candidato individualiza a questão racial do país, ele banaliza e naturaliza uma questão tão séria da dívida histórica que o Brasil tem com os negros e reforça esse estigma social por meio da repetição de uma ilusão (que não faz parte da história como acontecimento da realidade) que ele mesmo pensa, sem nenhuma base científica. Deste modo, ele nega um passado histórico para afirmar suas próprias convicções e leva milhares de eleitores junto.

Além de fazer menção de honra ao torturador Ustra, o candidato do PSL diz que seu livro de cabeceira é: A verdade sufocada¹²¹, livro que Ustra escreveu sobre sua visão do período da ditatorial. Mais uma vez, o candidato nega a história com uma postura de extrema gravidade, pois exalta e honra de um coronel que foi condenado¹²² por tortura durante o período da ditadura militar e que ainda ajudou a institucionalizar a prática da tortura no Brasil. Ustra foi condenado como torturador não somente na disputa ideológica, ele era condenado até então também pela justiça, porém a defesa de Ustra recorreu e a justiça paulista decidiu extinguir a condenação pela tortura, pois entenderam que o processo prescreveu¹²³.

Diante de tantas mortes, ocultação de cadáveres, torturas, a ditadura militar deveria ser um período lembrado sempre afim não mais ser repetido e nem ter menção de honra (assim como a Alemanha faz com o nazismo). Pois o reconhecimento e exaltação de um torturador e o saudosismo do tempo da ditadura, trata-se de uma tentativa de legitimar como algo positivo a tortura e o criminoso que a cometeu. Todavia, alguns cidadãos brasileiros parecem não

¹²⁰ Bolsonaro diz que portugueses não pisaram na África , eram os próprios negros que se entregavam como escravos <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/portugueses-nem-pisaram-na-africa-diz-bolsonaro.shtml>> acesso em outubro de 2018.

¹²¹ Livro de cabeceira do Bolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/buzzfeednewsbr/status/1024124204860534784>> acesso em outubro de 2018.

¹²² Ustra condenado pelo crime de tortura. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,coronel-ustra-e-condenado-por-morte-de-jornalista-na-ditadura,891926>> acesso em Outubro de 2018.

¹²³ Justiça paulista extingue condenação de Ustra por tortura. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-10/justica-paulista-extingue-condenacao-por-tortura-contracoronel-ustra>> acesso em outubro de 2018.

compreender essa realidade. Uma pesquisa feita no ano de 2017 pela Paraná Pesquisas¹²⁴, revela que 50,8% dos brasileiros acreditam que o regime militar era melhor ou igual à democracia que vivemos hoje. Trata-se de algo grave: a valorização da ideia representada através da “ordem e do progresso”, dos valores militares, da família tradicional em detrimento, da naturalização, banalização e validação da desumanidade, da tortura, da violência e da morte.

A relativização dos fatos, como foi apontado neste subcapítulo (como o caso da divulgação de falsos materiais escolares de conteúdos sexualizantes para as crianças, negado pelo próprio MEC, entre outros casos), difundidos através das redes sociais virtuais através da intensificação das fake news, por meio de uma tecnologia que não é neutra, mas que serve e corrobora para os interesses da classe dominante. O TSE que deveria zelar pela credibilidade do processo eleitoral democrático, chegou tardiamente e somente abriu investigação¹²⁵ após denúncia realizada pelo Jornal Folha de São Paulo, em que o jornal denuncia um esquema milionário e ilegal de empresas para beneficiar a candidatura de Bolsonaro.

Enfim, a morosidade da justiça em combater as falsas notícias, em combater aos próprios integrantes de campanha do candidato do PSL que foram porta vozes das falsas notícias, incluindo o próprio candidato, fortaleceram uma campanha feita através da desinformação com o consentimento da justiça, pois o código eleitoral traz em seu Artigo 222: “É também anulável a votação, quando viciada de falsidade, fraude, coação, uso de meios de que trata o Art. 237, ou emprego de processo de propaganda ou captação de sufrágios vedado por lei”¹²⁶.

Como vimos aqui neste capítulo a representação da cultura está em disputa no Brasil. A disputa por representações ganhou uma nova feição no cenário atual através de uma nova dinâmica cultural do capitalismo que relativiza a verdade dos fatos, que nega a história, que fragmenta os sujeitos coletivos, fomentando o individualismo. Todas essas características tem aprofundado e cooperado para o fortalecimento do conservadorismo, e esse fortalecimento agrava-se principalmente com a possibilidade real do candidato Bolsonaro conduzir o país nos próximos anos, pois é um candidato que promove uma cultura de supramacia cristã, que rejeita

¹²⁴ Na época do Regime Militar era melhor, pior ou igual a democracia que vivemos hoje (página 9). Disponível em: < <http://www.paranapesquisas.com.br/wp-content/uploads/2017/09/Pesquisa-Online-Regime-Militar-Notas-Metodo!%C3%B3gicas.pdf> > acesso em outubro de 2018.

¹²⁵ TSE abre investigação sobre esquema milionário e ilegal para benefício de campanhas. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/tse-abre-investigacao-sobre-bolsonaro-e-compra-de-mensagens-anti-pt.shtml> > acesso em outubro de 2018

¹²⁶ Código Eleitoral Artigo 222 . Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4737.htm > Acesso em Outubro de 2018.

a ideia de estado laico e propõe um governo em que as minorias (grupos marginalizados socialmente) terão que se curvar a maioria¹²⁷, portanto legítima a difusão de uma cultura que exclui a diversidade dos modos de vida presentes na sociedade.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou dissertar criticamente sobre como a cultura da chamada “pós modernidade” coopera para a consolidação e preservação do conservadorismo e, conseqüentemente, *status quo* social no Brasil, tendo como recorte temporal o período a partir das manifestações de junho de 2013. Esse processo acontece no cotidiano de um modo de vida marcado pelas novas tecnologias da informação que aprofundam a fragmentação da vida, o individualismo e o relativismo na sociedade contemporânea, rejeitando qualquer processo universalista emancipatório.

Inicialmente a pesquisa procurou definir o conceito de cultura que foi priorizado em todo o estudo, cultura não como arte estritamente em si, mas cultura como modo de vida a partir do conceito trabalhado por Williams, que trata a cultura como um sistema de significações em que uma ordem social é comunicada e reproduzida, e também a partir do conceito de “identidade nacional” utilizado por Hall. Antes de aprofundar como esses conceitos se revelam na sociedade contemporânea, tornou-se necessário- para compreender o momento atual do cenário social -, analisar as mudanças significativas que ocorreram na dinâmica cultural da modernidade para a chamada “pós modernidade”. Visto que não há uma mudança de modo de produção, há, na verdade, um reforço e uma naturalização da difusão de uma cultura mercadológica, competitiva, individualista.

Procuramos problematizar e compreender o conceito de darwinismo social da sociedade regida por leis naturais, do ecletismo teórico e prático que fragmentam a compreensão da realidade social, a negação da história e a relativização dos acontecimentos que o conservadorismo clássico e moderno utilizam para estruturar sua perspectiva da realidade social. E como esse conservadorismo está presente no Brasil desde a formação social brasileira, a partir do lugar que Brasil ocupa como país de capitalismo dependente, por intermédio de um Estado paternalista que serve a interesses privatistas da classe burguesa, distantes de qualquer

¹²⁷ Bolsonaro contra o Estado laico, em favor de um governo onde as minorias tem que se curvar a maioria. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=BCKEwP8TeZY> > Outubro de 2018.

perspectiva de universalização.

Uma sociabilidade que atribui ao indivíduo a responsabilidade por seu sucesso através da meritocracia, ao mesmo tempo em que o responsabiliza pelas mazelas sociais, reforçando uma cultura baseada no “cada um por si” articulado com um ecletismo de teorias e ideias que vêem a sociedade como naturalmente instável negando e relativizando a história, desengajando qualquer projeto coletivo de emancipação social.

A partir desses conceitos, constatou-se que a subjetividade do sujeito é moldada pelas mídias tradicionais de forma sutil, como, por exemplo, o quadro “Brasil que eu quero para o futuro”. E constatou-se que essa manipulação se aprofundou com as novas tecnologias da informação, que tinha como promessa democratizar e “libertar” o homem dos tradicionais meios de comunicação.

Já que a informação seria diversificada, a ideia que se tinha era que o conhecimento, de fato, seria acessível e democratizado a todos. O que, de fato, não ocorreu em sua totalidade, pelo contrário, as informações são inúmeras e descontroladas, financiadas e difundidas por grupo de interesses, como vimos na trajetória desta pesquisa. Não importando a veracidade da informação, transitam entre a realidade e ficção. As notícias falsas espalham-se rapidamente, e cada sujeito que recebe a informação, escolhe, de acordo com suas convicções, se é verdade ou não. Diante dessa lógica exposta, passa a ser real aquilo em que o sujeito acredita. O valor está em dizer aquilo que se pensa e não no conteúdo do que se diz, como foi examinado no cenário atual brasileiro, diante do crescimento do candidato Bolsonaro nas pesquisas por meio da propagações de fakenews pelas redes sociais e aplicativos de conversação.

A estruturação do consenso, da identificação dos sujeitos com um modo de vida mercadológico, intolerante e individualista no Brasil passa pela difusão de uma ideologia dominante completamente fragmentada, a-histórica e relativista, com aparência construída através de uma identidade nacional falsamente patriótica e nacionalista. Reforçando o apagamento dos antagonismos de classe, de gênero, de raça, pois busca representar os sujeitos como pertencentes a uma “grande família nacional” (HALL, 2005). Isso numa velocidade e alcance incalculáveis através das redes sociais, sem nenhum tipo de controle e fiscalização efetiva da veracidade das informações compartilhadas, afim de que seja retirado o conteúdo falso do ar e, conseqüentemente, haja uma penalidade para as pessoas que financiam ilegalmente, que criam e compartilham as “fakenews” pelo imenso dano a democracia. É dessa forma que as características da nova dinâmica cultural chamada de “pós-moderna” coopera com

o reforço do conservadorismo.

O cenário no Brasil torna-se cada vez mais complexo, pois o país se encontra mergulhado nessas fragmentações conservadoras expostas acima, que obscurecem o campo da luta coletiva. Portanto, é urgente que os progressistas pense e repense suas estratégias e formas de trabalhar o “classe em si”, porque hoje o que move as sociedades é a **ilusão (falsa consciência) ainda mais naturalizada** de que você pode ser (ou é) outra pessoa. Como Kehl (2018) aponta, com o conceito de bovarismo¹²⁸, como o Brasil deseja ser outro, europeu, americano, mas sem romper com o que há de arcaico (como vimos em Florestan) - a escravidão “moderna”, sem diminuir a desigualdade de classes, sem direitos humanos, sem respeito a diversidade, sem direitos trabalhistas e etc.

Todo fenômeno cultural, social ou político é histórico e não pode ser compreendido senão através de e na sua historicidade (LÖWY, 2013). O vespeiro é imenso, como se pode perceber mesmo que de forma embrionária aqui nesta pesquisa, o que torna urgente firmar uma cultura que separe conhecimento científico histórico, de opinião, uma cultura que rechace o “discurso de ódio”, uma cultura que priorize a história, uma cultura popular que se aproprie dos espaços públicos para a convivência dos mais diversos tipos de pessoas. A cultura dos oprimidos, da classe explorada, designada por Ortiz de “Cultura popular”, seria uma organização em torno da contradição da força popular versus o bloco de poder que confere uma arena de resistência. Portanto, a cultura popular é o *locus* em que é possível construir algo diferente da cultura imposta e difundida pela indústria cultural, que é uma cultura forjada em interesse mercadológico e de dominação.

Diante de imenso avanço do conservadorismo, torna-se fundamental aprofundar elementos e estratégias em como, de fato, pode ser possível a disseminação de uma cultura popular, que agregue toda a diversidade que há na sociedade, sem amor pelo autoritarismo. Uma cultura anti-bovarista, que não procure imitar o outro (americano, europeu etc), mas que tire o que de melhor existe na condição da cultura brasileira.

O tamanho do retrocesso que representa a vitória do candidato do PSL à presidência do Brasil¹²⁹, torna mais do que necessário combater a homogeneização da cultura, para que o

¹²⁸ Termo cunhado pelo filósofo Jules de Gaultier, em que ele define “a uma ambiciosa e sonhadora pequeno-burguesa de província que, à força de ter alimentado a sua imaginação adolescente com a literatura romanesca, ambicionou “tornar-se outra” em relação ao destino que lhe era predestinado [...] Bovarismo é o poder conferido ao homem de conceber-se diferente do que é” (KEHL, 2018:21)

¹²⁹ Jair Bolsonaro é eleito presidente do Brasil. Disponível em: < <https://www.uol/eleicoes/especiais/jair-bolsonaro-eleito-presidente-eleicoes-2018.htm> > Acesso em outubro 2018.

Brasil não venha a ter uma profunda “ditadura” legitimada e ainda mais agudamente institucionalizada de um único padrão de modo de vida (hétero, religioso, branco, de família mononuclear, que seja contra o “PT”, contra “corrupção” em favor de uma “grande família nacional”) que tem como objetivo aniquilar qualquer outro modo de viver, como o caso do mestre Moa do Katendê¹³⁰ que foi morto a facadas após dizer que era contra o até então candidato Bolsonaro. Portanto, é fundamental organizar, afirmar e trabalhar (GRAMSCI, 1978) os modos de vida diversos que ameaçam a dominação para que não seja naturalizado e banalizado as mortes por modos de vida e perspectivas de mundo distintas da “maioria”. Essa luta pela diversidade e pluralidade dos modos de vida é por Marielle Franco¹³¹, por Moa, é por todos os seres humanos.

Essa pesquisa se propôs a compreender o avanço do conservadorismo no tempo presente, portanto ela não dá conta da totalidade pela necessidade do distanciamento histórico elementos necessários para uma análise mais aprofundada da realidade. Não há soluções fáceis, pelo contrário, a construção de um novo modo de vida é um trabalho árduo e extremamente indispensável para os que prezam pela democracia, pela igualdade, pela emancipação humana e por uma sociedade sem classes.

¹³⁰ Mestre Moa, morto por votar no PT. Disponível em:

< <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/10/17/investigacao-policia-conclui-que-morte-de-moa-do-katende-foi-motivada-por-briga-politica-inquerito-foi-enviado-ao-mp.ghtml> > Acesso em outubro de 2018.

¹³¹ Marielle Franco, defensora dos direitos humanos, morta a tiros no Rio. Investigação aponta motivação política. Disponível em:< https://brasil.elpais.com/tag/caso_marielle_franco > acesso em outubro de 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Companhia das letras, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamento e história. 8º edição – São Paulo: Cortez, 2011.
- BIANCHI, Álvaro; DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. 1ªed. Rio de Janeiro – Mauad, 2016.
- BIANCHI, Álvaro. A guerra que estamos perdendo. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/a-guerra-que-estamos-perdendo/>
- BIANCHI, Álvaro; BRAGA, Ruy. Hegemonia e Crise: noções básicas para entender a situação brasileira. Disponível em: <<http://blog.esquerdaonline.com/?p=3749>>
- BORGES, Neto. Um Governo Contraditório. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n 12, ano 6, junho de 2003. Rio de Janeiro: 7 letras.
- BORÓN, Atílio. A coruja de Minerva. Os novos leviatãs e a pólis democrática. Editora Vozes, 2001.
- CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: O longo caminho. Civilização Brasileira. 15ª Ed. Rio de Janeiro, 2012.
- COGO, Denise. Multiculturalismo e mídia impressa. Narrativa sobre os 500 anos de descobrimento do Brasil, 2002.
- COUTINHO, " O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas". In LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006.
- COUTINHO, Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas. 3º Ed. Ver e ampliada.- Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- DE GRAZIA, Giuseppina. Trabalho subordinado e qualidade de vida: conciliação impossível. Rio de Janeiro: Em pauta – Revista da faculdade de serviço social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.
- DEMIER, Felipe. Depois do Golpe: a força e a fraqueza da democracia blindada brasileira. Blog Junho, 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/depois-do-golpe-a-forca-e-a-fraqueza-da-democracia-blindada-brasileira/>
- DIAS, Edmundo. A liberdade (im)possível na ordem do capital. 2ªed revista e ampliada, 1999.
- ESCÓSSIA, Liliana. Relação homem e técnica e processo de individuação. Editora da Universidade Federal de Sergipe, 1999.
- EAGLETON, Terry. As ilusões do pós-modernismo – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1998.

_____. A ideia de cultura; tradução Sandra Castello Branco; revisão técnica Cezar Mortari.- São Paulo: Editora Unesp, 2005.

ENGELS, Friedrich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. Edição Ridendo Castigat Moraes Ebook, 1999. Disponível em:< <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf> > acesso em

FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento Biblioteca de Ciências Sociais. RJ: Zahar, 1968.

_____. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 2ª edição. RJ: Zahar, 1975.

FONTES, “A sociedade civil no Brasil contemporâneo: Lutas sociais e luta teórica na década de 1980”. In LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991 (Biblioteca básica)

GRAMSCI, Antonio. A concepção dialética da história. Civilização brasileira. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ªed. Rio de Janeiro, 1978.

_____. Os intelectuais e a organização da cultura. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Civilização brasileira. 4ª Ed. Rio de Janeiro, 1982.

_____. v.3. Notas sobre o Estado e a política. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2005.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11ªed. Rio de Janeiro. DP&A 2006.

HALL, Stuart. Da Diáspora. A questão multicultural. In: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HARVEY, David. Condição Pós-moderna. 13ªed. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1989.

HOBBSBAWN, E.J. A Era das Revoluções (1789-1848). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, Octavio. Pensamento Social no Brasil. Bauru,SP: EDUSC, 2004.

IANNI, Octavio. Tendências do Pensamento Brasileiro. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(2): 55-74, novembro de 2000.

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. Editora ática, 2ªed, 2002.

KEHL, Maria Rita. O bovarismo brasileiro: ensaios. 1º Ed.- São Paulo: Boitempo, 2018.

KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1997.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 17º Ed – Rio de Janeiro: Jorge

Zahar ED., 2004.

LOWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: o marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento [tradução Juarez Guimarães e Suzane Felicie Léwy] 10º Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MARX. Karl. Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982a.

MARX. Karl. Contribuição à crítica da economia política. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. Editora Expressão popular. São Paulo, 2008.

MASCARO, Alysson. Estado e Forma Política. São Paulo, Boitempo, 2013.

MESZÁROS, István. A teoria da alienação em Marx. São Paulo, Boitempo, 2006.

MONTANÕ, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, Classe e movimento social. 3ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. 5 ed – São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, Leila Escorsim. O conservadorismo clássico: elementos da caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Lucia. A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso, SP: Xamã. 2005.

OAKESHOTT, Michael. Ser conservador. Traduzido por Rafael Borges. Gabinetes de Estudos Gonçalo Begonha, 2014. Página consultada em agosto de 2018. Disponível em: <<https://portalconservador.com/livros/Michael-Oakeshott-Ser-Conservador.pdf>>.

OLIVEIRA, Chico. Crítica a razão dualista. Boitempo, 2003.

_____, Chico. Brasil: uma biografia não autorizada. 1º Ed.- São Paulo, Boitempo, 2018.

ORTIZ, Renato. O Silêncio. In: Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAULANI, Leda. Brasil Delivery: A Política Econômica no governo Lula. Boitempo, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992,

PRADO, Caio. Revolução brasileira, editora brasiliense, 1966.

PRADO, Junior Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SADER, Emir. Os Shoppings Centers, utopia neoliberal. Carta Maior, 13 de janeiro. Página consultada em julho de 2018 <<http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/Os-shopping-centers-utopia-neoliberal/2/29996>>.

SAMPAIO, Plínio. Entre a nação e a barbárie: Os dilemas do capitalismo dependente. Editora

Vozes 1999.

SERPA, Marcelo. Eleições espetaculares. FAPERJ – RJ, 2013.

SOARES, Josiane. Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro. Editora Cortez, 2007.

SOARES, José Miguel Nanni. Reflexões sobre a Revolução na França. Tradução José Miguel Nanni Soares. São Paulo: EDIPRO, 2014.

PADILHA, Valquíria. Shopping Center: A catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006.

WILLIAMS, Raymond. Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. Cultura e materialismo. Tradução André Glaser. São Paulo: Editor Unesp, 2011.

_____. Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WOOD, Ellen M. Modernidade e Pós-modernidade. In: A origem do capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.